



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA EM
PORTO ALEGRE/RS: ENTRE A APARENTE PERMANÊNCIA E A TÊNUE
MUDANÇA**

EMILIO LUIS SILVA DOS SANTOS

Porto Alegre

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA EM
PORTO ALEGRE/RS: ENTRE A APARENTE PERMANÊNCIA E A TÊNUE
MUDANÇA**

EMILIO LUIS SILVA DOS SANTOS

ORIENTADOR (A): PROF.^a DR.^a TÂNIA MARQUES STROHAECKER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Emilio Luis Silva dos
Loteamento Santa Terezinha em Porto Alegre/RS:
entre a aparente permanência e a tênue mudança /
Emilio Luis Silva dos Santos. -- 2018.
122 f.
Orientadora: Tânia Marques Strohaecker.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2018.

1. Espaço urbano. 2. Segregação espacial. 3.
Loteamento Santa Terezinha. 4. Vila dos Papeleiros.
I. Strohaecker, Tânia Marques, orient. II. Título.

EMILIO LUIS SILVA DOS SANTOS

**DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA EM
PORTO ALEGRE/RS: ENTRE A APARENTE PERMANÊNCIA E A TÊNUE
MUDANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich – POSGEA/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Ana Regina de Moraes Soster – PUCRS

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – POSGEA/UFRGS

Porto Alegre

2018

Dedico este trabalho a meu filho Pedro De Baco dos Santos pela mudança radical produzida em minha vida a partir de seu nascimento.

AGRADECIMENTOS

À minha família (Pedro, Julio e Micheli), pela infinita paciência.

À CAPES pela bolsa que possibilitou a realização deste trabalho.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por ter me recebido como aluno.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA), incluindo professores, técnicos, funcionários e estagiários.

À minha orientadora prof. ^a Dr. ^a Tania Marques Strohaecker, pelo exemplo e por acreditar na proposta da pesquisa.

Aos meus colegas de curso pela ajuda neste percurso, especialmente a Rodrigo Wienskoski Araujo.

Aos moradores do Loteamento Santa Terezinha, por me receberem em suas casas e pacientemente responderem aos questionamentos propostos.

Ao sr. Antonio Carboneiro, pela disponibilidade em me levar pelos caminhos do Loteamento.

Aos coordenadores, funcionários e voluntários do SASE, Creche Menino Jesus, Centro de Saúde Santa Marta e Paróquia Santa Terezinha, pela inestimável ajuda.

A todos aqueles não citados, mas que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigado.

*A cidade não para
A cidade só cresce
O de cima sobe
O de baixo desce*

*Chico Science
(A cidade, 1994)*

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é analisar a dinâmica sócio-espacial do Loteamento Santa Terezinha (antiga Vila Central dos Papeleiros e Vila da Ponte), no bairro Floresta em Porto Alegre/RS no período de 2006 a 2017, como forma de contribuir para o maior conhecimento da realidade de comunidades carentes e subsidiar futuras políticas públicas de inserção social em escala municipal. O Loteamento Santa Terezinha é constituído por 277 unidades residenciais na categoria habitação social e está localizado na área próxima ao centro de Porto Alegre. A gênese do Loteamento Santa Terezinha ocorre no início dos anos de 1980, como um aglomerado de casebres que vai se formando sob uma passagem de nível da avenida da Legalidade e da Democracia (antiga avenida Castelo Branco), crescendo e se expandindo para áreas adjacentes e formando o que se chamou na época de Vila dos Papeleiros, devido às atividades desenvolvidas por seus moradores, basicamente a coleta e triagem de papel, papelão e metais. O Loteamento Santa Terezinha foi formalmente entregue pela Prefeitura, através do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), aos atuais moradores em 2006. A metodologia utilizada para obtenção dos dados deu-se, primeiramente, através da análise espacial com interpretação de fotografias aéreas e imagens de satélite de alta resolução como forma de se contemplar a dinâmica espacial do loteamento. Em uma segunda etapa, optou-se pela técnica de entrevistas com moradores, o que permitiu identificar as características do Loteamento Santa Terezinha pela percepção dos moradores entrevistados. Foram realizadas 30 entrevistas com moradores e quatro entrevistas com agentes externos (técnicos de saúde, voluntários e educadores). O modelo proposto foi o semiestruturado, pois permite uma flexibilidade maior em relação às respostas do entrevistado. Tendo um caráter qualitativo, muito embora tenha dados quantitativos (perfil socioeconômico dos entrevistados) que são complementares, optou-se por uma adaptação do método conhecido como análise de conteúdo para a interpretação e sistematização dos resultados. A partir da análise das unidades de registro, identificou-se cinco características dos moradores: ausência de liderança no Loteamento; resistência ao cooperativismo; ausência ou presença do Estado; pouca valorização da habitação ou casa e tráfico de drogas. Quando analisamos estas cinco características, que no seu conjunto formam um mosaico da realidade existente no Loteamento – evidenciando práticas espaciais que configuram e reconfiguram o espaço ao longo do tempo – podemos apontar para uma condição de dualidade entre permanência e mudança, dependendo da perspectiva do sujeito ou observador. Esta condição indica que, ao se olhar superficialmente para este espaço, não enxergamos alterações significativas ao longo dos anos, mas apenas a permanência da situação de enorme carência. Não obstante, as entrevistas com agentes externos revelam um otimismo quanto às melhorias nas condições de vida dos moradores desde a Vila dos Papeleiros até o momento atual, mas estas mudanças só são percebidas pelos que vivem o cotidiano do Loteamento, elas são graduais e muito lentas, imperceptíveis àqueles que só veem o Loteamento através da janela do ônibus, trem ou carro, ou do que é veiculado nos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano; Loteamento Santa Terezinha; PIEC; Segregação espacial; Vila dos Papeleiros.

ABSTRACT

The main goal of this research is to analyze the sociospatial dynamics of the Santa Terezinha Allotment (formerly known as Vila Central dos Papeleiros and Vila da Ponte), in the Floresta district of Porto Alegre/RS in the period from 2006 to 2017, as a way to contribute for a better understanding of the reality of underprivileged communities and subsidizing future public policies of social insertion in a municipal level. The Santa Terezinha Allotment is formed by 277 residential units categorized as social housing and it is located in an area near Porto Alegre's downtown. The Santa Terezinha Allotment's origins occur in the early 1980s, as a cluster of hovels that starts to form under a level crossing of the Legality and Democracy Avenue (formerly Castelo Branco Avenue), growing and expanding to adjacent areas and then forming what was called at that time as Vila dos Papeleiros, due to the activities performed by their residents, basically collecting and screening paper, cardboard, and metal. The Santa Terezinha Allotment was formally handed by the City Hall, through its Municipal Housing Department (DEMHAB), to the current residents in 2006. The methodology used to first retrieve data was a spatial analysis with the interpretation of aerial photographs and high-resolution satellite images as a way to contemplate the spatial dynamics of the Allotment. At a second stage, we opted by a technique of interviewing residents, which allowed us to identify some features of the Santa Terezinha Allotment through the perception of the interviewees. Thirty interviews were performed with residents and four interviews with external agents (health technicians, volunteers, and educators). The proposed model was semi-structured, because it allows more flexibility relative to the interviewee's answers. As this is a qualitative research, although it also contains quantitative data (socioeconomic profile of the interviewees) that is complimentary, we opted by an adaptation of the method known as content analysis to interpret and systematize the results. Based on the analysis of the record units, we identified five features on the residents: lack of leadership in the Allotment; resistance to cooperative unions; absence or presence of the State; low appreciation of houses, and drug trafficking. When we analyze those five features, which together form a mosaic of the existing reality in the Allotment – emphasizing spatial techniques that configure and reconfigure space through time – we can point out to a condition of duality between permanence and change, depending on the perspective of the subject or observer. This condition indicates that, when looking superficially to that space, we do not see significant changes through the years, but only an enduring situation of people in need. However, the interviews with external agents reveal an optimism relative to the improvements in life conditions of the residents since the former Vila dos Papeleiros until now, but these changes are only perceived by those who live the Allotment's daily routine, as they are gradual and very slow, imperceptible to those who only see the Allotment from a bus, car, or train window, or from what appears in the media.

KEYWORDS: Urban space; Santa Terezinha Allotment; PIEC; Spatial segregation; Vila dos Papeleiros.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Loteamento Santa Terezinha.....	18
Figura 2: Plano Geral de Melhoramentos.....	27
Figura 3: Macrozonas segundo o PDDUA, 1999.....	36
Figura 4: Mapa de distribuição das entrevistas.....	62
Figura 5: Esquema ilustrativo da análise de conteúdo.....	64
Figura 6: Localização da Vila da Ponte.....	67
Figura 7: Moradores da Vila da Ponte.....	68
Figura 8: Vila dos Papeleiros em 1998.....	70
Figura 9: Interior da Vila dos Papeleiros.....	70
Figura 10: Vila dos Papeleiros.....	71
Figura 11: Incêndios na Vila dos Papeleiros, 2004 e 2005.....	72
Figura 12: Casas de passagem.....	73
Figura 13: Pátio interno das casas de passagem.....	73
Figura 14: Unidades habitacionais do Loteamento Santa Terezinha.....	74
Figura 15: Lado sul e lado norte do Loteamento Santa Terezinha.....	75
Figura 16: Planta baixa sobrado – Loteamento Santa Terezinha.....	76
Figura 17: Loteamento Santa Terezinha atualmente.....	77
Figura 18: Manifestação organizada pelas cooperativas de recicladores 09 mar. 2017.....	78
Figura 19: Operação da polícia civil em 25 jul. 2017.....	79
Figura 20: Mapa dos processos de alteração do espaço.....	98
Figura 21: Localização atribuída à Vila dos Papeleiros.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grau de urbanização no Brasil.....	24
Quadro 2: Dados secundários consultados.....	55
Quadro 3: Datas das entrevistas com os moradores.....	59
Quadro 4: Datas das entrevistas com os agentes externos.	60
Quadro 5: Quadro geral das entrevistas.	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Status.....	80
Gráfico 2: Idade dos entrevistados.....	81
Gráfico 3: Grau de instrução.....	81
Gráfico 4: Ocupação.....	82
Gráfico 5: Cidade de origem.....	83
Gráfico 6: Número de pessoas na residência.....	84
Gráfico 7: Número de filhos.....	85
Gráfico 8: Estado civil.....	85
Gráfico 9: Percentual Homem/Mulher.....	86
Gráfico 10: Tempo de residência.....	87

LISTA DE SIGLAS

AEIS: Área Especial de Interesse Social
AREVIPA: Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH: Banco Nacional de Habitação
CEF: Caixa Econômica Federal
CEP: Código de Endereçamento Postal
CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COHAB: Cooperativa de Habitação
CONCEPA: Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S/A
CURA: Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada
DEM HAB: Departamento Municipal de Habitação
DMAE: Departamento Municipal de Água e Esgoto
DMLU: Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DNOS: Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DOPA: Diário Oficial de Porto Alegre
EBAB: Estação de Bombeamento de Água Bruta
ES: Espírito Santo
FASC: Fundação de Assistência Social e Cidadania
FONPLATA: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
HBB: Habitar Brasil BID
HIS: Habitação de Interesse Social
HIV: Human Immunodeficiency Virus (da sigla em inglês no original)
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IHGRGS: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano
MLB: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
ONU: Organização das Nações Unidas
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PD: Plano Diretor

PDDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PIEC: Programa Integrado Entrada da Cidade
PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPA: Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMORAR: Programa de Erradicação da Subabitação
PRR: Partido Republicano Riograndense
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
RS: Rio Grande do Sul
SASE: Serviço de Atendimento Socioeducativo
SC: Santa Catarina
SERFHAU: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SMGES: Secretaria Municipal de Gestão
SMURB: Secretaria Municipal de Urbanismo
SPM: Secretaria de Planejamento Municipal
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRENSURB: Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
UTP: Unidade Territorial de Planejamento
VTA: Veículo de Tração Animal
VTH: Veículo de Tração Humana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVO GERAL	19
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
2 O ESPAÇO E A CIDADE	21
2.1 O ESPAÇO URBANO	21
2.2 DO RURAL AO URBANO: APONTAMENTOS SOBRE O PLANEJAMENTO DA CIDADE	23
2.2.1 O caso de Porto Alegre	26
2.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	38
2.4 PRÁTICAS E DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS	43
3 METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO	53
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	54
3.3 COLETA DOS DADOS	55
3.3.1 Trabalho de campo	56
3.3.2 Entrevista	57
3.3.3 Amostra	60
3.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO	63
4 DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA	66
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA	66
4.2 A VILA DOS PAPELEIROS E A VILA DA PONTE	67
4.3 O LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA	74
4.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS	79
4.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
6 REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	117
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MORADORES	119

1 INTRODUÇÃO

Compreender a cidade atualmente é tarefa complexa que se consubstancia na análise de dois aspectos primordiais: habitação e mobilidade. Estes dois aspectos da cidade moderna são discutidos à exaustão por planejadores, urbanistas, geógrafos e cientistas sociais na busca por formas e métodos de entender, explicar e propor a qualificação do espaço da cidade.

Habitação e mobilidade estão intrinsecamente ligados, pois com o crescimento desordenado das cidades no Brasil a partir da segunda metade do século XX e da falta de um planejamento eficiente é cada vez mais difícil morar e deslocar-se na cidade principalmente para aquelas populações de mais baixa renda que não tendo esta condição facilitada tem que morar nas periferias distantes das áreas centrais onde, de modo geral, se concentra o emprego, tem que enfrentar longas viagens desde a casa até o trabalho diariamente dependendo de um transporte coletivo deficitário e oneroso.

Estas periferias geralmente são áreas impróprias para a habitação (áreas sujeitas a alagamentos e deslizamentos, margens de córregos) que não interessam ao mercado imobiliário seja pela distância em relação às áreas centrais, seja pelo alto custo de urbanização. Quanto maior o adensamento urbano maior a dificuldade em deslocar-se o que explica, em parte, o aumento do tempo de viagem casa/trabalho ainda que a distância permaneça a mesma, o tempo de deslocamento aumenta ano a ano, causando uma diminuição na qualidade de vida da população que passa mais tempo dentro de trens, ônibus, vans, automóveis sujeitos a poluição sonora, o que torna as áreas centrais mais valorizadas; quanto mais próximo do centro maior é o valor, tanto de venda quanto de locação.

A valorização do espaço está no centro das discussões contemporâneas no âmbito do planejamento urbano e diversos fatores são apontados pelos estudiosos do tema como desencadeadores deste fenômeno, entre eles está a chamada gentrificação (do inglês *gentrification*, termo cunhado na década de 1960 pela socióloga inglesa Ruth Glass) pode ser entendido como o processo de valorização de determinado local específico da cidade (bairro ou distrito), através da criação de novos pontos comerciais e habitações de alto padrão, promovendo a mudança de certos grupos sociais ali residentes, principalmente as populações de baixa renda (que não

conseguem arcar com os custos gerados por esta valorização) e são substituídas pelas de alta renda gradualmente.

O processo de seletividade para a escolha do local de moradia pelos diferentes grupos sociais se modificou ao longo do tempo. Nos primórdios estes locais eram escolhidos pelas amenidades que apresentavam. Atualmente, as amenidades são produzidas socialmente por diferentes agentes, entre eles, os promotores imobiliários, que elegem supostos benefícios deste ou daquele local específico (proximidade de equipamentos públicos, *shopping centers*, etc.). Aos grupos de baixa renda ou sem nenhuma renda não é dado o direito à seletividade, haja vista os locais onde a maioria destas comunidades habita (áreas de risco de deslizamentos e/ou inundações).

Outro fator importante é a tendência à financeirização da habitação para a demanda solvável. A transformação da habitação em mercadoria com a possibilidade de altos ganhos na sua comercialização, fez com que grandes grupos empresariais se tornassem empreendedores imobiliários vislumbrando a possibilidade de reprodução de seu capital, esta valorização não se restringe as áreas centrais da cidade, bairros inteiros são criados em tempo recorde, demonstrando o poder do capital na sua ânsia por reproduzir-se.

Aqueles que não têm a condição financeira para adquirir seu imóvel em bairros próximos à sua atividade laboral recorrem a loteamentos irregulares, clandestinos e a ocupações e, nos casos mais extremos, a opção que resta é morar na rua.

Porto Alegre e a sua região metropolitana têm estes problemas, no entanto, em áreas próximas ao centro, que não enfrentam as dificuldades daquelas mais distantes e possuem infraestrutura completa (energia elétrica, água), apresentam os mesmos problemas dos bairros e vilas periféricas como tráfico, violência policial, deterioração das habitações e do seu entorno. Estamos nos referindo ao Loteamento Santa Terezinha, um condomínio de casas populares localizado na rua Voluntários da Pátria, próximo da estação rodoviária, região central de Porto Alegre. O Loteamento foi construído entre os anos de 2005/2006 pela prefeitura municipal através de seu Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e abriga uma população que trabalha principalmente, mas não unicamente, com a coleta, triagem e venda de materiais recicláveis. A Figura 1 mostra o mapa de localização do Loteamento, área de estudo desta pesquisa.

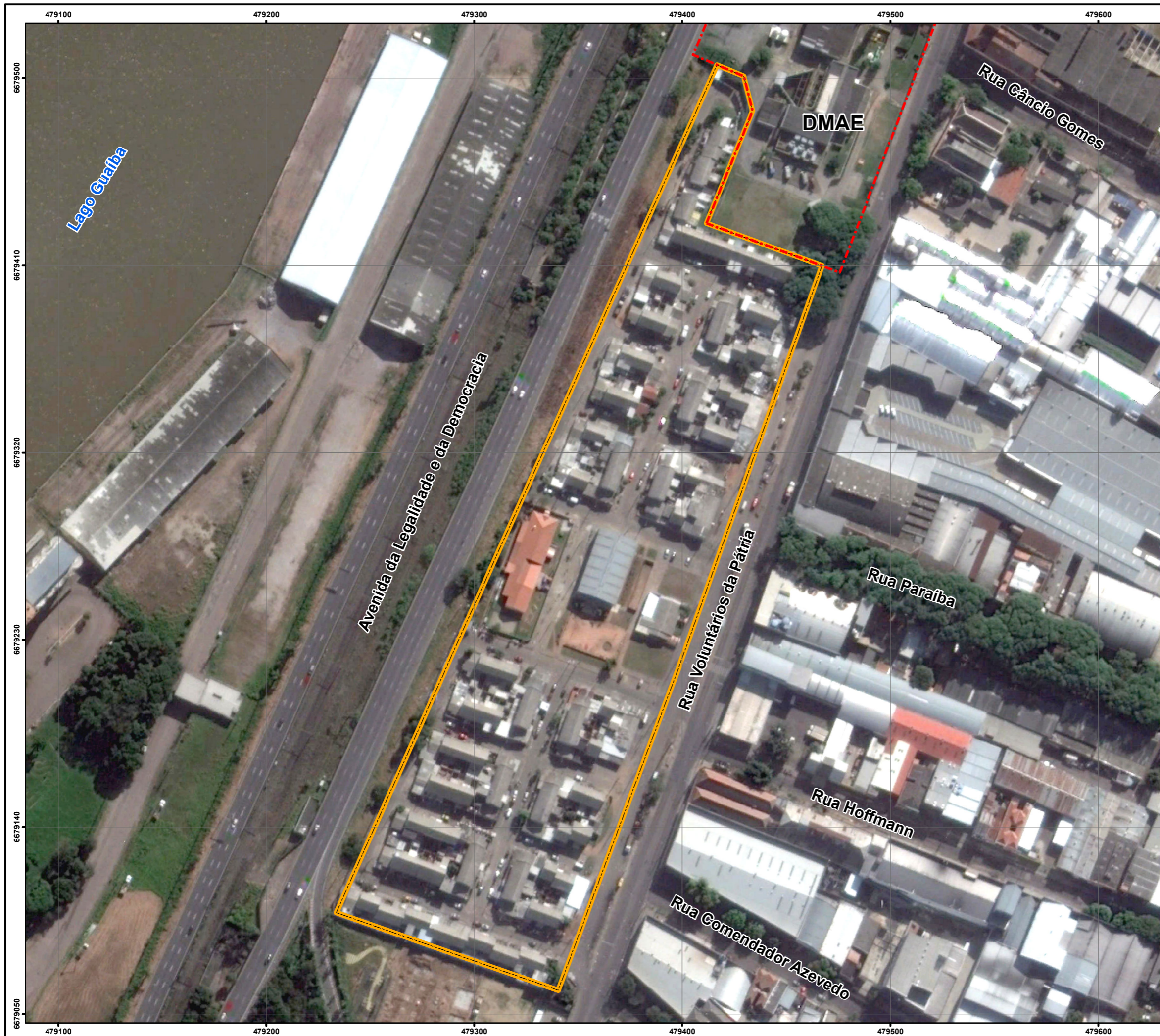


Figura 1: Mapa de localização do Loteamento Santa Terezinha

DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA EM PORTO ALEGRES: ENTRE A APARENTE PERMANÊNCIA E A TÊNUE MUDANÇA



Localização:



Legenda:

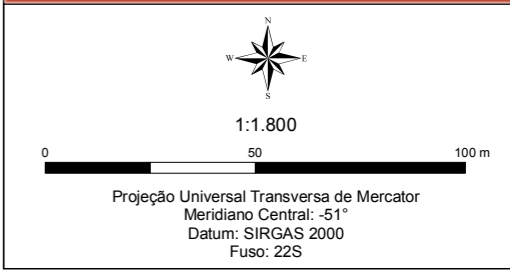
- Loteamento
- Corpo Hídrico
- Porto Alegre
- Limite Municipal
- Limite Loteamento
- DMAE

Fonte dos dados:

Hidrografia: IBGE, 2010;
 Limites Municipais: IBGE, 2010;
 Limites Estaduais: IBGE, 2010;
 Limite Internacional: IBGE, 2010;
 Lot. Santa Terezinha: O Autor, 2017;
 Imagem: Google Earth, 2017;

Elaboração: Emilio L. S. Santos, 2017.

Informações Cartográficas:



Um projeto de pesquisa nasce de um questionamento do pesquisador sobre sua realidade cotidiana. A observação de um fenômeno e a busca por explicá-lo através de métodos e teorias da ciência da qual é parte integrante é o objetivo do pesquisador. O questionamento a respeito daquilo que lhe chama a atenção é essencial, é o ponto de partida para a pesquisa.

O que chamou nossa atenção é o fato de que sendo muito próximo do centro da cidade, região que concentra um grande número de lojas, escritórios, restaurantes que produzem muito do material que é coletado por recicladores, num intervalo relativamente curto de tempo (onze anos), o Loteamento está, de modo geral, em precárias condições e sofre a ação continuada do tráfico de drogas. Assim, entendendo esta população como agentes que transformaram o espaço vivido adequando-o ao seu modo de vida, apresentamos nosso problema de pesquisa: **Que processos sócio-espaciais estão presentes no Loteamento Santa Terezinha e que o (re)configuram ao longo de sua existência?**

Buscando responder a este questionamento apresentamos nossos objetivos, tanto o geral quanto os específicos, expostos a seguir e que tem intenção de entender e explicar, na medida do possível, os processos pretéritos e presentes no Loteamento.

1.1 OBJETIVO GERAL

A ideia central desta pesquisa é analisar a dinâmica sócio-espacial do Loteamento Santa Terezinha em Porto Alegre/RS, no período de 2006/2017, a partir da visão dos moradores, identificando práticas espaciais adotadas por eles. Para atingir o objetivo principal deste estudo, aprofundamos a análise dos seguintes elementos específicos elencados abaixo:

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar sinteticamente as políticas públicas habitacionais na perspectiva do Estado como agente transformador do espaço;
- b) Analisar as políticas públicas habitacionais, especificamente em Porto Alegre;
- c) Elaborar um levantamento socioeconômico (dos moradores entrevistados) para melhor compor a pesquisa;

- d) Identificar práticas e dinâmicas sócio-espaciais presentes no Loteamento Santa Terezinha no período 2006/2017.

Para cumprir com estes objetivos esta dissertação está dividida em cinco capítulos que pretendem analisar diversos aspectos da área de estudo e estão a seguir apresentados.

A primeira parte contém o referencial teórico e faz uma caracterização das políticas públicas para a habitação tanto no Brasil como em Porto Alegre, apresentando um histórico dos diversos planos e projetos propostos para a cidade ao longo do tempo. Além disso discute-se o papel do Estado como agente transformador do espaço, conceitos de espaço urbano, práticas e dinâmicas sócio-espaciais, e a sua relação com a área de estudo.

Na segunda parte da dissertação está descrita a metodologia utilizada na pesquisa para obter os dados que foram posteriormente analisados. Esta coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas com moradores do Loteamento e para o tratamento e análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. São também exibidos neste capítulo quadros de referência contendo as datas e pessoas entrevistadas durante os trabalhos de campo.

Na terceira parte construímos um histórico de formação do Loteamento, desde a sua constituição até os dias atuais, apresentamos os dados do perfil socioeconômico dos moradores entrevistados através de gráficos que facilitam a compreensão da informação apresentada, além de analisar e interpretar os dados qualitativos obtidos nas entrevistas (através da metodologia proposta) que mostram como as práticas sócio-espaciais adotadas pelos moradores estão estreitamente ligadas aos processos que configuram e reconfiguram o espaço do Loteamento.

Por fim, apresentamos nossas considerações a respeito da pesquisa retomando os conceitos e análises feitas na intenção de proporcionar um fechamento (ainda que parcial) do trabalho, fazemos algumas considerações a respeito do momento atual e perspectivas futuras do Loteamento tendo em conta que ele não está apartado do resto da cidade, e tudo que acontece seja na esfera pública (leis, programas, planos) seja na esfera privada (empreendimentos imobiliários), traz consequências de forma direta ou indireta nos processos e configurações espaciais do Loteamento.

2 O ESPAÇO E A CIDADE

A fundamentação teórica ou referencial teórico de uma pesquisa científica tem como objetivo desenvolver ideias no sentido de apoiar o tema abordado, através da apresentação de teorias formuladas por outros autores, além de conceitos e termos relacionados ao objeto de estudo. É uma forma de explicar o que tem sido pesquisado sobre o tema e, ao mesmo tempo, sustentar cientificamente a pesquisa.

Nesta pesquisa, o embasamento teórico abrange os conceitos de espaço urbano, espaço social, práticas espaciais e dinâmicas sócio-espaciais na sua relação com as políticas públicas para a habitação no Brasil e na cidade de Porto Alegre/RS.

2.1 O ESPAÇO URBANO

A problemática do espaço não é nova e na Geografia é recorrente, constituindo seu conceito base. Desde a descrição sob formas meramente físicas e de localização, “uma parte específica da superfície da terra” (CORRÊA, 2012, p. 15), nos primórdios da ciência geográfica, até análises fenomenológicas e metafísicas contemporâneas, o conceito tem evoluído na medida em que a realidade se torna mais complexa, exigindo maiores e mais amplas reflexões.

Espaço é um conceito-chave para a Geografia (além de outros como região, território, lugar e paisagem) e por este fato adquire várias significâncias ligadas às diversas correntes de pensamento gestadas dentro da própria ciência geográfica (CORRÊA, 2012), o conceito vai tomando diversas formas e evoluindo ao longo do tempo.

Santos (2004), em sua obra *A natureza do espaço*, apresenta os fundamentos sobre o que é, em essência, o espaço, entendendo este como um conjunto de fixos (objetos) e fluxos (processos) que são contraditórios e ao mesmo tempo solidários não sendo possível analisá-los de forma dissociada uma da outra.

Segundo Santos, o espaço deve ser analisado a partir de quatro subcategorias¹, a saber: forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985), sendo a forma o aspecto visível, a função é uma atividade que esta forma desempenha, a estrutura é

¹ Entendendo que o espaço é a categoria principal de análise e a forma, a função, a estrutura e o processo são subcategorias, porém não menos importantes.

a inter-relação de todas as partes do todo e o processo é a ação continuada em direção a um determinado resultado, seja ele qual for.

Nas palavras de Santos:

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS, 1985, p.49).

Depreende-se que a análise do espaço não pode se dar, levando-se em conta apenas alguma das subcategorias, mas sim, o seu conjunto, relacionando-as, sob pena de termos limitado o conhecimento da realidade, pois teremos uma visão parcial dos fenômenos.

Assim, pensando no conceito de espaço e, especificamente, espaço urbano no que diz respeito às cidades brasileiras a partir da década de 1970 caracterizada pelas grandes migrações do campo à cidade, a mecanização do meio rural substituindo a mão-de-obra dos trabalhadores da agropecuária e levando massas de desempregados em direção às cidades, produzindo uma densificação demográfica nas cidades que, sem infraestrutura para receber tão grande número de pessoas, vê o crescimento de vilas, favelas e ocupações irregulares se proliferar, esta dinâmica apresentada pelas cidades leva a Geografia a buscar respostas sobre esta realidade e os fenômenos a ela atribuídos.

Um dos grandes estudiosos do tema urbano é o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, para ele:

O interesse em conhecer e atuar sobre a cidade deriva do fato de ser ela o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade. E mais: de ser o principal lugar dos conflitos sociais. (CORRÊA, 2005, p.5).

Torna-se imperativo explicar e entender o espaço urbano, pois este, nas palavras de Maricato:

A dominação social se dá também através do espaço urbano, em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar do dominado. O poder político é exercido, em parte, por intermédio do espaço urbano, assim como a exploração econômica [...] (MARICATO, 1997, p.47).

Corrêa apresenta o conceito de espaço urbano de forma complexa, articulando várias percepções, fruto da reflexão sobre os diversos processos existentes no interior da cidade. Assim define Corrêa o espaço urbano:

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 2005, p.9).

Rolnik (1995) pensa o espaço urbano como um movimento que se apropria de tudo ao seu redor. Segundo a autora:

O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações, para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo. (ROLNIK, 1995, p. 12).

Sendo tão diverso e contraditório, o espaço urbano requer, por parte dos pesquisadores (arquitetos, urbanistas e propriamente os geógrafos) a análise das problemáticas, e a elaboração de estratégias capazes de gerar conhecimento e, por consequência, apontar soluções. De acordo com Carlos:

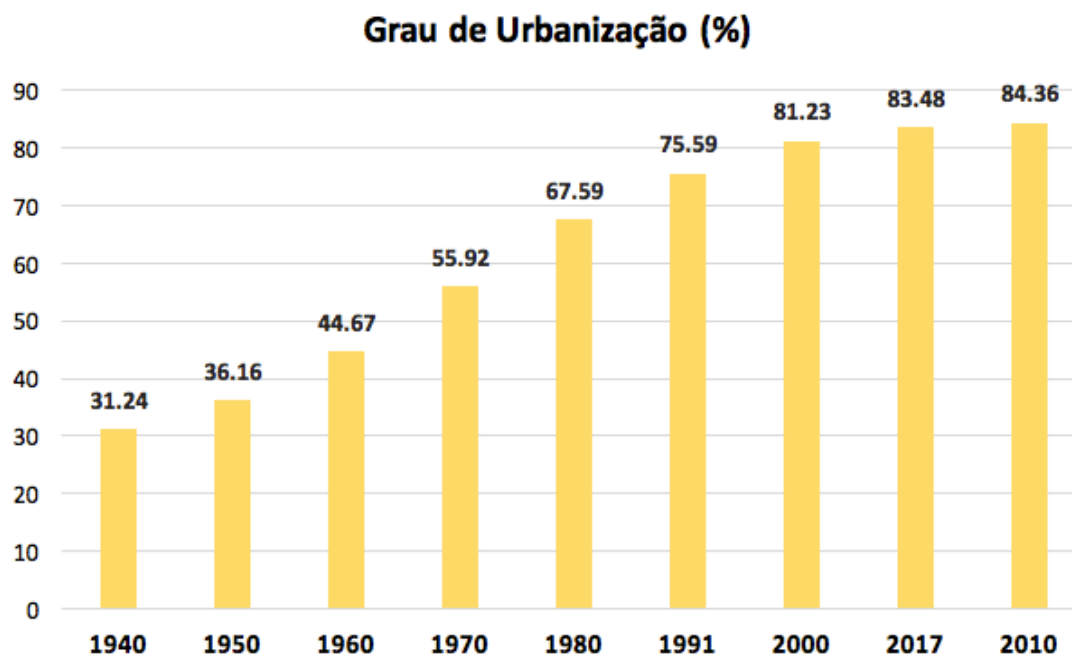
À Geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva espacial; isto é, a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial urbana enquanto desafio para desvendar a realidade urbana em sua totalidade, e das possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade numa perspectiva capaz de iluminar a armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição da reprodução do capital, ou da dominação do estado, esvaziada de seu sentido humano (CARLOS, 2003, p.16).

Assim, cabe refletir e discutir a respeito do papel dos diversos agentes que transformam o espaço, entre eles o Estado (se utilizando de planos, projetos, programas e leis) e dos que sem a ajuda ou anuência do Estado transformam o espaço a seu modo através de práticas espaciais associadas ao seu modo de vida.

2.2 DO RURAL AO URBANO: APONTAMENTOS SOBRE O PLANEJAMENTO DA CIDADE

A partir do início da década de 1970. Com o processo de mecanização do campo, houve um movimento de emigração do meio rural para os centros urbanos. Se no Brasil dos anos de 1950 a população era eminentemente rural, hoje ela é majoritariamente urbana.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grau de urbanização² no Brasil tem crescido exponencialmente desde os anos de 1940, conforme mostra o Quadro 1. No ano de 2010 este índice era de 84,36%.



Quadro 1: Grau de urbanização no Brasil. Fonte: IBGE, 2010.

Entretanto, esta dinâmica urbana não tem sua gênese na segunda metade do século XX, mas se inicia ao final do século XIX, mais precisamente em 1850 com a promulgação da Lei de Terras, em um processo que levaria, pelo menos, mais sessenta anos – com a criação do Código Civil Brasileiro em 1917 (MARICATO, 1997).

Até então a cidade não tinha a importância que passou a ter em meados do século XX. O protagonismo era do campo, através das atividades do setor agropecuário, pois lá a riqueza se produzia. Os latifundiários detinham a posse da terra e dela tiravam sua renda, em um primeiro momento do trabalho dos escravos e, posteriormente, dos assalariados do campo. Segundo Maricato:

[...] o que contava mais que a terra era a capacidade de ocupá-la e nela produzir: dada pelo trabalho escravo. Assim, a propriedade de escravos era tão importante quanto a terra, ou mais. A dependência dos pequenos proprietários em relação ao latifúndio era indiscutível, principalmente na comercialização de sua produção. Lembremos mais uma vez que o senhor

² Grau de urbanização é a percentagem da população da área urbana em relação à população total. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

rural era autoridade municipal e depois tornou-se também autoridade militar, com a guarda nacional (MARICATO, 1997, p. 22).

A partir da Lei de Terras (1850) e da abolição da escravidão (1888), surge uma nova dinâmica nas relações de trabalho e produção no campo. A posse da terra que era, anteriormente, concedida pelo Estado de forma arbitrária ou simplesmente ocupada, passa a ter uma regulação legal. Os grandes latifundiários ofereceram grande resistência a este novo modo de regramento com informações imprecisas sobre a situação de suas terras. Como corolário, muitas das terras do Estado passaram à esfera privada. A ocupação de terras devolutas foi criminalizada (MARICATO, 1997) e uma massa de indivíduos livres, mas sem terras e escravos libertos e sem a proteção do senhor rural, começam a migrar para os núcleos urbanos na busca por trabalho e moradia. De acordo com Maricato:

A promulgação da Lei de Terras teve, contudo, maior impacto sobre a ordenação das ruas e casarios nos núcleos urbanos, já que ele distingue, pela primeira vez na história do país, o que é solo público e o que é solo privado. Exige-se uma demarcação mais precisa dos espaços que são propriedade privada: a dimensão e a demarcação dos lotes é bem mais definida. Exige-se também a fixação mais rigorosa dos limites entre o espaço público e o privado – o alinhamento das fachadas, das calçadas e das ruas passa a obedecer a um traçado mais preciso (MARICATO, 1997, p. 23).

Esta substancial mudança do centro de gravidade do campo à cidade trouxe na sua esteira uma grande demanda por moradia, transporte e saneamento. A falta destes itens básicos para uma vida digna na cidade causou grandes transtornos às administrações públicas (principalmente prefeituras) da época. A proliferação dos chamados “cortiços” concentrava a pobreza nas principais cidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

Este quadro exigia providências no sentido de melhorar a condição de vida destas populações. A medida adotada para a melhoria das cidades incluía a eliminação dos cortiços, a ampliação do sistema viário, a construção de edifícios e melhoramentos paisagísticos. O país ingressa em uma nova etapa política com a instituição da República (1889), que traz consigo os ecos do positivismo, tendo o conhecimento técnico e a racionalidade como guias. Não por acaso, o lema desta nova etapa está expresso no pavilhão nacional: *ordem e progresso*.

A mudança revela as consequências de sua aplicação, situações que ainda hoje persistem e em alguns casos foram agravadas, conforme Maricato:

Se na cidade Imperial os escravos viviam juntos a seus proprietários, a cidade da república separa o trabalho do ócio. Expulsa os negros e brancos pobres

para as periferias, para os subúrbios, para os morros ou para as várzeas. Os edifícios, lojas e serviços na cidade republicana escondem o trabalho das cozinhas, das oficinas. Trata-se de uma nova concepção urbana para uma nova sociedade, com uma nova disciplina espacial, ética e cultural [...] (MARICATO, 1997, p. 30).

Sob esta égide surge o que se pode chamar de urbanismo (ainda que esta palavra só comece a ser usada muito anos mais à frente), que se consolida durante o século XX. No entanto, o problema da habitação e da ocupação do solo urbano persiste até os dias atuais. Maricato adverte que:

É um equívoco pensar que essas mudanças se restringiram aos aspectos ideológicos, formais, culturais. Na base de toda transformação estava o processo que torna as edificações uma mercadoria capitalista, apropriada de forma distinta pelas classes ou grupos sociais. A propriedade privada era a primeira condição para que alguém pudesse ter acesso a essa mercadoria. Mas ela não era suficiente (MARICATO, 1997, p.30).

Como resultado desta nova forma de pensar a cidade, surgem os planos – de melhoramentos, sanitaristas e urbanos – pois a “mentalidade republicana, aspirando refletir uma nova ordem e novos tempos, procurou construir uma fachada urbana [...] através de valores como ordem, civilização, estabilidade” (MARICATO, 1997, p.31).

2.2.1 O caso de Porto Alegre

Na cidade de Porto Alegre não foi diferente. Desde o início do século XX ela tem passado por várias modificações urbanas, na esteira do que ocorreu no país. Surgem, a partir da última década do século XIX, as companhias de loteamento. A principal delas foi a Companhia Territorial Porto Alegrense, proprietária de grandes áreas de terra e responsável por grandes transformações urbanas na capital. As relações entre agentes públicos e proprietários fundiários não eram suficientemente claras, por vezes confundindo-se. Segundo Strohaecker, estas companhias se aproveitavam destas facilidades, pois “seus acionistas majoritários atuavam em setores estratégicos da economia urbana, além de ocuparem cargos no setor público” (STROHAECKER, 2005, n.p.). Assim, “a complexa rede de atuações e de poder econômico dos detentores de grande capital indica que eles moldaram a cidade de acordo com seus interesses” (STROHAECKER, 2005, n.p.).

Considerada referência no Brasil na questão da regulação do espaço urbano, a capital do Rio Grande do Sul começa sua preocupação com a expansão da cidade com os chamados planos a partir de 1914, com o *Plano Geral de Melhoramentos*,

elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, cujo principal critério era “*melhorar conservando*”. Segundo Abreu Filho:

[...] sanear, transportar, equipar e embelezar, trazendo à capital os padrões de modernização urbana da época. O plano orientou por várias décadas a transformação física da cidade, mudando a face do centro, legou diretrizes seguidas pelos planos que o sucederam, e deixou traços de grande permanência (ABREU FILHO, 2006, p. 32).

Fortemente influenciado pelas intervenções feitas pelo barão de Haussmann em Paris, em 1853, e pelo positivismo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos à época, o plano teve atuação limitada à área mais povoada da cidade de então, o primeiro distrito, por conta, segundo o próprio autor, da escassez de recursos da municipalidade. Segundo Moreira Maciel:

Não podemos aplicar senão em parte as idéas que acabamos de expor, devido aos escassos recursos de que dispõe a Municipalidade, à dificuldade de introduzir certos melhoramentos, pela disposição topográfica da cidade, que não permite pequenos embellezamentos senão à custa de enormes despesas; de modo que nos cingimos do que era praticável, esperando, porém, que o projecto possa satisfazer em muitos pontos à necessidade crescentes do transito, à beleza e hygiene da Capital (MOREIRA MACIEL, 1914, p.3).

A Figura 2 mostra as melhorias propostas pelo *Plano Geral*, que estão destacadas pelas linhas vermelhas no mapa, basicamente ampliações e melhorias no traçado viário da área central da cidade.

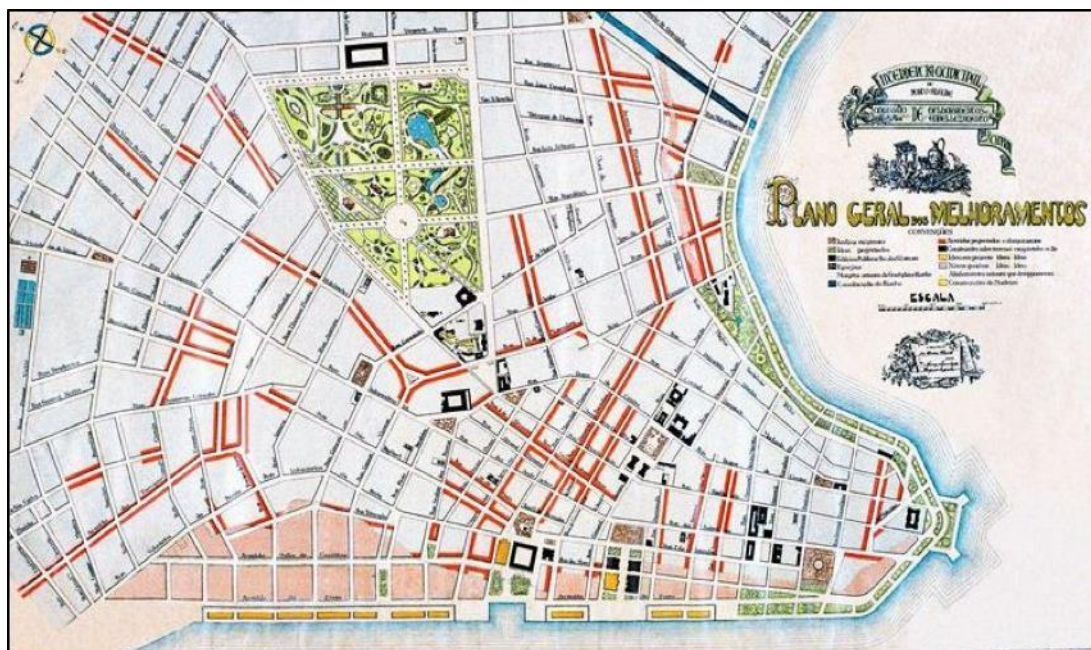


Figura 2: Plano Geral de Melhoramentos.Fonte: Acervo IHGRGS.

Em 1936 é apresentado ao então prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins, um grande estudo de urbanização para a cidade, publicado posteriormente (1938) sob o título de

Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre, elaborado pelos engenheiros Ubatuba de Farias e Edvaldo Pereira Paiva. Sob o argumento de que o *Plano Geral de Melhoramentos* estava ultrapassado, este estudo propôs um plano de abertura de avenidas para melhorar a circulação urbana. De acordo com Abreu Filho:

Segundo o diagnóstico dos autores, o processo de crescimento não controlado e a intensa especulação imobiliária dos anos 1926/29, tinham produzido “um amálgama de loteamentos desconexos, estendendo-se a grandes distâncias”, causando “uma completa desorganização da vida da cidade”. Esta se manifestava por conflitos entre o sistema viário existente e o crescente tráfego motorizado, congestionamento do centro, distância crescente entre este e os bairros e entre locais de moradia e de trabalho (ABREU FILHO, 2006, p.98).

Este estudo foi influenciado pelo que já se estava fazendo em outras cidades do Brasil, por outros profissionais da arquitetura, como Prestes Maia em São Paulo e pelo francês Alfred Agache no Rio de Janeiro. Basicamente, o estudo buscava modernizar o já existente, diminuindo a centralização causada pelo padrão radial com que foi planejada a cidade.

A partir de 1937 assume a prefeitura José Loureiro da Silva, trazendo como inovação a criação de um plano diretor. Ainda que suas opiniões fossem diversas dos administradores anteriores, em especial Alberto Bins, Loureiro da Silva buscava a modernização da cidade, assim como os demais. Para concretizar seus objetivos, criou o *Conselho do Plano Diretor* (1938) e chamou o engenheiro-arquiteto Arnaldo Gladosh para elaborar o plano diretor. Segundo Abreu Filho, o plano elaborado por Gladosh,

Sistematiza estudos parciais desenvolvidos pela administração municipal em quase duas décadas, dá continuidade às principais propostas do Plano Maciel para a área central, e consolida a visão rádio-concêntrica da estrutura urbana de Porto Alegre (ABREU FILHO, 2006, p.124).

Estes estudos levariam, pelo menos teoricamente, à elaboração do plano diretor, não fosse um evento que desviou as atenções do plano para algo mais urgente e necessário: a enchente de 1941. Ao final de seu mandato em 1943, Loureiro da Silva organiza um documento apresentando todos os planos e realizações de seu governo, compilado pelo engenheiro Edvaldo Pereira Paiva, conhecido como *Um Plano de Urbanização*. O documento está composto de nove partes mais os anexos e, de acordo com Abreu Filho:

Num total de 118 páginas mais figuras, trata-se de um relato impressionante pela quantidade e escala das intervenções, por sua abrangência para o desenvolvimento urbano da cidade, e por seu padrão homogêneo de

qualidade e imagem, enquanto obras públicas feitas para durar (ABREU FILHO, 2006, p.133).

Ao final dos anos quarenta a cidade ainda não possuía o seu Plano Diretor e todas as ações relativas ao planejamento urbano eram pontuais, não satisfazendo as necessidades exigidas pelo processo de verticalização das áreas centrais. Enquanto no centro do país as propostas elaboradas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) ditavam o que era moderno e o que era ultrapassado/arcaico, Porto Alegre ainda se mantinha provinciana.

Neste contexto, Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro, ambos arquitetos, elaboram em 1950 o *Anteprojeto de planificação para Porto Alegre*, concluído em 1951, trazendo no seu bojo forte influência da Carta de Atenas – documento elaborado em um dos CIAM (1933) e que marcou a arquitetura moderna – apresentando as quatro funções da cidade: habitar, trabalhar, circular e estimular as atividades de recreação e lazer. Em termos gerais, o documento faz uma compilação do que já tinha sido produzido anteriormente, porém com o viés modernista vigente na época.

Finalmente, em 1959, Porto Alegre tem aprovado seu primeiro plano diretor através da Lei 2046/59, de 30 de dezembro de 1959. O projeto encabeçado por Pereira Paiva, em linhas gerais, tratava do zoneamento, artifício com o qual a administração municipal pretendia regulamentar o uso do solo urbano no que dizia respeito, particularmente à verticalização do centro da cidade, problema recorrente já apontado anteriormente por Paiva.

Os anos sessenta são marcados pelas revisões do plano diretor na busca por melhoramentos e enquadramento necessários à dinâmica urbana cada vez mais intensa por que passava a cidade. O aumento da população e a consolidação de sua área metropolitana entre os anos de 1960 e 1970 são fatores que sugerem que modificações e revisões no planejamento são imprescindíveis.

Os anos sessenta são também o início do governo militar no Brasil e da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH, 1964), das Cooperativas de Habitação (COHAB, 1964) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU, 1964). Estas foram políticas implementadas pelo Estado na tentativa de sanar o problema da habitação no país. Todas, de modo geral, tiveram relativo sucesso inicialmente sem, no entanto, conseguir resolver o problema da moradia, principalmente para as populações de baixa renda. De acordo com Azevedo:

Da mesma forma que o Banco Nacional da Habitação (BNH), duas décadas depois, a FCP foi criada basicamente como meio de garantir ao governo maior respaldo popular através do discurso de acesso à casa própria. A escolha do dia 1º de maio como data oficial de sua criação indica a disposição do governo de tirar o máximo de dividendos políticos - em termos de prestígio e legitimidade – Junto aos assalariados urbanos (AZEVEDO 1988, p. 108).

O objetivo da criação do BNH, entre outros, era eminentemente político, visando granjear a simpatia dos setores menos privilegiados da sociedade da época, trazendo em seu bojo “a ideia de que a casa própria poderia desempenhar um papel ideológico importante, transformando o trabalhador de contestador em ‘aliado’ da ordem” (AZEVEDO, 1988, p. 109). Desde então, a busca pela moradia tornou-se um objetivo a ser alcançado pela maioria da população.

A partir da criação do BNH surgiram também as Cooperativas de Habitação (COHAB), cujo controle acionário era feito pelos estados ou municípios. Em 21 de novembro de 1986 é oficialmente extinto o BNH através do Decreto-Lei 2.291. A corrupção na instituição e a má gestão dos recursos são apontados como causa principal de sua extinção. A partir daí tudo que dizia respeito à habitação passa a ser gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF). A COHAB no Estado do Rio Grande do Sul foi extinta em 2009 pela Lei 13.305, de 02 de dezembro de 2009, durante o governo de Yeda Crusius.

Até aqui o que se pode perceber é que os planos, seja de melhoramentos, de urbanização ou de regulação do solo urbano, preocupavam-se com as áreas centrais da cidade, onde havia o uso mais intensivo do solo urbano através da verticalização das edificações. Entretanto, Porto Alegre não se resumia ao centro e, ainda que alguns dos planos, senão todos, tivessem um cunho sanitário e excludente, as populações de baixa renda e as favelas cresciam próximas a área central da cidade.

Constata-se que, para os moradores das periferias, vilas e de outras áreas ocupadas na cidade, o Plano Diretor não existe. Segundo Maricato:

Os Planos Diretores - PDs têm se prestado à busca idealizadora da unidade e da totalidade do urbano tão ao gosto do urbanismo modernista. A incorporação do conceito pós-moderno de fragmentação, valorizando o desenho urbano, não implica necessariamente, na visão alienada do planejamento oficial, em encarar a cidade real que exige intervenção emergencial, menos generalizante e abstrata. Para grandes áreas do território urbano esta regulamentação nada significa. Gestão e não simples regulamentação, operação, ação administrativa e não apenas planejamento de gabinete, é o caminho para a prevenção das tragédias cotidianas que vitimam moradores dos morros e encostas que deslizam a cada chuva, ou moradores das beiras dos córregos atingidos por enchentes, ou bairros inteiros atingidos por epidemias (MARICATO, 1996, p.10).

De acordo com a autora, existe um distanciamento entre o planejador e a realidade concreta daquele habitante de áreas de risco ou ocupadas irregularmente. Estes planejadores, com frequência, desconsideram as pessoas envolvidas no processo de produção do espaço.

Exemplo disso é o chamado *Projeto Renascença*, executado pela prefeitura de Porto Alegre entre os anos de 1975 e 1979 na área centro-sul da capital, que tinha por objetivo o melhoramento de áreas degradadas³ desta região da cidade, mas passíveis de valorização imobiliária se algumas benfeitorias fossem feitas.

O lema do projeto era *Remover para Promover* e estavam previstos no projeto construção de avenidas, criação de um parque municipal, obras de pavimentação e de drenagem, etc. O prefeito da época era Guilherme Socias Villela e o financiamento para o projeto foi feito pelo BNH através do *Plano C.U.R.A.* (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada).

A Ilhota estava incluída no projeto, sendo uma área conhecida por sofrer constantemente pelas cheias do arroio Dilúvio, por sua condição infraestrutural precária e por abrigar uma população de baixa renda. Conforme Souza:

A sua relação com a cidade formal era bastante contraditória. Por um lado, a Ilhota era identificada com um lado tradicional de cultura popular através do samba e do carnaval (berço do compositor Lupicínio Rodrigues, por exemplo); por outro, era associada à marginalidade e ao crime. De qualquer forma a *Ilhota* estava fora de lugar para seus contemporâneos porto-alegrenses (SOUZA, 2008, p.41).

Segundo Burin:

[...] a Ilhota sempre foi associada com a s práticas e sociabilidades religiosas e festivais dos negros que a habitavam. Por outro lado, o local ficou conhecido por sediar os mais animados e populares carnavais da cidade. Nas décadas de 1920 e 30, compôs-se ali um reduto de boêmia das camadas baixas da população (BURIN, 2008, p. 41/42)

Para a concretização do projeto, a população da Ilhota foi removida de seu local de origem e seus habitantes transferidos para a zona sul da capital (bairro Restinga) e até hoje aguardam a chamada “promoção”. De acordo com Souza:

Desta forma, pode-se afirmar que a Restinga Velha foi uma favela construída pela prefeitura porto alegrense para o reassentamento de um grande número de pessoas em uma área desprovida de infraestrutura para atendê-las. Algumas das favelas que já existiam em Porto Alegre foram somente

³ O termo “degradada” é, de modo geral, utilizado em análises ambientais e refere-se a processos erosivos, desmatamentos, contaminações hídricas e etc. que tem, em sua maioria, origem antrópica. Neste trabalho especificamente utilizamos o termo por entender que ele é mais adequado para os processos que procuramos definir: áreas sem uso aparente e/ou abandonadas com uma condição de decrepitude na cidade.

removidas para uma área de difícil acesso. A Vila Nova Restinga, criada para acomodar os removidos, não deu conta do grande fluxo de pessoas que eram levadas ou chegavam à região por conta própria (SOUZA, 2008, p.57).

Gamalho (2010) afirma que o que houve no caso desta remoção foi simplesmente uma mudança geográfica, o que não se pode chamar de planejamento. Segundo a autora:

A Restinga teve início a partir da ausência, da precariedade e de dificuldades superiores às vivenciadas nas malocas, pois eram as mesmas, com o diferencial do novo lugar, reduzindo o “promover” ao mero discurso. Mas havia também pessoas, histórias de vida, de opressões (GAMALHO, 2010, p.75).

Pelo exposto, pode-se inferir que o objetivo do Projeto Renascença era, entre outros, o de manter estas populações distantes das áreas mais valorizadas da cidade. Este processo de melhoramento de algumas áreas em detrimento de outras e a remoção de ocupações e vilas tornou-se expediente comum nas administrações municipais. Maricato discorre sobre esta forma de planejamento apontando para o fato de que:

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos de acordo com os princípios modernistas ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: por que elas se aplicam a uma parte da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (MARICATO, 2007, p.122).

Por conta desta nova dinâmica sócio-espacial tornada mais complexa, a municipalidade decide por reavaliar o plano diretor, o que acaba por tornar-se um novo projeto de plano diretor, conhecido como *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano* (PDDU), aprovado em 1979 e instituído pela Lei Complementar 43/79. De acordo com Abreu Filho:

O novo plano busca um tratamento mais científico e neutro para as normas, mas com a intenção de inseri-las em uma perspectiva social mais ampla, pela definição de relações entre a população e os equipamentos urbanos. Como as relações são numéricas, o novo contexto normativo e as propostas decorrentes mantêm um caráter essencialmente tecnocrático (ABREU FILHO, 2006, p.281).

Em linhas gerais, o PDDU divide a cidade em Unidades Territoriais de Planejamento (UTP), tendo um regime urbanístico próprio, polos comerciais hierarquizados, corredores de comércio e serviços e um “sistema viário básico amorfo e desarticulado” (ABREU FILHO, 2006, p. 282).

O PDDU traz uma inovação, se comparado com os anteriores: a possibilidade de participação popular nas tomadas de decisão. Os artigos 21, 22 e 23 da Lei Complementar 43/79 discorrem sobre como será esta participação. Entretanto, ao regulamentar esta participação, desconsidera aquela população que vive em loteamentos irregulares e ocupações historicamente constituídas na cidade (Vila Dique, por exemplo) ao propor que, para efetivar-se esta participação, os envolvidos deveriam criar associações de moradores e estas teriam que ser reconhecidas pelo executivo municipal. Ao mesmo tempo em que, teoricamente, dá representação a estes indivíduos para que decidam suas demandas junto à municipalidade, torna invisíveis os demais que, não possuindo a possibilidade de reconhecimento pelo executivo pela sua condição de ilegalidade, ficam alijados do processo decisório.

O PDDU foi e ainda é alvo de muitas críticas por conta de seu caráter tecnocrático e extremamente racionalista com que foi conduzido pela Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) à época. Além disso, a falta de conhecimento da real situação da habitação no município originou uma substancial oposição entre a legislação formal e a situação real do uso do solo (FEDOZZI, 2000), causando “[...] novos conflitos entre a administração municipal e os moradores de vilas irregulares ou clandestinas que passaram a desenvolver lutas de autodefesa pela sua fixação nos locais de moradia [...]” (FEDOZZI, 2000, p. 25).

Outro fato importante acontecido no Brasil no ano de 1979 foi a criação, através do BNH, do Programa de Erradicação da Subabitação (PROMORAR), cujo objetivo era recuperar e urbanizar áreas faveladas nas cidades. Segundo Fedozzi (2000, p.27) “um terço das áreas de subabitação existentes no início dos anos 80 foram incluídas formalmente no PROMORAR”, no entanto o programa foi muito contestado pelas associações de moradores, conforme Fedozzi:

[...] principalmente porque as comunidades afetadas perceberam os aspectos de segregação social e espacial contidos no modelo de urbanização proposto, qual seja: construção exígua das unidades habitacionais (sala e cozinha, sem banheiro), ausência de previsão de infraestrutura, condições financeiras exigidas fora dos parâmetros reais da população (renda fixa), previsão de remoção de famílias, além de exigências técnicas pouco flexíveis para construção e urbanização (FEDOZZI, 2000, p.27).

Assim, os resultados do programa foram inexpressivos, a construção de moradias foi abandonada e concentrou-se as iniciativas apenas na implantação de infraestrutura e vias de acesso, não passando da fase de levantamento de dados,

sendo que apenas três vilas da capital tiveram o programa implementado (FEDOZZI, 2000).

Este descolamento da realidade concreta que ocorre com os que planejam a cidade revela a dicotomia entre cidade legal e cidade real (MARICATO, 2007), onde de um lado está a cidade do plano diretor, do índice construtivo, do regime urbanístico e de todo um aparato regulatório, e do outro está a falta de estrutura, de equipamentos urbanos, de transporte coletivo, de saneamento, de extrema carência e condições mínimas de habitabilidade.

Com o ocaso do governo militar no início dos anos oitenta e a eleição de Tancredo Neves para a presidência da república em 1985, ainda que de forma indireta, marcada pelo movimento “Diretas Já”, que pleiteava exatamente o fim das eleições indiretas no país e alavancado pelo anseio de mudança, o Congresso Nacional promulga, em 1988, a nova Constituição brasileira com diversos avanços em relação às anteriores. Entre estes avanços está a eleição direta para presidente da república, governadores e prefeitos municipais.

A Constituição traz, no título VII, capítulo II, em que trata da política urbana, os artigos 182 e 183 que dizem textualmente:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - Parcelamento ou edificação compulsórios;

II - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem

oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Este capítulo da Constituição estabelece, pelo menos teoricamente, os instrumentos para a garantia, na esfera de cada município, do direito à cidade, da função social da propriedade e da função social da própria cidade. A regulamentação destes artigos se daria somente em julho de 2001 com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257), parametrizando e estabelecendo diretrizes para as políticas urbanas no país. Além disso, proporciona aos municípios a possibilidade de intervir nos processos de planejamento e gestão urbanos.

No ano de 1989, a cidade de Porto Alegre entra em uma nova fase política com a vitória na eleição para a prefeitura (Olívio Dutra, à época, deputado federal) da chamada “Frente Popular”, uma coligação de três partidos de esquerda: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na administração do prefeito Olívio Dutra (PT) é implantado o *Orçamento Participativo* (OP), um exemplo de gestão participativa da cidade.

Dez anos depois, em 1999, é aprovado na Câmara Municipal o *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental* (PDDUA), de acordo com a Lei Complementar 434/99. A partir de agendas internacionais (Agenda 21 da Organização das Nações Unidas [ONU]), inclui-se o termo *ambiental*, derivado de uma preocupação emergente com a sustentabilidade das cidades. Há uma mudança na forma de pensar a cidade e uma alteração nos conceitos utilizados, passando de um instrumento predominantemente normativo para um modelo estratégico (ABREU FILHO, 2006), colocando o Estado numa posição de articulador, propositor e integrador.

A Figura 4 apresenta uma ilustração do PDDUA, mostrando como está dividida a cidade (Macrozonas), com os corredores de centralidade, produção, desenvolvimento e urbanidade, além das diversas “cidades” dentro da cidade.



Figura 3: Macrozonas segundo o PDDUA, 1999. Fonte: SMURB, 2017.

Analisando-se o exposto até aqui, podemos apreender que o Brasil, e especificamente Porto Alegre, passou por distintas fases no que tange ao planejamento urbano. Desde medidas eminentemente estéticas (melhoramentos), preocupações com a forma da cidade com o modernismo dos anos 20/30, os planos sanitaristas dos anos 40/50, as remoções a partir dos anos 60/70, as delimitações de áreas específicas dos anos 80 até finalmente nos anos 90 para o modelo dos corredores de centralidade proposto pelo PDDUA. Evidentemente, cada um destes planos reflete sua época específica e os seus paradigmas hegemônicos e, apesar dos evidentes avanços, a exclusão e a carência de infraestrutura e moradia nas periferias das cidades permanece. O aumento substancial das vilas e ocupações irregulares na cidade é motivo de reflexão por parte de pesquisadores sociais, pois como nos lembra Maricato:

[...] não é por falta de planos nem legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que

desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei (MARICATO, 2007, p. 147).

Destarte, observando a dinâmica sócio-espacial que Porto Alegre apresenta com o crescimento da desigualdade social, a falta de moradia que segrega famílias para a ilegalidade e a aparente falta de ações mitigadoras desta situação por parte do poder público, pode-se observar que o Estado trabalha com a gestão e não com o planejamento de fato. Ao surgir uma ocupação na cidade, a prefeitura solicita a desocupação por meios legais, as pessoas são removidas e colocadas na rua, ocupam outra área, a prefeitura desocupa e assim sucessivamente, em um ciclo que se reproduz e não encontra solução. É apenas gestão de imprevistos e situações imediatas, não existindo aí qualquer planejamento.

Marcelo Lopes de Souza argumenta que é preciso diferenciar planejamento e gestão. O planejamento remete ao futuro e à tentativa de prever a evolução de um determinado processo (SOUZA, 2004), já a gestão implica em administrar alguma situação no momento presente com os recursos imediatamente disponíveis. São atividades diferentes, todavia complementares, o que distingue uma da outra é o horizonte temporal (SOUZA, 2004).

Segundo o autor, “planejamento e gestão nunca são neutros” (SOUZA, 2004), são ações políticas e, portanto, envolvem relações de poder, conflitos e interesses dos mais diversos. O autor afirma que em uma sociedade capitalista, como a que vivemos, o planejamento tende a ser conservador, ou seja, busca manter o *status quo*, já que as classes dominantes se acercam do Estado na tentativa de controlá-lo.

Souza argumenta que:

[...] de um ponto de vista genérico, o planejamento urbano promovido pelo Estado tem, no Brasil como em outros países, servido, na maioria das vezes, para tornar *mais fácil* a vida das elites (enquanto capitalistas e moradores de bairros nobres) e, secundariamente, da classe média. Quanto aos pobres, o Estado, mediante o planejamento, não costuma facilitar-lhes a vida para além da viabilização das condições de sua reprodução e de seu deslocamento na qualidade de vendedores da força de trabalho, ou então sob pressão e consideração estrita de algum cálculo eleitoral (SOUZA, 2008, p.102).

No ano de 2002 inicia-se a implementação do *Programa Integrado Entrada da Cidade* (PIEC) que tinha por objetivo a reestruturação urbana e a melhoria da qualidade de vida de famílias que viviam em condições de subabitação em assentamentos irregulares e precários em cinco bairros de Porto Alegre (MONTEIRO

et al., 2016), Anchieta, Navegantes, Humaitá, Farrapos e Marcílio Dias (hoje bairro Floresta). O programa era centrado em cinco eixos: habitação, infraestrutura viária, paisagismo, desenvolvimento comunitário e geração de trabalho e renda.

Conforme argumenta Miron:

Este programa é atípico pelo complexo processo de concepção (aproximadamente seis anos), pela composição de recursos financeiros (parcialmente financiado pelo: HBB⁴, FONPLATA⁵, CONCEPA⁶, BID⁷ e recursos do orçamento da PMPA⁸), pelo número de famílias atendidas (3.775), pelo longo período de desenvolvimento (foi iniciado em 2002 e deverá ser concluído em 2010), pelo número de projetos que envolve (habitação, infraestrutura, valorização paisagística e projeto social) e pela interface com mecanismos participativos da PMPA, tais como o Orçamento Participativo (MIRON, 2008, p.32).

A Secretaria Municipal de Gestão (SMGES) estendeu o prazo de conclusão para 2012 e atualmente existem obras inacabadas (como, por exemplo, a rótula e parte da extensão da rua Voluntários da Pátria com a rua Dona Teodora) inauguradas parcialmente no governo Fortunatti (PDT), em 2010, como parte das obras para a Copa do Mundo de 2014, assim como diversas obras espalhadas pela cidade.

O Loteamento Santa Terezinha foi contemplado no PIEC e teve suas obras concluídas em 2006, permitindo que as famílias que viviam em subabitações na *Vila dos Papeleiros* tivessem uma melhora considerável no que diz respeito às condições de habitabilidade. Não obstante, como já foi mencionado, praticamente todas as casas e alguns espaços públicos (passeios e áreas comuns, por exemplo) no Loteamento sofreram algum tipo de modificação, transformando o espaço engendrado pelo Estado através do projeto arquitetônico proposto.

A partir deste entendimento, questiona-se o seguinte: quem produz o espaço urbano? Que agentes⁹ são responsáveis direta e indiretamente pela dinâmica urbana?

2.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Roberto Lobato Corrêa expõe de forma clara e objetiva como se dá a produção do espaço urbano e os elementos que produzem tal espaço. Assim define Corrêa:

⁴ Habitar Brasil BID

⁵ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

⁶ Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A

⁷ Banco Interamericano de Desenvolvimento

⁸ Prefeitura Municipal de Porto Alegre

⁹ Neste estudo usaremos o termo "agente" conforme definição apresentada pelos dicionários de língua portuguesa: Qualquer coisa, força ou substância que produz ou é capaz de produzir uma determinada ação ou um resultado específico. Fonte: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=wa2v>>. Acesso: 12 nov. 2017.

A produção do espaço seja da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado “da mão invisível do mercado”, nem de um estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p.43).

Ana Fani Alessandri Carlos utilizando-se de uma abordagem que tem por referência as obras de Karl Marx e Henri Lefebvre,

Abordagem esta que supera tanto uma leitura dogmática destes autores, transformando seus escritos em modelos de análise, quanto uma tentativa de “geografização” das obras por eles elaboradas”. [...] nesta perspectiva, a produção do espaço ganha um conteúdo social, constituindo-se historicamente (CARLOS, 2011, p. 54).

Entende a autora que através da orientação do materialismo histórico é possível construir os fundamentos da noção de produção do espaço (CARLOS, 2011), posto que esta produção é uma produção social capitalista. Segundo a autora:

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica capitalista que transforma toda produção em mercadoria (CARLOS, 2011, p.60).

Portanto, o espaço urbano é mediado predominantemente pelo mercado imobiliário, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Nesta lógica, o mercado determina quem pode habitar em determinada área do espaço urbano e quem não pode (porque não possui condição financeira para tal). Amenidades são criadas proporcionando valorização e acesso diferenciado a espaços, legitimando a propriedade privada através das normas legais (CARLOS, 2011).

Corrêa afirma que os processos sociais e os agentes sociais são inseparáveis, elementos essenciais da dinâmica da sociedade (CORRÊA, 2011) e aponta os principais grupos de agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O autor enfatiza que toda a ação destes agentes se dá dentro de um marco jurídico regulatório (em teoria), que reflete o interesse predominante (CORRÊA, 2005). Além disso, para os três primeiros agentes, a renda da terra é um denominador comum, ou seja, o que importa é extrair o máximo de lucro possível com a posse da terra.

Carlos (2011) considera os sujeitos da ação, ou agentes, como sendo simultaneamente o Estado, como responsável pelo predomínio político; o capital, que

usa de todos os artifícios e estratégias para a sua reprodução e, os agentes sociais que “têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação” (CARLOS, 2011, p.64). Ainda que não detalhe a ação destes produtores do espaço urbano tanto quanto Corrêa, fica evidente em seu texto que a autora segue na mesma linha teórica.

Quanto aos proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, estes são grandes consumidores de espaço. Os grandes conglomerados industriais pela característica de suas atividades, os donos da terra para obter a maior renda fundiária possível e os promotores imobiliários pela atual financeirização do mercado habitacional, o que resulta na busca cada vez mais voraz por espaço urbano para empreendimentos relativos à construção civil.

No momento atual da sociedade é possível perceber que estes três agentes têm estratégias semelhantes quanto a sua atuação. Tanto o industrial quanto o proprietário de terras estão voltando sua atenção para o mercado de habitação que antes era ocupado apenas pelos promotores imobiliários. A indústria tem especial interesse no mercado de terras e não apenas para ampliar seu parque fabril, mas para a especulação com vistas ao aumento de lucros com a potencial valorização de determinadas áreas na cidade.

Strohaecker (2005) aponta que, em Porto Alegre/RS, a corporação Máquinas Condor S.A., atuante nos setores agropecuário, industrial e comercial, tem uma empresa subsidiária especializada na promoção de empreendimentos imobiliários, a empresa Condor Empreendimentos Imobiliários que era (e provavelmente continua sendo) a maior proprietária de terras da cidade. A estratégia de retenção da terra aguardando os investimentos públicos em infraestrutura (redes de água e esgoto, energia elétrica, pavimentação, etc.) e equipamentos urbanos no entorno, faz com que estes proprietários obtenham lucros significativos (OLIVEIRA e BARCELLOS, 1989).

O Estado, em princípio tem o papel de mediador de conflitos entre estes interesses variados, é também sua função elaborar leis e normas ligadas ao espaço urbano (plano diretor), além de cobrança de impostos sobre a posse da terra e o investimento em infraestrutura (CORRÊA, 2005). Estas diversas ações do Estado não ocorrem ao acaso, segundo Corrêa:

Essa complexa e variada gama de possibilidades de ação do estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente

neutro, como se o estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesse dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 2005 p. 25-26).

A atuação do Estado não sendo neutra acaba por produzir desigualdades sociais que são legitimadas pelo próprio Estado, via aprovação de planos diretores, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), decisão sobre a alocação de equipamentos urbanos de uso coletivo, abertura de novas vias de circulação que podem redundar em remoções diversas (populações de áreas ocupadas, favelas). Nestes termos, o Estado aparece como indutor da segregação residencial principalmente nas áreas centrais das cidades.

Corrêa cita um exemplo do que ele chama de renovação urbana, artifício do Estado para oportunizar interesses distintos, segundo o autor:

Através de política conjugada de renovação urbana – abertura de modernas vias de tráfego – o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. De um lado, via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro, bastante elevado (CORRÊA, 2005, p.28).

Quanto ao último agente de produção do espaço identificado por Corrêa, os grupos sociais excluídos (doravante excluídos), sua dinâmica é especialmente importante neste trabalho de pesquisa, pois o Loteamento Santa Terezinha, objeto deste estudo, era nos seus primórdios o que se poderia chamar de grupo social excluído. Este agente tem, nas palavras de Corrêa (2005), na falta de habitação seu maior problema e sintoma mais significativo da exclusão social. Como as áreas mais valorizadas, por suas amenidades naturais ou socialmente produzidas são historicamente ocupadas por aqueles com melhores condições de renda, lhes restam aquelas que ninguém tem interesse em ocupar (encostas de morros, áreas alagáveis, áreas de proteção permanente). Segundo Corrêa:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos, independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência (CORRÊA, 2005, p. 30).

Esta é uma ação concreta do Estado, mas existem os casos de ocupações irregulares em que a inação do Estado (MARICATO, 1996) diz respeito ao fato de que

muitas vezes, o custo da urbanização destes locais é muito elevado por conta de sua localização, esta estratégia do Estado com estas populações é definida por Maricato como:

A tolerância pelo Estado, em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por parte das camadas populares está longe de significar, o que poderia ser argumentado, uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos, já que a população aí se instala, sem contar com qualquer serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos, torna inviável ou extremamente cara, a urbanização futura (MARICATO, 1996, p. 34).

A relação espúria apontada por Maricato (1996) entre o Estado e os excluídos, chamada de clientelismo (favorecimento de uma parcela da população, por políticos, em troca de votos) acontece quando, aproveitando-se da condição de proponente de leis e normas o poder legislativo cria um mercado de troca de favores. Maricato assim descreve esta relação:

O legislativo também tira partido dessa situação. Ao invés de buscar adequar a legislação à realidade ou a realidade à lei, podemos afirmar que, mais como regra do que exceção, parlamentares se aproveitam desse descolamento entre norma e conduta na produção e uso do espaço, para "beneficiar" vastas camadas da população com anistias periódicas para os imóveis ilegais. Aliás, o assentamento ilegal residencial constitui inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil pelo legislativo e inclusive pelo executivo (MARICATO, 1996, p.10).

Historicamente, a legislação urbanística favorece aqueles proprietários de terras, tanto urbanas quanto rurais, a palavra "favorece" neste caso específico não significa a facilidade de regularização de alguma área, mas precisamente o contrário. São tantos dispositivos, regras, documentos a serem apresentados que aquele sujeito que vive em uma ocupação, por exemplo, não tem condições de regularizar seu pedaço de terra.

Alfonsin (2000) alerta para o fato de que nestas áreas ocupadas não existe o respeito pela legislação urbanística porque os ocupantes sequer sabem de sua existência, segundo a autora:

É preciso que se diga que uma das principais causas de irregularidade nos territórios de moradia de população de baixa renda é justamente a irregularidade relativa à legislação urbanística, já que os pobres não consultam o plano diretor nem tampouco o cartório de registro de imóveis quando ocupam um terreno para fins de moradia (ALFONSIN, 2000, p.175).

Esta flexibilização da lei de acordo com as circunstâncias gera um processo de desigualdade social que é um dos maiores do mundo (MARICATO, 2007), o que só

contribui para a formação de um mercado imobiliário extremamente especulativo. Maricato, assim define a contradição dos planos diretores;

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não tem status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns (MARICATO, 2007, p. 125).

Todos estes aspectos da relação entre os agentes revelam uma dinâmica e uma prática espaciais que produzem, reproduzem e moldam o espaço urbano, organizando-o de acordo com seus interesses o que pode ser entendido como organização espacial. Esta organização revela uma prática espacial e também social, posto que estes agentes mantêm entre si relações sociais que se refletem no espaço de forma concreta ou simbólica. Assim é importante uma reflexão sobre as práticas espaciais e seus desdobramentos para que se possa entender a dinâmica do Loteamento Santa Terezinha.

2.4 PRÁTICAS E DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS

Faz-se necessário esclarecer nosso entendimento sobre prática e dinâmica. Prática em nossa concepção trata-se de uma ação concreta no espaço, alterando-o de alguma forma; dinâmica está relacionada a movimento, processos de alteração/modificação do espaço.

Souza argumenta que a prática espacial “nos aparece como algo dotado de certa particularidade, em grande parte como uma questão de perspectiva” (SOUZA, 2013, p.240). Para o autor, muito embora toda prática humana se dê no espaço sendo dele dependente, não é qualquer prática social que pode ser considerada prática espacial.

Estas práticas se apresentam de diversas maneiras variando ao longo do tempo com uma maior prevalência dada pelos grupos hegemônicos na sociedade, segundo Souza:

Elas têm servido, ao longo da história da humanidade, ora à dominação, à introdução e manutenção das hierarquias, à coerção e à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou de uma sociedade [...] ora à emancipação, à autodeterminação e ao autogoverno, à autodefesa legítima, à instituição livre e legítima das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos diretamente. Em resumo: as práticas espaciais têm servido ora (e com muito mais frequência) à

heteronomia, ora à *autonomia* ou, pelo menos, à *luta contra a heteronomia* (SOUZA, 2013, p. 246-247).

Carlos (2011) argumenta que a reprodução do espaço está intimamente ligada à reprodução das relações sociais, pois as relações sociais expressam-se no espaço de forma concreta:

Os sujeitos sociais que em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Esses níveis correspondem àqueles da prática sócio-espacial real (objetiva e subjetivamente) que ganha sentido como produtora dos lugares, encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos, portanto fundamentalmente em suas contradições (CARLOS, 2011, p.64).

Sendo as relações sociais contraditórias e dialéticas em seus conteúdos assim também será o espaço, resultado concreto destas relações. As práticas espaciais organizam o espaço favorecendo àquelas classes dominantes e são, inclusive, reproduzidas pelos dominados em larga medida (SOUZA, 2013) revelando esta dialética.

Para Schmid, argumentando sobre a teoria de Lefebvre, o espaço é social, produzido pela sociedade, assim nos esclarece Schmid:

Espaço (social) é um produto (social). Para entender esta tese fundamental, é necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço imaginado como uma realidade material independente, que existe em “si mesma”. Contra tal visão Lefebvre, utilizando-se do conceito de produção do espaço, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado a realidade social – do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir de ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido (SCHMID, 2012, p.91).

A construção da teoria de Lefebvre opõe-se àquela da filosofia Kantiana, que entendia tempo e espaço como conceitos *a priori*. Na concepção de Lefebvre, tempo e espaço não existem de forma universal, mas são produzidos socialmente e só podem ser compreendidos no contexto de relações específicas, sendo necessário considerar na análise, as relações de poder estabelecidas ou por se estabelecer, os conflitos e os diversos estratos sociais (SCHMID, 2012), ou seja, o espaço é social.

Segundo Lefebvre:

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço (LEFEBVRE, 2000, p.65).

Di Méo e Buleon (2007) relacionam prática social e produção do espaço, entendendo prática social como:

[...] todos os deslocamentos, todas as frequentações concretas de lugares, todos os atos especializados que o indivíduo efetua em seu meio. Eles vão de suas primeiras aprendizagens até as organizações coletivas e mais ramificadas, as mais complexas que ele contribui para forjar e as quais ele participa concretamente (DI MÉO & BULEON, 2007, n.p.).

Assim, as práticas sociais constroem territorialidades individuais e coletivas e materializam tanto relações sociais quanto espaciais.

Corrêa define prática espacial como “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço” (CORRÊA, 2012, p.35). Segundo o autor, estas práticas podem ser meios de garantir apropriação de determinado território, valorizar ou desvalorizar alguma porção do espaço, atribuir significados que são constituintes da sociedade, ou seja, serve à produção, reprodução, manutenção, dissolução de determinadas formas e processos espaciais. Corrêa assim define as práticas espaciais:

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que estão engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou da própria sociedade como um todo (CORRÊA, 2012, p. 35).

O autor considera cinco tipos de práticas espaciais: seletividade; fragmentação - remembramento espacial; antecipação espacial; marginalização espacial e reprodução da região produtora. Estas práticas estão intrinsecamente ligadas às ações das empresas capitalistas seja na busca por locais que reúnam atributos de seu interesse (seletividade), seja como forma de controle do espaço/território através de processos políticos ou outros (fragmentação – remembramento), seja prevendo possível valorização de espaços que futuramente servirão aos seus propósitos (antecipação espacial), seja abandonando algum espaço de produção em favor de outro e, assim, desvalorizando àquele por conta de reveses econômicos (marginalização) ou fornecendo meios e condições para a reprodução de suas atividades (reprodução da região produtora). Corrêa (2012) ressalta que estas práticas não são excludentes entre si e podem ocorrer de forma simultânea.

Marcelo Lopes de Souza (2013) concorda com Corrêa, todavia, apresenta outro tipo de prática espacial, denominado por ele de *práticas espaciais insurgentes*, que possuem um conteúdo sócio-político denso (SOUZA, 2013), indo na direção oposta àquela apontada por Corrêa. Suas ideias estão apoiadas nas teorias de Weber, Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis, e concebem estas práticas como dotadas de um sentido político e crítico e com caráter emancipatório frente ao *status quo* da sociedade dominante.

Souza apresenta seis tipos de práticas espaciais, que considera gerais, pois “são capazes de abranger um número enorme de manifestações empíricas particulares” (SOUZA, 2013, p. 250), sem, no entanto, esgotarem-se.

As práticas espaciais insurgentes descritas por Souza (2013) são as seguintes: *Territorialização em sentido estrito*, entendida como a apropriação e controle de algum território através da presença física, apropriação esta que pode durar horas, dias ou até alguns anos e conduzida de forma pública podendo ou não ser acompanhadas de protestos, passeatas e equivalentes. *Territorialização em sentido amplo*, ao contrário do exemplo anterior é algo que é feito de forma silenciosa e sem a presença física dos insurgentes, “territórios são identificados, direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras sociais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos” (SOUZA, 2013, p. 252). Souza identifica a grafiteagem como uma destas ações.

Refuncionalização / reestruturação do espaço material é a adaptação criativa de espaços que anteriormente possuíam certa função, através de intervenções físicas que podem ser de pequena ou grande monta dependendo da utilização que se vá dar a este novo espaço. *Ressignificação de lugares* diz respeito ao simbolismo associado aos lugares e paisagens, porquanto formas de dominação proporcionando conflitos entre visões de mundo diferentes. Esta resignificação tem expressiva importância nas disputas e discursos político-ideológicos.

Construção de circuitos econômicos alternativos como forma de se autofinanciar. Alguns dos denominados movimentos emancipatórios tem desenvolvido atividades de produção, comercialização e consumo (SOUZA, 2013). Santos (2008) trabalha com os conceitos de circuito inferior e circuito superior da economia, definindo o circuito inferior como sendo:

O circuito inferior também poderia ser bem definido segundo a fórmula de Lavoisier: “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...” O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou em vasos de flores etc. Isso ocorre também com as roupas que passam de pai para o filho, do irmão mais velho para o irmão mais novo, se já não foi comprada de segunda mão; na construção das casas aproveitam-se todos os tipos de materiais abandonados ou vendidos a preço baixo. Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperação e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos (SANTOS, 2008, p.199).

Esta prática acaba por desembocar em outra identificada por Souza como *construção de redes espaciais*, cujo intuito é a troca de experiências de resistência e de atuação nas suas reivindicações. Os movimentos insurgentes têm buscado a construção destas redes como forma de tornar suas práticas mais visíveis e eficientes. Cabe destacar que, segundo Souza (2013), estas práticas podem ser combinadas umas com as outras, de forma simultânea e uma não necessariamente exclui a outra. Esta atuação em conjunto é denominada de estratégias sócio-espaciais (SOUZA, 2013), citando como exemplo a ocupação de prédios abandonados desde a Europa (Amsterdã), passando pelos Estados Unidos da América (Nova Iorque) e chegando ao Rio de Janeiro e Porto Alegre.

A capital gaúcha tem exemplos destas práticas espaciais insurgentes, um deles é o Coletivo Utopia e Luta. O Coletivo ocupou, em 2005, um prédio que pertencia ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), localizado no centro de Porto Alegre e que estava desocupado havia pelo menos 10 anos. Hoje funciona como uma cooperativa e é exemplo de prática espacial que se consolidou.

Mais recentemente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) promoveu a ocupação de um prédio público no centro histórico de Porto Alegre. O prédio pertencia ao Ministério Público Estadual (MPE) e estava desocupado havia alguns anos. Segundo reportagem do jornal *Correio do Povo* do dia 14 de novembro de 2015, a ocupação promovida pelo MLB recebeu o nome de Lanceiros Negros em homenagem ao conhecido episódio *massacre dos porongos*, ocorrido no final da guerra dos farrapos (1835 -1845).

Se, de um lado existem estas práticas espaciais insurgentes, como os exemplos anteriormente citados e que buscam, através de pressão política e atuação coordenada, romper com regras estabelecidas pelo Estado, por outro, existem as

práticas, descritas por Corrêa (2012), que em oposição àquelas, pretendem, na forma da lei, resolver os problemas urbanos com ênfase na habitação.

Dentre estas ações podemos apontar o Orçamento Participativo implantado a partir de 1989, em Porto Alegre durante a gestão da Frente Popular (PT, PCdoB e PSB) “como uma das experiências mais bem-sucedidas de participação da população nas decisões sobre o destino dos recursos públicos municipais” (FEDOZZI, 2000, p. 13). Embora tenha havido outras iniciativas no rumo de uma participação popular direta na gestão do orçamento público, segundo Souza (2015) nas cidades de Vila Velha/ES, Pelotas/RS e Lages/SC,

Foi em Porto Alegre que as condições objetivas para o florescimento do empreendimento se apresentaram realmente maduras. Uma vez dado o passo inicial para a construção da co-gestão entre Estado e sociedade civil organizada, o avanço e aprimoramento têm sido ininterruptos. Como resultado de algo com arrojo, competência e criatividade em um grau não muito comum na esquerda brasileira, o orçamento participativo de Porto Alegre tornou-se uma referência não apenas para outras administrações progressistas dentro do país, mas até mesmo para administrações locais em outros países (SOUZA, 2015, p. 440).

O contexto histórico de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul do final dos anos de 1980 é o resultado de situações que vinham se desenrolando desde os anos 40/50 do século XX. A criação da Superintendência da Habitação em 1940, pela prefeitura municipal e posterior modificação para Serviço de Habitação Popular em 1951, e do Departamento Municipal da Casa Popular em 1952, culminaram com a criação do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) em 1965, por exigência do SFH e do BNH (FEDOZZI, 2000).

A lógica de atuação do DEMHAB era a constituição de loteamentos com os custos de infraestrutura repassados aos futuros moradores, estratégia que se mostrou equivocada, de acordo com Fedozzi:

[...] a proliferação de situações irregulares de vilas implantadas pelo Departamento, somados a ampliação de loteamentos privados implantados de forma irregular nas adjacências do perímetro central, bem como a formação de novos núcleos de vilas na zona periférica da cidade, determinou um quadro de ocupação caótica do espaço urbano na década de 50, formado por vilas e por loteamentos mal equipados ou sem qualquer tipo de equipamento público (FEDOZZI, 2000, p. 21).

A partir de 1964 com o início do governo militar, a administração passou a ser muito mais tecnocrática e aqueles cidadãos pertencentes às classes mais populares não tinham seus direitos assegurados e nem se julgava que fossem capazes de negociar suas demandas junto ao poder público (FEDOZZI, 2000). Resta que as

administrações, tanto na esfera nacional quanto municipal concentraram investimentos nas áreas mais nobres das cidades tornando-as mais valorizadas e integradas ao mercado imobiliário.

Alguns programas foram criados pela prefeitura com apoio do governo federal na tentativa de mitigar a situação destas vilas e loteamentos irregulares, a maioria sem sucesso (PROMORAR), seja pela forma como são planejados (claramente segregacionistas, afastando a população de áreas mais valorizadas), seja na sua execução (construções exíguas, sem infraestrutura) ou mesmo na dificuldade destas populações em acessar os financiamentos (condições financeiras fora dos padrões da população alvo).

Com o declínio do regime militar em 1985, a situação política na capital começa a tomar outros rumos favorecendo o surgimento de maiores e mais amplas resistências ao modelo clientelista e patrimonialista que vigorava na capital (FEDOZZI, 2000).

Este cenário é resumido por Fedozzi quando argumenta que:

O contexto político de transição à democracia, de construção do espaço público e de aumento da complexidade da sociedade civil porto-alegrense abriu novas perspectivas para a ação coletiva dos atores populares que vinham empreendendo lutas de resistência ao modelo espoliativo desde o final dos anos 70. Representando principalmente as demandas das áreas de subabitação, esses atores passaram a desenvolver práticas de resistência à exclusão urbana, realizando ações de enfrentamento com o Estado como forma de obter o atendimento de suas reivindicações pela posse da terra e pela extensão dos bens e serviços (FEDOZZI, 2000, P.47-48).

Assim, em 1989 é instituído o orçamento participativo¹⁰ que vigora até os dias atuais e que trouxe melhorias importantes para a cidade e as populações de baixa renda principalmente através de sua participação direta nas decisões da aplicabilidade do recurso público em seus bairros e vilas. Não obstante os avanços, nem tudo são flores nos jardins da municipalidade porto-alegrense. Em um artigo publicado no periódico digital *Le Monde Diplomatique*¹¹ em maio de 2016, Luciano Fedozzi argumenta que atualmente os orçamentos participativos já não tem a força que tinham outrora, demonstrando uma desconexão com as políticas urbanas, por

¹⁰ O atual prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Junior, anunciou em um seminário realizado em março de 2017 que o OP, está suspenso pelos próximos dois anos. A justificativa para a suspensão é a falta de recursos, além disso propõe um novo formato para o modelo que, segundo o prefeito, não está atendendo as necessidades da população da cidade. Fonte: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/04/suspensao-das-assembleias-coloca-em-xeque-orcamento-participativo-de-porto-alegre-9762659.html>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/acervo.php?id=3226>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

conta do aparelhamento¹² político do orçamento e de cooptação de alguns de seus delegados pela lógica do mercado imobiliário.

Propostas pelo Estado, as políticas públicas para a habitação na cidade e aquelas referentes ao interesse social têm a função de melhorar a organização do espaço urbano, proporcionando aos mais carentes a oportunidade de possuir sua própria casa. Repleto de boas intenções, estes planos e projetos na prática reproduzem a velha política de afastamento, para a periferia, de populações mais pobres de áreas mais valorizadas, é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal criado em 2009. Tido como a *panaceia* para o problema da habitação popular no país, quando do seu lançamento, hoje sofre reiteradas críticas por conta da forma como está sendo gerido e executado.

Uma rápida pesquisa sobre a localização destes empreendimentos nas cidades do Brasil, de modo geral, vai mostrar que eles estão, em sua maioria, nas periferias das cidades, em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura de transporte público, comércio e serviços, sendo que sua construção beneficia sobremaneira o Estado (neste caso representado pelo município) que, de forma legal, afasta estas populações para áreas menos valorizadas pelo capital imobiliário, e para as construtoras que lucram com a venda destas unidades. Rolnik argumenta que:

O programa é representativo de padrões específicos de articulação entre agentes públicos e privados no capitalismo brasileiro. Se, por um lado, foi desenhado para incentivar empresas privadas a se comprometerem com a produção de habitação para moradores de baixa renda, por outro, permaneceu altamente dependente de recursos públicos, mobilizados para subsidiar a aquisição de propriedade por compradores de baixa e média rendas. Esse arranjo financeiro ambivalente implica a transferência de riscos para as instituições públicas, ao mesmo tempo que mantém os lucros – geralmente aumentados por subsídios indiretos – com agentes privados, reiterando os padrões históricos de apropriação de fundos públicos por atores privados no país (ROLNIK, 2015, p. 309).

Poder-se-ia argumentar que ao construir estes empreendimentos nas áreas periféricas da cidade, estas ao longo do tempo se qualificariam, todavia, na prática isso não acontece em virtude da própria formatação do programa, de acordo com Rolnik:

O programa também não contribui para qualificar as áreas onde os empreendimentos são implantados e reduzir sua precariedade. A forma do condomínio, fechado e murado, obrigatória para conjuntos verticais do

¹² Refere-se à tomada de controle de instituições ou setores da administração pública por grupos de interesses corporativos ou partidários, na forma de ocupação de cargos estratégicos dentro do Estado, colocando-os a seu serviço.

programa, reproduz enclaves fortificados sobre um tecido urbano – das periferias consolidadas – fragmentado e desconexo, não contribuindo para transformá-lo ou qualifica-lo (ROLNIK, 2015, p. 314).

Em recente entrevista ao jornal Sul21, a urbanista Ermínia Maricato aponta algumas das falhas do PMCMV, entre outras, ela refere-se à distância destes empreendimentos da cidade consolidada o que gera custos para levar saneamento, energia elétrica, coleta de lixo, transporte, escolas, postos de saúde. Estes custos não previstos e que não oneram o empreendedor e sim o executivo municipal acabam por se tornar despesas de toda a população do município.

Segundo a urbanista é preciso combater o analfabetismo urbanístico definido por ela como o desconhecimento da cidade real. Difunde-se a ideia de que parte da cidade corresponde ao todo, “como se a cidade fosse representada pelos bairros de classe média e classe alta”, e de que a população vivendo em áreas irregulares é uma pequena minoria.

Santos (2012) argumenta que a localização do indivíduo influencia sobremaneira a sua relevância na dinâmica da sociedade, segundo o autor:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independente de sua própria condição. [...] por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 2012, p.109)

Santos argumentava já em 1987, ano da primeira edição da obra *O espaço do cidadão* que:

[...] morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional (SANTOS, 2012, p.63).

Para além das críticas ao programa Minha Casa Minha Vida, este pode ser considerado como uma grande prática espacial, talvez a maior dos últimos anos, pois atua em todo o país, transformando o espaço urbano, rearranjando espacialmente comunidades inteiras, buscando (sem sucesso) qualificar as cidades e prover moradia a uma parcela significativa da população.

Em Porto Alegre, segundo Heidrich, Soares e Castello (2014), observam-se mudanças no modelo de desenvolvimento urbano, de acordo com os autores:

[...]trata-se de ajustar a produção da cidade a um novo modelo de acumulação urbana, fortemente baseado na expansão imobiliária e nos serviços. Percebe-se a desregulação da produção imobiliária a qual favorece os grandes projetos imobiliários e comerciais. Esses ocupam os setores mais valorizados ou revalorizados da cidade, enquanto que a produção de habitação popular é relegada à periferia distante, agravando os problemas de mobilidade da população de menor renda, embora este seja um problema que afeta a população da cidade e da região metropolitana como um todo (HEIDRICH, SOARES E CASTELLO, 2014, p.26).

Assim, práticas espaciais e produção do espaço urbano estão intrinsecamente relacionadas. É através das práticas espaciais que se vai produzindo o espaço urbano sendo, ambas, condição e produto (CORRÊA, 2005) deste espaço, num constante (re)produzir-se. O Loteamento Santa Terezinha reproduz práticas espaciais que estão relacionadas à sua gênese, ainda que sua estrutura tenha se modificado, essas ações concretas configuram e reconfiguram este espaço procurando reiteradamente (através de processos) dar-lhe a forma e a função que desempenhava outrora.

3 METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO

Nas ciências, de modo geral, o método científico pode ser definido como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 1989, p.27). Para Antônio Carlos Gil (1989), o conhecimento, para que possa ser considerado científico “[...] torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a este conhecimento” (GIL, 1989, p.27).

Segundo Lakatos e Marconi:

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, como maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS E MARCONI, 2003, p.83).

Portanto, a escolha correta do método é de suma importância para a consecução da pesquisa científica. Para se chegar à resposta do problema de pesquisa, a confirmação ou não da hipótese, é necessário trilhar o caminho indicado pelo método.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nas ciências sociais existem métodos específicos para que se possa desenvolver a pesquisa, no que diz respeito à coleta, processamento e validação dos dados. São eles: o experimental, o observacional, o estatístico, o clínico e o monográfico (GIL, 1989). Pode-se assim falar de métodos e não apenas de método, o que indica a possibilidade de uso de mais de um método para a consecução da pesquisa. Alguns autores consideram, por exemplo, que entrevista e questionário (procedimentos para coleta de dados) também podem ser incluídos na categoria de métodos, ampliando de forma considerável o número de formas de pesquisa.

Independentemente do método ou dos métodos utilizados, o importante é que aquele escolhido permita o desenvolvimento e a conclusão (mesmo que temporária) da pesquisa científica proposta. Assim, é imprescindível que o método (seja ele geral ou específico) dialogue com o problema de pesquisa e com os objetivos propostos.

Esta dissertação foi planejada para seguir estes passos: pesquisa bibliográfica, coleta e tratamento de dados, análise e interpretação dos dados. É importante

salientar que esta estrutura não é rígida, e alguns dos passos ocorreram de forma concomitante. Os resultados obtidos foram analisados à luz do referencial teórico apresentado e em conformidade com o objetivo geral e os objetivos específicos propostos. A pesquisa se pretende qualitativa em seus objetivos, entendendo qualitativo na acepção de Flick:

Muito resumidamente, o processo de pesquisa qualitativa pode ser representado como sendo um caminho da teoria ao texto e outro caminho do texto de volta à teoria. A interseção destes dois caminhos é a coleta de dados verbais ou visuais e a interpretação destes dentro de um plano específico de pesquisa (FLICK, 2009, p.14).

Todavia, dados quantitativos foram obtidos ou produzidos no decorrer do trabalho e ajudaram a compor um quadro mais completo da realidade estudada. A forma de apresentação destes dados quantitativos está descrita na etapa de coleta e tratamento dos dados, apresentada mais adiante.

3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O levantamento bibliográfico é parte importante da pesquisa científica, iniciando-se a partir da elaboração do problema de pesquisa e estendendo-se praticamente durante todo o trabalho. A pesquisa bibliográfica é feita utilizando-se os chamados dados secundários, ou seja, aqueles dados que não foram produzidos diretamente pelo pesquisador, mas são provenientes de outras fontes, por isso a importância da confiabilidade da informação coletada:

Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente. (GIL, 1989, P.50-51).

A seguir, apresentamos um quadro de referência (Quadro 2) com a relação inicial de fontes consultadas. Além disso, esta pesquisa bibliográfica também teve a função de agregar materiais para a fundamentação teórico-metodológica que foi utilizada na dissertação.

ENTIDADE	ASSUNTO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL	Informações socioeconômicas dos municípios brasileiros	http://www.atlasbrasil.org.br/2013/
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	Teses e dissertações produzidas no Brasil	http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/

ENTIDADE	ASSUNTO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - DEMHAB	Informações sobre habitação em Porto Alegre	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE	Informações cartográficas e socioeconômicas dos municípios brasileiros	http://www.ibge.gov.br/home/
MINISTÉRIO DAS CIDADES	Informações sobre o Estatuto da Cidade	http://www.cidades.gov.br/
OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - OBSERVAPOA	Informações socioeconômicas de Porto Alegre	http://www.observapoa.com.br/
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	Informações sobre a administração pública de Porto Alegre	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	Informações sobre o programa Minha Casa Minha Vida – MCMV	http://www.minhacasaminhavid.gov.br/
REPOSITÓRIO DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES - LUME – UFRGS	Teses e dissertações produzidas na UFRGS	https://www.lume.ufrgs.br/
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - SMURB	Informações sobre o plano diretor de Porto Alegre	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRGS – SABI	Livros e textos disponíveis nas bibliotecas da UFRGS	http://sabi.ufrgs.br/F?RN=885625985

Quadro 2: Dados secundários consultados. Fonte: Emílio Santos, 2017.

3.3 COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados envolveu o trabalho de campo, em que o pesquisador tem o contato direto com seu objeto de pesquisa e, neste caso, a comunidade alvo da dissertação, o Loteamento Santa Terezinha em Porto Alegre/RS. Para a coleta dos dados primários (entrevistas) com os moradores, agentes externos e com o senhor Antonio Carboneiro, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que está apresentado no Apêndice A desta dissertação. Este termo, em linhas gerais, esclarece que o entrevistado dá seu consentimento para que as informações obtidas na entrevista sejam divulgadas no trabalho. Os moradores entrevistados não quiseram assinar o termo, alguns por sua condição de não-alfabetizado e os demais por opção pessoal.

Além disso, foi feito o tratamento dos dados obtidos com o trabalho de campo, que consistiu em separar os dados que são relevantes daqueles que não são. Estes procedimentos serão detalhados a seguir.

3.3.1 Trabalho de campo

O Loteamento é uma área de constante tensão em virtude do tráfico de drogas, que é muito presente e está em íntima associação com a violência. Assim, antes de iniciar formalmente a pesquisa, foi necessário um contato prévio com o Centro Social Marista Irmão Antonio Bortolini, entidade administrada pela Rede Marista que faz um trabalho social em diversas vilas da capital gaúcha e está presente no Loteamento Santa Terezinha desde 2007.

O contato com o Centro Social Marista ocorreu no dia 16/09/16, quando foi possível conversar com o coordenador da unidade, Irmão Miguel, numa rápida entrevista (previamente agendada). Através desta entrevista obteve-se o contato de uma voluntária da paróquia Santa Terezinha (que dá nome ao Loteamento) que trabalha no local desde os tempos da *Vila dos Papeleiros*. Esta senhora, que prefere não ter seu nome divulgado, aceitou nos receber na sede da paróquia para uma conversa informal no dia 28/10/16.

Nesta entrevista, esta senhora (doravante nominada como senhora Z) nos revelou que trabalha com esta comunidade há muitos anos e conhece sua história desde os tempos da sua constituição e praticamente todos os moradores. A senhora Z nos forneceu o contato do presidente da Associação de Reciclagem Ecológica da *Vila dos Papeleiros* (AREVIPA), senhor Antonio Carboneiro. Este senhor tem um longo histórico de lutas e reivindicações em favor do Loteamento Santa Terezinha possuindo informações das mais relevantes para nossa pesquisa. O senhor Carboneiro aceitou conversar sobre o Loteamento em uma entrevista preliminar (piloto) informal, que ocorreu nas dependências da paróquia Santa Terezinha no dia 14/12/16. Assim, o acesso ao local da pesquisa e as entrevistas com moradores foi facilitada pela relação de proximidade (vizinhança) consolidada que este senhor já possui.

Além destes indivíduos, que têm estreita ligação com a área de estudo, também foram entrevistados o coordenador do Centro Social Marista, uma voluntária da paróquia Santa Terezinha, a diretora da creche Menino Jesus (administrada em conjunto pela Prefeitura e pela Rede Marista) e duas agentes de saúde da família, lotadas no Centro de Saúde Santa Marta (região central de Porto Alegre) que atende ao Loteamento e que, por suas atribuições, trabalham diretamente na comunidade, o que possibilitou uma perspectiva externa da situação do Loteamento.

3.3.2 Entrevista

Para a coleta dos dados foi escolhida a técnica de entrevista, que Antonio Carlos Gil assim define:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 1989, p.109).

Deste modo, entendemos que a técnica da entrevista permitiu uma forma eficiente para o cumprimento dos objetivos propostos para este trabalho, por ser amplamente utilizada na pesquisa social. Segundo Gil

[...] é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se desta técnica, não apenas para a coleta de dados, mas também com objetivos voltados para o diagnóstico e orientação (GIL, 1989, p.109).

A entrevista possui diversas vantagens sobre outras técnicas de obtenção de dados como, por exemplo, o questionário¹³. No entanto, possui também algumas desvantagens. Entre as vantagens pode-se elencar a possibilidade de obter-se dados dos mais diversos sobre aspectos da vida do entrevistado; o entrevistado não necessariamente precisa saber ler e escrever, ao contrário do questionário; tem grande flexibilidade, pois o entrevistador pode esclarecer ao entrevistado o significado de alguma pergunta, mas principalmente permite ao entrevistador captar a expressão corporal e tonalidade de voz do entrevistado, algo que não seria possível com a aplicação do questionário (GIL, 1989).

De acordo com Gil (1989), esta técnica possui suas desvantagens, e entre elas pode-se citar a falta de motivação para responder aos questionamentos; a não compreensão das perguntas; a obtenção de respostas falsas; o constrangimento do entrevistado frente ao entrevistador e a influência da opinião do entrevistador diante das respostas do entrevistado.

Para evitar tais problemas, cabe ao pesquisador atenção especial ao planejamento das entrevistas e a forma de abordagem dos entrevistados, pois o

¹³ Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 1989, p.121).

sucesso deste trabalho depende essencialmente do nível de relação que é estabelecido entre entrevistador e entrevistado (GIL, 1989).

O modelo de entrevista proposto para esta pesquisa foi o semiestruturado, pois permite uma flexibilidade maior em relação às respostas do entrevistado, ao contrário da entrevista estruturada, onde prevalecem questões fechadas e que dão muito pouca margem para as respostas, já que prevê alternativas previamente estabelecidas às perguntas formuladas. O roteiro com as perguntas da entrevista está apresentado no Apêndice B deste trabalho.

As perguntas da entrevista foram divididas em três partes, a primeira diz respeito ao perfil socioeconômico do entrevistado e teve por objetivo coletar dados quantitativos que estão apresentados em forma de gráficos e tabelas e contém informações tais como grau de instrução, estado civil, naturalidade, filhos, renda (se possível), sexo e profissão.

Na segunda parte da entrevista, as perguntas dizem respeito aos moradores que vivem na área de estudo desde os tempos da *Vila dos Papeleiros* e, portanto, tem uma experiência das diferentes temporalidades (antes e depois) do Loteamento. Optou-se por fazer perguntas fechadas, tendo em vista que as perguntas abertas dariam origem à possibilidade de tergiversação do entrevistado. No entanto, ao final de cada pergunta há um questionamento aberto sobre o porquê da escolha de determinada resposta. Foram apresentadas cinco alternativas de resposta a cada pergunta, o entrevistado poderia escolher uma alternativa ou várias, de acordo com seu entendimento.

A terceira parte da entrevista diz respeito aos moradores que estão residindo no Loteamento desde 2006, ano de inauguração das novas residências, e que não viveram na *Vila dos Papeleiros*. Da mesma forma, as perguntas seguem a dinâmica descrita anteriormente. Buscamos assim diferentes perspectivas sobre os processos espaciais presentes, tanto na *Vila* quanto no Loteamento, permitindo-nos fazer comparações e inferir resultados. As datas, horários e dias da semana em que ocorreram as entrevistas estão apresentados no Quadro 3, a seguir.

Entrevista	Data	Dia da semana	Horário
01; 02	11/02/2017	Sábado	Entre 14:00 e 15:30
03; 04	05/03/2017	Domingo	Entre 11:00 e 12:00

Entrevista	Data	Dia da semana	Horário
05;06;07;08	11/03/2017	Sábado	Entre 14:30 e 16:00
09; 10; 11; 12	25/03/2017	Sábado	Entre 14:30 e 16:30
13; 14; 15; 16	08/04/2017	Sábado	Entre 10:30 e 12:30
17; 18; 19; 20	07/05/2017	Domingo	Entre 10:00 e 12:00
21; 22	10/05/2017	Quarta-feira	Entre 11:00 e 12:00
23; 24; 25	24/05/2017	Quarta-feira	Entre 10:00 e 11:30
26; 27; 28	04/06/2017	Domingo	Entre 10:20 e 11:30
29; 30	09/06/2017	Sexta-feira	Entre 10:30 e 11:30

Quadro 3: Datas das entrevistas com os moradores. Fonte: Emilio Santos, 2017.

Algumas dificuldades surgiram durante o processo das entrevistas e serão apontados a seguir:

- A dificuldade de entendimento de algumas perguntas por parte dos entrevistados, resultando em respostas que não puderam ser validadas;
- Os registros fotográficos escassos revelam um certo constrangimento em obtê-los, tendo em vista o permanente tensionamento das relações com estranhos por conta do tráfico de drogas, presença constante durante todo o trabalho de pesquisa;
- Uma grande operação policial realizada no Loteamento (25/05/2017) para combater o tráfico de drogas tornou as visitas para entrevistas um pouco mais tensas;
- Um certo direcionamento feito pelo sr. Antonio Carboneiro a certas pessoas, moradoras antigas do Loteamento, fez com que tivéssemos que redobrar nossa atenção em relação às respostas obtidas, sob pena de sua invalidação.

Contornadas estas dificuldades iniciais, o trabalho fluiu muito bem, segundo nossa avaliação. Os dados obtidos foram considerados suficientes para os objetivos aos quais se propunham.

A entrevista feita com os agentes externos ao Loteamento, mas que tem estreita ligação com ele (DEMHAB, paróquia Santa Terezinha, Serviço de Atendimento Sócio Educativo [SASE], Creche, Centro de Saúde Santa Marta), não foi estruturada e não possuía a parte do perfil socioeconômico (por razões óbvias). Assim, foi possível registrar as opiniões daqueles envolvidos com a *Vila dos Papeleiros* e com o Loteamento sob uma perspectiva distinta daquela apresentada pelos moradores. As datas das entrevistas estão apresentadas a seguir (Quadro 4).

Agente	Data	Dia da semana	Horário
SASE (Serviço de Atendimento Sócio Educativo)	26/04/2017	Quarta-feira	09:00
Centro de Saúde Santa Marta	15/05/2017	Segunda-feira	09:00
Creche Menino Jesus	04/07/2017	Terça-feira	09:00
Paróquia Santa Terezinha	04/07/2017	Terça-feira	15:30

Quadro 4: Datas das entrevistas com os agentes externos. Fonte: Emilio Santos, 2017.

Ao contrário das entrevistas com os moradores, o encontro com os agentes externos não apresentou qualquer dificuldade. As entrevistas foram previamente agendadas e o material obtido foi especialmente esclarecedor para o entendimento da dinâmica espacial presente no Loteamento.

3.3.3 Amostra

O Loteamento Santa Terezinha é composto por 277 unidades habitacionais. Não foi possível, pelo curto espaço de tempo, entrevistar os moradores de todas as residências. Por conta disso, elegemos uma amostra que buscou representar o universo do Loteamento. De acordo com Gil:

De modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por esta razão, o mais frequente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõe o universo. Quando esta amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante do que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo (GIL, 2002, p.121).

Assim, optamos por fixar nossa amostra em trinta residências, o que corresponde a 10,83% do universo de nossa pesquisa. O Loteamento tem uma peculiaridade que será devidamente explorada nas entrevistas (na medida do possível), pois ali não vivem somente moradores da *Vila dos Papeleiros*, mas também foram reassentados no Loteamento moradores de outra vila da capital (Vila A. J. Renner), localizada no bairro Navegantes, próxima da Ponte Getúlio Vargas, sobre o lago Guaíba, conforme notícia publicada no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA) do dia 18 de outubro de 2007.

Estes moradores vivem, em sua maioria, na parte norte do Loteamento, já os antigos moradores da *Vila dos Papeleiros* estão concentrados (mas não somente) na parte sul do Loteamento. Nossa intenção inicial era, em princípio, entrevistar moradores de ambos os setores na perspectiva de obter diferentes percepções das mudanças e processos espaciais presentes ou ausentes, assim como das práticas

espaciais realizadas por ambos os lados. Foi possível realizar quatro entrevistas, o que representa 13,33% do total de moradores entrevistados.

Elaboramos material cartográfico para espacializar a distribuição das entrevistas feitas na área de estudo. Este material está apresentado na Figura 5 e revelando uma concentração das entrevistas na porção sul do Loteamento, onde está o maior número de moradores da *Vila dos Papeleiros*. No entanto, existem também ali pessoas cujo tempo de moradia não excede os seis meses.



Figura 4: Mapa da distribuição das entrevistas









DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA EM PORTO ALEGRE/RS: ENTRE A APARENTE PERMANÊNCIA E A TÊNUE MUDANÇA




Localização:



Legenda:

- | | |
|--------------------|---|
| Entrevistas |  Loteamento |
| Status |  Loteamento |
| |  Corpo Hídrico |
| |  Porto Alegre |
| |  Vila |
| |  Limite Municipal |
| |  Limite Loteamento |
| |  DMAE |

Fonte dos dados:

Entrevistas: Emilio L. S. Santos, 2017;
 Hidrografia: IBGE, 2010;
 Limites Municipais: IBGE, 2010;
 Limites Estaduais: IBGE, 2010;
 Limite Internacional: IBGE, 2010;
 Lot. Santa Terezinha: O Autor, 2017;
 Imagem: Google Earth, 2017;

Elaboração: Emilio L. S. Santos, 2017.

Informações Cartográficas:



Seis entrevistas foram feitas fora do loteamento, quatro delas na AREVIPA, localizada na rua Paraíba, e duas foram feitas na Cooperativa Mãos Unidas, também na rua Paraíba, pois lá trabalham duas moradoras do Loteamento.

A amostra fixada para os agentes externos ao Loteamento foi de cinco entrevistas não estruturadas, com o objetivo de cobrir aqueles que têm uma relação mais próxima e atuam de forma continuada no Loteamento, tais como o DEMHAB, SASE, Centro de Saúde Santa Marta, Creche Menino Jesus e a paróquia Santa Terezinha. Não foi possível realizar todas as entrevistas propostas. O DEMHAB não respondeu à nossa solicitação para uma entrevista com assistentes sociais e, portanto, realizamos quatro entrevistas com técnicos externos, o que representa um percentual de 80% do total previsto.

Desta forma, entendemos que a amostra dos dados foi satisfatória para os objetivos a que nos propusemos nesta pesquisa. Foi possível elaborar um perfil socioeconômico relevante dos moradores entrevistados (detalhada no subitem 4.4 do capítulo a seguir) que, aliado a metodologia usada para a interpretação dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas e conhecida como análise de conteúdo (que será detalhada e apresentada no subitem 4.5 do próximo capítulo) e na análise e interpretação de imagens de satélite e fotos aéreas, nos possibilitou apontar os diversos processos e práticas sócio-espaciais pretéritos e presentes no Loteamento.

3.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Devido à natureza desta pesquisa, que tem um caráter qualitativo, muito embora tenha dados quantitativos (que são complementares), optou-se por adotar uma adaptação do método conhecido como análise de conteúdo. Método sistematizado por Bardin (1979) que consiste em obter, a partir das informações anteriormente adquiridas nas entrevistas, significações que estão latentes, ou seja, que não estão explícitas em uma primeira análise. Segundo a definição de Bardin, entende-se análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos, ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42).

Assim é possível, através da análise dos textos obtidos nas entrevistas, extrair significados implícitos. De acordo com Chizzotti:

A análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto. Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor. (CHIZZOTTI, 2006, p.114).

Segundo Chizzotti (2006), este método parte do pressuposto de que as palavras ou a unidade lexical, o vocábulo, constitui-se em uma condensação da realidade do sujeito, e que a frequência de seu uso pode revelar, por exemplo, valores, crenças, etc. (CHIZZOTTI, 2006), assim é possível estabelecer-se conexões entre os vocábulos que sejam importantes à pesquisa. A Figura 5 apresenta um esquema que ilustra as etapas utilizadas para a análise de conteúdo.



Figura 5: Esquema ilustrativo da análise de conteúdo. Adaptado de Câmara, 2013.

Como já se afirmou anteriormente, nossa proposta foi de uma adaptação deste método que utiliza, na sua elaboração formal, técnicas matemáticas e estatísticas que nesta pesquisa não constituem o objetivo principal.

À medida que as entrevistas foram sendo realizadas, as categorias de análise foram se revelando. Para que isso fosse possível foi necessário que seguissemos certos procedimentos prévios, que são descritos por Bardin (1979): exaustividade (não deixar nenhum assunto de fora da análise); representatividade (rigor na amostra); homogeneidade (dados devem ser obtidos de forma idêntica) e pertinência (adequação das informações).

Deste modo foi possível elencar as categorias de dados capazes de produzir resultados pertinentes. Flick (2009) argumenta que o pesquisador deve sempre ter em mente algumas perguntas básicas: O quê? Quem? Como? Quando? Quanto? Por

quê? Para quê? Por meio de quê? Além de trabalhar exaustivamente com os textos provenientes das entrevistas. Segundo Bardin, “a categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1979, p.119).

Laurence Bardin (1979) argumenta que uma boa categorização deve conter determinadas qualidades, entre elas pode-se citar: exclusão mútua (um elemento não pode ser associado a duas categorias simultaneamente); homogeneidade (princípio único para cada categoria); pertinência (relação com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa); objetividade e fidelidade (precisão na escolha das categorias) e produtividade (deve gerar novos conhecimentos, novas hipóteses).

Segundo Câmara:

Durante a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, é que dará sentido à interpretação. As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (CÂMARA, 2013, p.189).

Estas interpretações se dão através do que Bardin (1979) chama de unidades de registro, que podem ser tanto palavras quanto frases que aparecem nos textos dos entrevistados e são consideradas unidades básicas de análise. Bardin conceitua unidade de registro:

É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. [...] todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração ou podem reter-se unicamente às palavras-chave ou palavras-tema [...]. (BARDIN, 1979, p. 104-105).

A partir da definição das unidades de registro surgiu o que, na análise de conteúdo, denomina-se conceito. Câmara (2013) argumenta que o conceito que brota desta análise não é aquele científico, mas deriva da cultura estudada e da linguagem utilizada pelos entrevistados, dando um sentido de referência geral ao texto. A análise destes conceitos permitiu, além de todo o restante do processo de interpretação dos dados, chegar-se a algumas conclusões a respeito dos processos e práticas espaciais no Loteamento, frisando sempre que pela natureza da pesquisa (qualitativa), não existe uma rigidez nas conclusões, já que as respostas serão sempre parciais e influenciadas pela visão e pelo referencial teórico escolhido pelo pesquisador.

4 DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA

Neste capítulo apresentamos nossa área de estudo compondo um histórico desde sua formação até os dias atuais, evidenciando as dinâmicas e práticas sócio-espaciais que se reproduzem ao longo do tempo e conformam o Loteamento Santa Terezinha. Além disso, os dados do perfil socioeconômico obtidos nas entrevistas estão exibidos em forma de gráficos. A análise dos dados qualitativos fecha o capítulo e proporciona a possibilidade de entendimento da situação presente do Loteamento com todas as suas contradições.

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA

O Loteamento Santa Terezinha é constituído pelas chamadas residências populares e está localizado na Rua Voluntários da Pátria inserido no bairro Floresta, área central da cidade de Porto Alegre/RS, próximo à Estação Rodoviária e é delimitado pela Rua Voluntários da Pátria e Avenida da Legalidade e da Democracia/Castelo Branco. No PDDUA, esta área é considerada de ocupação intensiva e está localizada na Macrozona 1, também chamada de cidade radiocêntrica. É uma área atualmente muito degradada, com muitos prédios abandonados, as calçadas ocupadas por moradores de rua e usuários de drogas e com um longo histórico de prostituição.

A gênese do Loteamento, no entanto, se dá no início dos anos de 1980 com um aglomerado de casebres que vai se formando sob a Avenida da Legalidade e da Democracia/Castelo Branco, chamada por seus moradores de *Vila da Ponte*. Ela se expande para uma área adjacente que também já possuía alguns casebres, formando o que se chamou na época de *Vila Central dos Papelleiros* devido às atividades desenvolvidas por seus moradores, basicamente a coleta, triagem e venda de papel, papelão e metais.

Por conta destas atividades, a *Vila* foi cenário de vários incêndios ao longo dos anos. O último deles, ocorrido em fevereiro de 2005, teve grande repercussão na cidade e fez com que a população da *Vila* fosse removida para casas de passagem enquanto o DEMHAB projetava e posteriormente construía o Loteamento Santa Terezinha.

Os moradores da *Vila* permaneceram nas casas de passagem por aproximadamente dois anos, até que fossem concluídas as obras do Loteamento, para então retornar e tomar posse das novas residências. A seguir apresentamos um histórico do surgimento da *Vila da Ponte* e *Vila dos Papeleiros* até sua transformação em Loteamento Santa Terezinha.

4.2 A VILA DOS PAPELEIROS E A VILA DA PONTE

Antes de chamar-se Loteamento Santa Terezinha, o local era conhecido como *Vila da Ponte* (doravante *Ponte*), pelo fato de encontrar-se sob uma passagem de nível da Avenida Castelo Branco, próximo à Estação de Bombeamento de Água Bruta (EBAB) do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), como mostra a Figura 6.

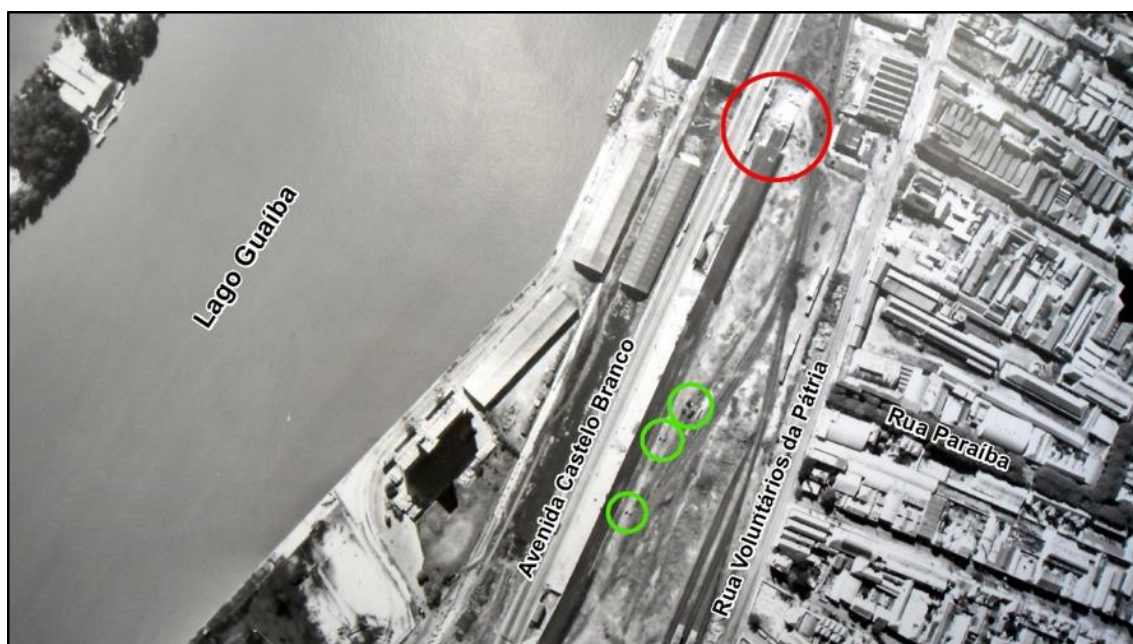


Figura 6: Localização da Vila da Ponte. Fonte: Acervo SMURB, 1982.

O círculo vermelho na imagem indica a localização da *Ponte*, os círculos verdes indicam o princípio de formação da *Vila dos Papeleiros* (doravante *Vila*), na área que atualmente abriga o Loteamento Santa Terezinha. Tanto a *Ponte* (como é conhecida pelos antigos moradores) quanto a *Vila* foram se constituindo quase que simultaneamente, sendo a *Ponte* a que se formou primeiro e, de acordo com alguns moradores entrevistados, chegou a abrigar sessenta famílias.

A *Vila dos Papeleiros* foi se constituindo a partir do indicado nos círculos verdes na imagem apresentada na Figura 6 (levantamento aerofotogramétrico feito pela prefeitura com fins de cadastro multifinalitário) no início dos anos de 1980 e expandiu-

se em direção ao sul tornando-se, em um curto espaço de tempo, um grande aglomerado de casebres às margens da Rua Voluntários da Pátria.

Em uma reportagem do extinto jornal *Folha da Tarde*, do dia 21 de abril de 1980, intitulada “O ciclo do lixo na metrópole”, encontra-se uma das primeiras imagens dos moradores da *Ponte* (Figura 7). Uma família composta por dez adultos que trabalhavam com a coleta de recicláveis e viviam sob a Avenida Castelo Branco.



Figura 7: Moradores da Vila da Ponte. Fonte: Folha da Tarde, 21 abr. 1980.

A reportagem informa que à época existiam em Porto Alegre cerca de duzentos e cinquenta catadores de recicláveis que moravam em situação de extrema precariedade. A chefe da família apresentada na imagem acima morava anteriormente na Ilha Grande dos Marinheiros, mas como tinha que pagar o transporte dos reciclados até o depósito, resolveu mudar-se para perto do comprador, barateando os seus custos. Segundo a matéria:

Assim como acontece em qualquer ramo de atividade, ela tratou de cortar os custos, mudando-se para o local situado atrás da casa de bombas do DNOS, na Avenida Castelo Branco, onde ergueu um barraco, onde mora todo mundo (Folha da Tarde, 21 abr. 1980, p. 12).

Em reportagem do jornal Zero Hora, datada de 11 de fevereiro de 1987, o recém-empossado diretor do DEMHAB, Dilamar Machado, conhecido apresentador de um programa de rádio, já fazia referência ao problema das subabitações em Porto Alegre e apontava o que ele considerava um problema para a cidade. Reproduzimos abaixo o trecho da matéria:

Para o novo diretor do Departamento Municipal de Habitação, Dilamar Machado, a escassez de recursos não será obstáculo no trabalho que pretende realizar junto ao DEMHAB, no desenvolvimento de programas que combatam a subabitação, “o grande flagelo de Porto Alegre”. [...] entre estes itens ele destaca, por exemplo, a existência da vila próxima ao início da auto-

estrada, logo na Avenida Castelo Branco. “Não podemos ver uma vila clandestina crescer a cada dia, disse ele, sem dar uma solução, sem perguntar suas necessidades e para onde querem ser transferidos” (Zero Hora, 11 fev. 1987, p. 34).

Observa-se, no relato do diretor, que a prática de remoção das populações carentes de áreas centrais é recorrente e desconsidera que estas pessoas estão ali precisamente pela facilidade de acesso aos materiais recicláveis que coletam e também dos compradores destes materiais.

Por conta de obras de duplicação da Avenida Castelo Branco, implantação da Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. (TRENSURB)¹⁴ e obras de melhoria na casa de bombas do DMAE, a população que vivia na *Ponte* foi aos poucos sendo removida do seu local de origem e se transferindo para a *Vila*. Em um levantamento feito pelo DEMHAB em 1996 (MORAES, 2011), apurou-se que a *Vila* contava então com 77 domicílios.

Na reportagem do jornal Zero Hora do dia 23 de agosto de 1998, página 41/42, intitulada “*São Jorge e as ratazanas*”, o cotidiano e as carências destas famílias são expostos, revelando como se formou a comunidade e a dimensão que a *Vila* tomou. De acordo com a matéria:

Foram os despejos de Porto Alegre que ajudaram a formar a Vila Central. Um enclave de miséria entre a Avenida Castelo Branco e a rua Voluntários da Pátria, perto da antiga sede da Rede Ferroviária Federal S/A. Ao empilharem o lixo no local, os moradores foram se instalando, erguendo os barracos e ficando. Muitos desembarcaram na estação rodoviária sem dinheiro e nem emprego. Logo perceberam que podiam tirar o sustento do lixo (Zero Hora, 23 ago. 1998, p.41).

Vivendo em um ambiente totalmente insalubre, estas pessoas estão expostas diuturnamente a diversas doenças e ao convívio com vetores patogênicos como ratos e ratazanas (problema citado por vários entrevistados durante a pesquisa). A maioria dos moradores da *Vila* é composta de carrinheiros (aqueles que puxam os carrinhos pela cidade no trabalho de coleta) e triadores (aqueles que separam os materiais após a coleta). Eles utilizam as próprias moradias como depósito e local de separação dos materiais. Além disso, há a aglomeração de pessoas em habitações precárias, as ligações elétricas clandestinas utilizando fios elétricos sem isolamento necessário e utilizando material elétrico reaproveitado de bitolas (diâmetros) diferentes, que

¹⁴ A TRENSURB foi criada em abril de 1980, através do Decreto nº 84.640. Entre 1980 e 1985, foram realizadas as obras de implantação e em março de 1985, foi inaugurado o primeiro trecho. Disponível em: <http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_detalle.php?codigo_sitemap=48>. Acesso em: 06 out. 2017.

favorecem acidentes como os incêndios, por exemplo. A Figura 8 mostra a foto da reportagem referida, dando uma ideia de como estava constituída a *Vila* em 1998.



Figura 8: Vila dos Papeleiros em 1998. Fonte: Ronaldo Bernardi, Zero Hora, 1998.

As imagens das Figuras 9 e 10 mostram o interior da *Vila* e dão uma noção geral de como estavam constituídas as habitações no início dos anos 2000.



Figura 9: Interior da Vila dos Papeleiros. Fonte: Acervo DEMHAB, 2002.

Os moradores faziam a triagem dos materiais em suas próprias casas ou barracos e nas áreas adjacentes e aquilo que não era aproveitado era abandonado no entorno, o que transformou o lugar em um enorme depósito de materiais altamente inflamáveis. Uma estratégia muito usada pelos recicladores é o de atear fogo nos fios elétricos

para remover o isolamento plástico, que não lhes interessa, e assim ficar apenas com o cobre, material de alto valor de revenda. Este procedimento é apontado como uma das causas de incêndios que periodicamente ocorriam na *Vila*.



Figura 10: Vila dos Papeleiros. Fonte: Acervo DEMHAB, 2002.

A primeira década dos anos 2000 foi de intensas mudanças para os moradores da *Vila*. Entre estas mudanças está a elaboração do PIEC pelo executivo municipal através do DEMHAB, cujo objetivo era a reestruturação urbana e a recuperação ambiental do acesso norte da capital abrangendo os bairros Anchieta, Humaitá, Farrapos, Navegantes e parte do bairro Marcílio Dias, onde estava localizada a *Vila*. As melhorias incluíam a construção de novas casas e a urbanização do lugar (arruamento, redes de energia elétrica e saneamento). Um momento significativo foi a assinatura do decreto nº 14148 de 27 de março de 2003, que transformou a área onde estava localizada a *Vila* em Área Especial de Interesse Social (AEIS), acabando com a irregularidade e trazendo uma segurança jurídica aos moradores.

Dois grandes incêndios ocorreram na *Vila*, um em março de 2004 e o outro em fevereiro de 2005, conforme mostram as imagens da Figura 11, ambos noticiados nos jornais da cidade e tendo como prováveis causas as ligações elétricas clandestinas, a quantidade enorme de material inflamável em um mesmo local e a forma descuidada com que os moradores trabalhavam na triagem dos materiais recicláveis.



Figura 11: Incêndios na Vila dos Papeleiros, 2004 e 2005. Fonte: Acervo ZERO HORA, 2005.

Os sinistros fazem com que a prefeitura mude o seu planejamento e dê prioridade às obras na *Vila*. Os moradores são deslocados para casas de passagem na rua Frederico Mentz, bairro Navegantes, enquanto aguardam a construção de suas novas casas. As casas de passagem são habitações coletivas e tem um caráter provisório, construídas para abrigar as populações de baixíssima renda que foram removidas de seus locais originais e depois serão reassentadas. Os moradores permaneceram nas casas de passagem até dezembro de 2006, como mostra a Figura 12.



Figura 12: Casas de passagem.Fonte: Google Earth, 2011.

A Figura 13 mostra o pátio interno das casas de passagem após a mudança dos moradores da *Vila*. A imagem à esquerda mostra a distribuição das chaves dos cômodos pelos agentes do DEMHAB. A imagem da direita mostra o pátio interno das casas de passagem.



Figura 13: Pátio interno das casas de passagem.Fonte: Acervo DEMHAB, 2005.

Sendo provisório e coletivo, o espaço das casas de passagem não tem qualquer tipo de acabamento nem privacidade e os banheiros são coletivos, assim como os tanques de lavar roupas. Neste local não era permitido fazer a triagem dos materiais de coleta, este deveria ser feito exclusivamente no galpão de reciclagem da rua Paraíba.

4.3 O LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA

As primeiras unidades do Loteamento Santa Terezinha (doravante Loteamento) são entregues em dezembro de 2006 e em junho de 2008 são encerradas as obras das últimas casas totalizando 277 unidades habitacionais, conforme indicado na Figura 14. O Loteamento tem este nome em homenagem à paróquia Santa Terezinha localizada nas proximidades (rua Ramiro Barcelos) e que durante o período de existência da *Vila* até os dias atuais desenvolve um trabalho de assistência social com doações de cestas básicas, roupas, brinquedos, móveis e eletrodomésticos para os moradores.



Figura 14: Unidades habitacionais do Loteamento Santa Terezinha. Fonte: Acervo DEMHAB, 2006.

É importante salientar que no Loteamento não estão somente os moradores da antiga *Vila*, foram reassentados lá também alguns moradores da Vila A. J. Renner, localizada no bairro Humaitá. Conforme notícia publicada no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA) do dia 18 de outubro de 2007, eram trinta famílias que viviam em situação precária na referida vila e que foram transferidas para o Loteamento. Segundo o DEMHAB (MORAES, 2007), estas pessoas não eram papeleiros, mas trabalhavam na construção civil e faziam biscates diversos. Esta diferenciação de atividade vai impactar diretamente na dinâmica de constituição do Loteamento. Estes novos moradores vão se concentrar na parte norte do loteamento enquanto àqueles provenientes da *Vila* estão concentrados na parte sul (mas não somente), como corolário desta distinção de modos de vida e práticas espaciais temos a diferenciação espacial revelada na forma como se relacionam com o espaço e o (re)modelam.

A Figura 15 ilustra esta distinção. As práticas dos antigos moradores da *Vila* continuam as mesmas, coleta e triagem de materiais recicláveis eles o fazem em suas casas e nas calçadas em frente às casas e aquele material que não é possível aproveitar é deixado nas ruas, como podemos ver na imagem à esquerda da Figura 15. Os moradores do lado norte, em sua maioria, não trabalham com reciclagem e, portanto, as ruas e calçadas tem uma outra configuração.



Figura 15: Lado sul e lado norte do Loteamento Santa Terezinha. Fonte: Acervo autor, 2012.

A estrutura das unidades habitacionais está apresentada na Figura 16. São casas e sobrados que contam com sala, cozinha, banheiro e área de serviço, além de duas unidades adaptadas para deficientes físicos. O centro comunitário, a creche e a quadra de esporte estão localizados no centro do Loteamento. A venda, locação ou troca é proibida e as famílias pagam um valor de acordo com sua renda com permissão remunerada de uso por 30 anos, e após 10 anos de uso a propriedade pode ser comprada (MORAES, 2011).

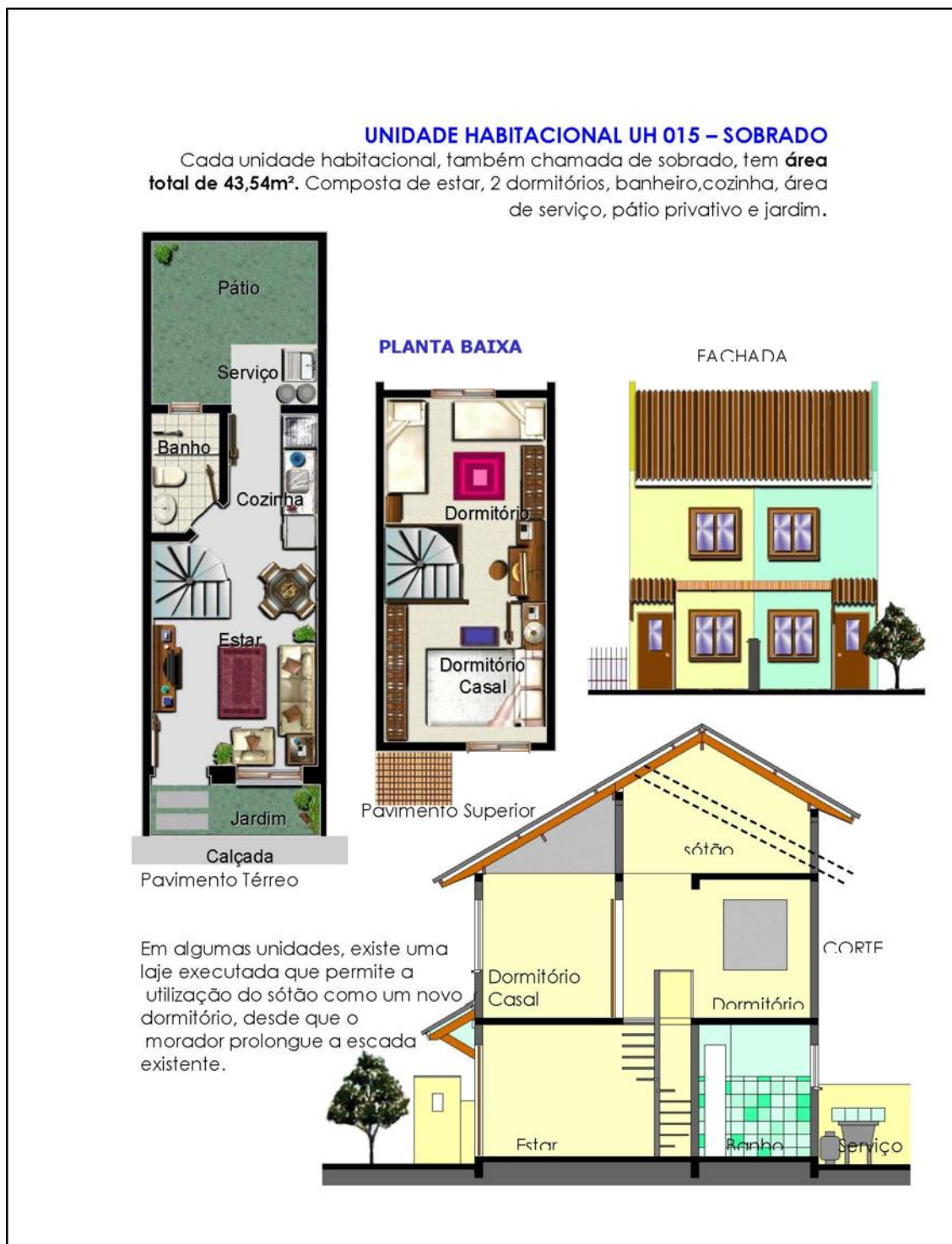


Figura 16: Planta baixa sobrado – Loteamento Santa Terezinha. Fonte: Acervo DEMHAB, 2007.

São unidades pequenas, levando-se em conta o número de pessoas que compõe cada família. Atualmente todas as casas têm modificações (ampliações, muros, cercas) e algumas delas tem ampliações para o recuo destinado a passeio público. Uma das famílias entrevistadas relatou que na casa vivem 14 pessoas, entre crianças e adultos. As casas possuem toda a infraestrutura necessária para uma vida digna,

no entanto, pela quantidade de pessoas vivendo em algumas delas a infraestrutura fica comprometida e a qualidade de vida também. Além da função residencial a casa é usada como depósito de materiais, o que atrai ratos e insetos e torna o ambiente muito insalubre (Figura 17).



Figura 17: Loteamento Santa Terezinha atualmente. Fonte: Acervo autor, 2017.

No ano de 2008 é aprovada na Câmara de Vereadores a Lei 10.531, de autoria do então vereador Sebastião Melo (PMDB) e conhecida como “lei dos carrinheiros”, que trata da redução gradativa da circulação de Veículos de Tração Animal (VTA) e dos Veículos de Tração Humana (VTH). Esta lei impacta diretamente no Loteamento, tendo em vista que a maioria dos moradores trabalha com a coleta de materiais recicláveis com os carrinhos. Tendo um prazo máximo para a retirada dos carrinhos das ruas da cidade estipulado para março de 2017, as cooperativas de recicladores foram em busca de alterar a lei e garantir mais tempo de uso de sua ferramenta de trabalho.

Através de movimentações na Câmara de Vereadores e de manifestações nas ruas (Figura 18) conseguiram, por meio do vereador Marcelo Sgarbossa (PT), que o prazo se estendesse até 2020, cinco anos mais, portanto. A prefeitura criou programas de qualificação profissional e de formação de cooperativas para incentivar os catadores a abandonar os carrinhos e partir para o trabalho formal. De acordo com as entrevistas que realizamos no Loteamento, as propostas da prefeitura não atraíram os moradores, que preferem continuar nas ruas, pelos motivos mais diversos, entre eles a possibilidade de ganhos maiores.

As imagens apresentadas na Figura 18 são de uma manifestação que ocorreu no dia 09 de março de 2017 partindo do largo Zumbi dos Palmares (bairro Cidade Baixa) e indo em direção à Câmara de Vereadores e Largo da Prefeitura, com a intenção de alterar a lei que proíbe a circulação dos carrinhos.



Figura 18: Manifestação organizada pelas cooperativas de recicladores 09 mar. 2017. Fonte: Acervo autor, 2017.

Para além das mazelas diárias que os moradores enfrentam, existe a situação presente do tráfico de drogas no Loteamento. Periodicamente os jornais locais noticiam operações policiais com fins de prisão de traficantes e apreensão de drogas e armas. No ano de 2017 ocorreram pelo menos duas grandes operações da polícia civil, inclusive com a presença da equipe de um telejornal local que registrou parte da ação policial, conforme ilustra a Figura 19.

Não bastasse a situação de extrema carência em que vive grande parte dos moradores do Loteamento, estas reportagens agravam a situação, pois apresentam abordagens preconceituosas, equivocadas e estigmatizantes. As reportagens situam a operação da polícia na *Vila dos Papeleiros*, indicando que se localiza na parte sul do Loteamento. Além disso, passa a impressão de que todos que ali vivem são usuários ou traficantes de drogas, por isso equivocadas e preconceituosas. Estigmatizantes, pois imputam uma marca nos moradores que já possuem uma baixa autoestima por sua própria condição de vida.

A Figura 19 mostra imagens da ação da polícia durante a operação realizada no dia 25 de julho de 2017. Oito pessoas foram presas e foi feita apreensão de drogas, armas e munição. Não é nossa intenção criticar a ação da polícia no combate à criminalidade, mas sim o tratamento que é dispensado pela imprensa para tratar do assunto. Os moradores do Loteamento convivem diuturnamente com o tráfico e suas práticas espaciais tem que levar em consideração esta relação que lhes é imposta, tanto pelo traficante (lei do silêncio) quanto pela polícia (repressão).



Figura 19: Operação da polícia civil em 25 jul. 2017. Fonte: Correio do Povo, 2017.

Como, em nossa opinião, não existe um planejamento de fato, mas apenas gestão, o Estado acaba por atuar de forma a apenas coibir o tráfico, situação que não é exclusiva do Loteamento, mas está presente em diversas vilas e bairros da capital gaúcha. A falta de um planejamento a longo prazo para a cidade se reflete nestas ações de cunho unicamente repressor e que não tem resultado prático, pois o tráfico continua atuante no Loteamento. É necessária a busca por alternativas que possam melhorar a condição de vida destes moradores e que esta mudança possa ser evidenciada, por exemplo, na alteração do perfil socioeconômico dos moradores, pois o perfil que elaboramos (dos entrevistados) e que está apresentado a seguir, indica uma condição de grande carência (instrução, habitação, perspectiva de trabalho).

4.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

O perfil socioeconômico é uma caracterização do entrevistado no que diz respeito a determinados aspectos, tais como: escolaridade; naturalidade; grau de instrução; quantidade de filhos; profissão; renda (se possível), etc. São dados quantitativos, mas que, quando analisados em conjunto com os dados qualitativos obtidos nas

entrevistas, permitem um entendimento mais amplo da realidade estudada. Os dados são apresentados em forma de gráficos para que se tenha uma melhor visualização, seguidos de um texto que busca contextualizar esta informação.

Como já mencionado anteriormente, existem dois tipos de moradores: os que são originários da *Vila dos Papeteiros* e os que vieram depois (a partir de 2006).

A maioria dos entrevistados (70%) vive nesta área há mais de dez anos e, portanto, moravam na *Vila dos Papeteiros*, e os 30% restantes estão na área somente a partir da constituição do Loteamento Santa Terezinha. O título do Gráfico 1 (Status) tem a intenção de indicar a condição do morador no momento da entrevista.

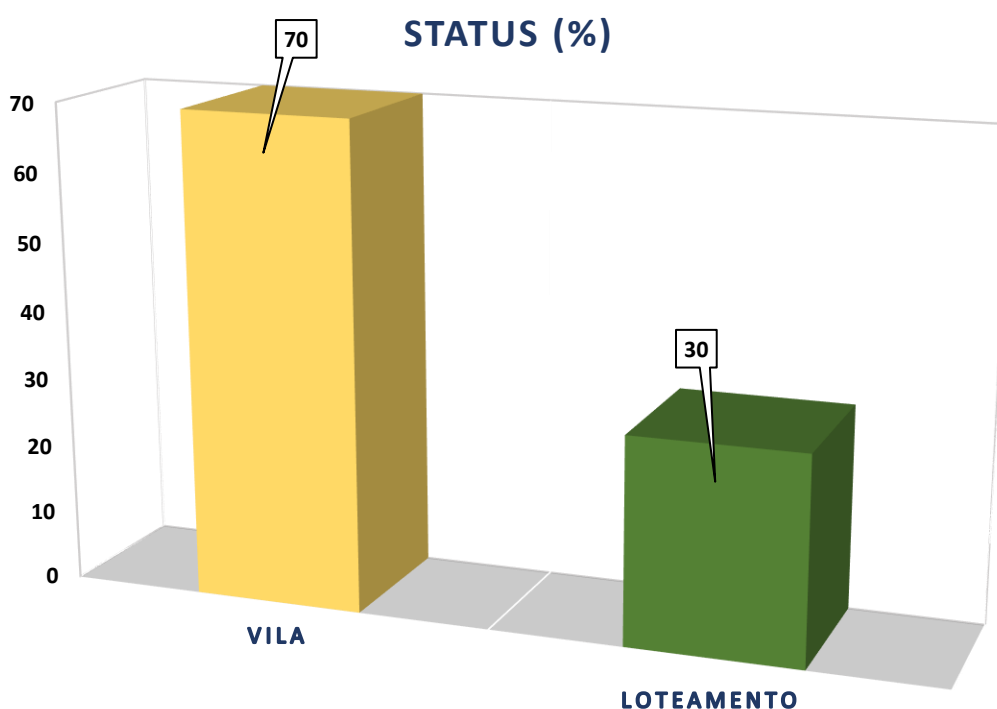
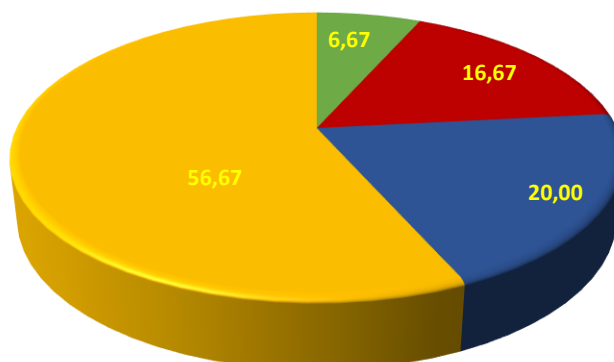


Gráfico 1: Status.Fonte: *Emílio Santos, 2017.*

Outro dado importante para a pesquisa é a idade dos entrevistados. O Gráfico 2, a seguir, apresenta este dado de forma resumida.

A maioria dos entrevistados (17 pessoas) tem mais de 50 anos e apenas 02 pessoas (7%) têm 25 anos ou menos, 06 pessoas (20%) estão entre 40 e 50 anos e 05 pessoas (17%) estão entre 25 e 40 anos de idade. É uma amostra que apresenta uma maioria de meia-idade, pois não foram entrevistados adolescentes nem jovens entre 18 e 20 anos, pelo simples fato de que eles não concordaram em ser entrevistados.

Idade dos entrevistados (%)



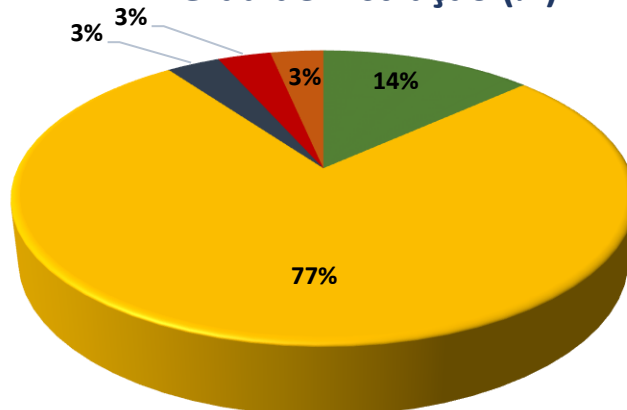
■ Até 25 anos ■ Até 40 anos ■ Até 50 anos ■ Acima de 50 anos

Gráfico 2: Idade dos entrevistados. *Fonte: Emílio Santos 2017.*

Além disso, nosso guia dentro do Loteamento, o sr. Antonio, nos levou a visitar as pessoas que moram há mais tempo no lugar, que tinham mais informações a respeito das dinâmicas ocorridas na *Vila* e no Loteamento e que prontamente nos atenderam para a entrevista.

O Gráfico 3, apresentado a seguir sintetiza o grau de instrução dos entrevistados, indicando um baixo índice de escolaridade.

Grau de instrução (%)



■ Não alfabetizado ■ Fundamental incompleto ■ Fundamental completo
 ■ Superior incompleto ■ Superior completo

Gráfico 3: Grau de instrução. *Fonte: Emílio Santos 2017.*

Dos 30 (trinta) moradores entrevistados, 23 (77%) relataram que possuem o ensino fundamental incompleto e que cursaram até o segundo ano. A razão principal para este abandono da escola está no fato de que precisavam trabalhar para ajudar a família no sustento da casa. 01 entrevistado (3%) declarou ter o ensino fundamental completo, 04 entrevistados (14%) se autodeclararam não alfabetizados (os motivos são os mesmos descritos anteriormente), 01 entrevistado (3%) declarou ter o ensino superior incompleto (está cursando) e apenas 01 entrevistado (3%) declarou possuir o ensino superior completo. Esta pessoa nos relatou que o seu empregador (em determinada época) custeou sua formação.

Quanto à ocupação dos entrevistados, o Gráfico 4, a seguir, apresenta os percentuais dos tipos de trabalho desenvolvidos pelos moradores. A maioria não tem registro formal do emprego, como os recicladores que trabalham por conta própria e não são filiados a cooperativas.

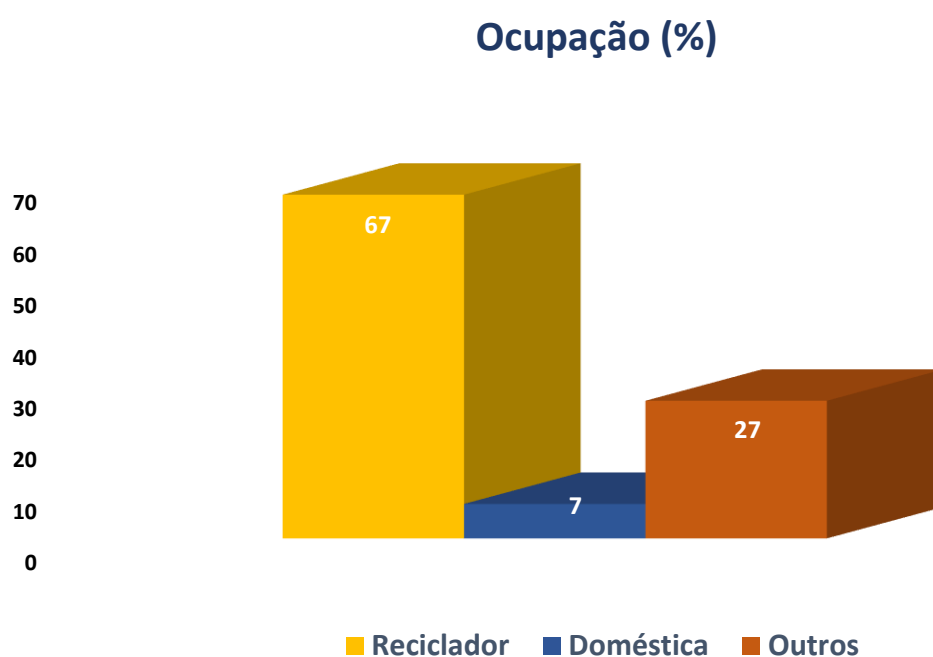


Gráfico 4: Ocupação.Fonte: *Emílio Santos 2017.*

Os dados indicam que do total de 30 entrevistados, 20 deles (67%) são recicladores. Duas pessoas entrevistadas (7%) trabalham como empregadas domésticas e o restante, 27% dos entrevistados (08) e classificados no gráfico como “outros”, estão divididos em diversas atividades. Entre elas podemos citar porteiro, ajudante (obra, transportadora), engraxate, comerciante, representante comercial (autônomo) e ainda 01 pessoa que se declarou “do lar”. Estas atividades laborais

foram reunidas para facilitar a visualização no gráfico, já que contam com apenas 01 pessoa em cada uma das categorias. A maioria dos entrevistados vive da coleta e separação de materiais recicláveis.

Os dados apresentados no Gráfico 5, a seguir, dizem respeito ao local de nascimento dos entrevistados. Durante a constituição da *Vila dos Papeleiros* a maioria dos seus habitantes era proveniente do interior do estado. Esta realidade se alterou ao longo do tempo e temos atualmente um percentual considerável de nascidos em Porto Alegre. No entanto, ainda é grande o número de pessoas que vieram do interior e de outros municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Há também alguns casos de pessoas que vieram de outros estados do Brasil.

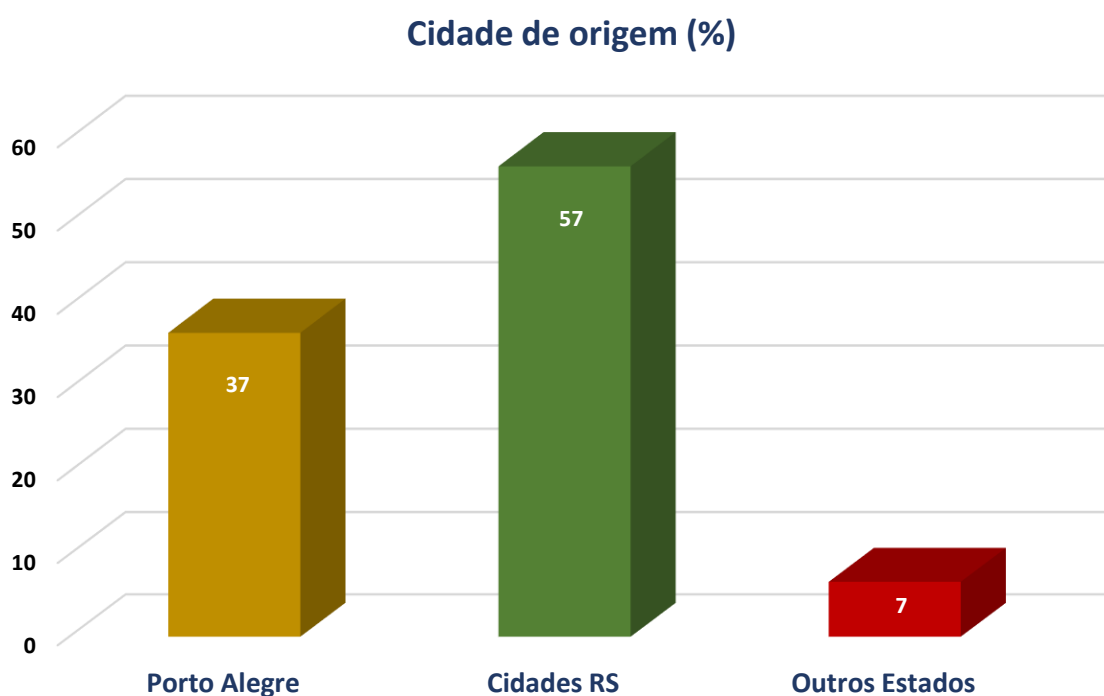


Gráfico 5: Cidade de origem. Fonte: Emílio Santos 2017.

Conforme apresentado acima, 11 entrevistados (37%) são originários de Porto Alegre, 17 pessoas (57%) são naturais de cidades do interior do estado (Tucunduva, Tenente Portela, Erechim, Três Passos, Alegrete, Cachoeira do Sul), Região Metropolitana de Porto Alegre (Canoas, Montenegro, Alvorada, Gravataí) e 02 pessoas (7%) são naturais de outros estados do país (São Paulo e Paraná).

Os dados sintetizados no Gráfico 6, apresentado a seguir, relacionam-se ao número de pessoas residentes em cada habitação (crianças, jovens e adultos), e trazem informações reveladoras das condições de habitabilidade do Loteamento Santa Terezinha, já que as casas e sobrados tem um, dois ou até três dormitórios,

sala, cozinha, banheiro e pátio, tendo em média 42 m². Possui ainda apartamentos JK para solteiros, tendo em média 22 m² e duas casas adaptadas para deficientes que possuem em média 50 m².

Em uma destas casas vivem, segundo a chefe da família, 14 pessoas, entre crianças e adultos. Em outra moradia vivem 11 pessoas. Na casa do sr. Antonio hoje vivem em torno de 10 pessoas, entre filhos, noras e netos, mas já moraram ali cerca de 20 pessoas numa situação extremamente insalubre. Na maioria das residências entrevistadas o número de habitantes é de até 05 pessoas (53%), em 06 residências (20%) moram apenas 02 pessoas e em outras 06 casas (20%) residem até 10 pessoas.

Nº de pessoas na residência (%)

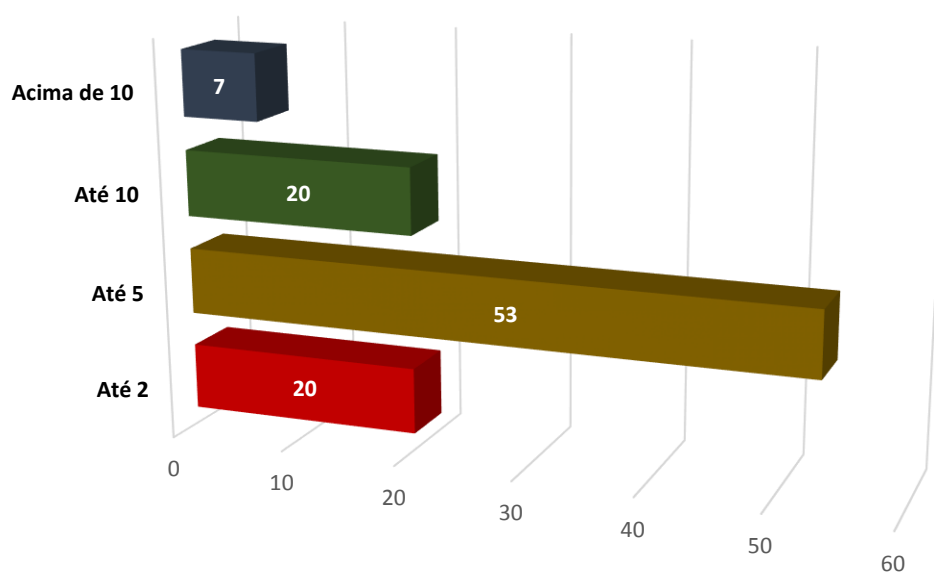


Gráfico 6: Número de pessoas na residência. Fonte: Emílio Santos 2017.

O próximo dado, disposto no Gráfico 7, apresentado a seguir, refere-se ao número de filhos de cada entrevistado. Ainda que muitos deles se declarem solteiros, apenas 03 moradores entrevistados não têm filhos.

A maioria dos entrevistados tem até 05 filhos, mas existem 02 entrevistados (10%) que têm mais de 10 filhos, um deles tem 14 e o outro 16. Seis entrevistados (20%) tem entre 06 e 10 filhos. Muitos desses filhos moram na mesma residência junto com as esposas e filhos e outros residem nas vizinhanças dentro do Loteamento.

Nº de filhos (%)

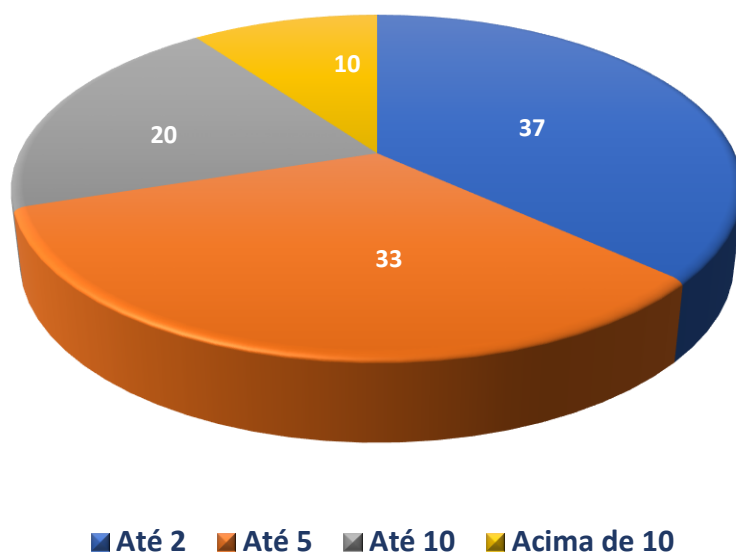


Gráfico 7: Número de filhos.Fonte: Emílio Santos 2017.

O estado civil dos moradores entrevistados, conforme apresenta o Gráfico 8, a seguir, tem um alto percentual de “solteiros (as)” e, ainda que vivam junto com companheiros (as) e tenham filhos com estes, quando perguntados sobre sua situação civil respondem “solteiro(a)”.

Estado civil (%)

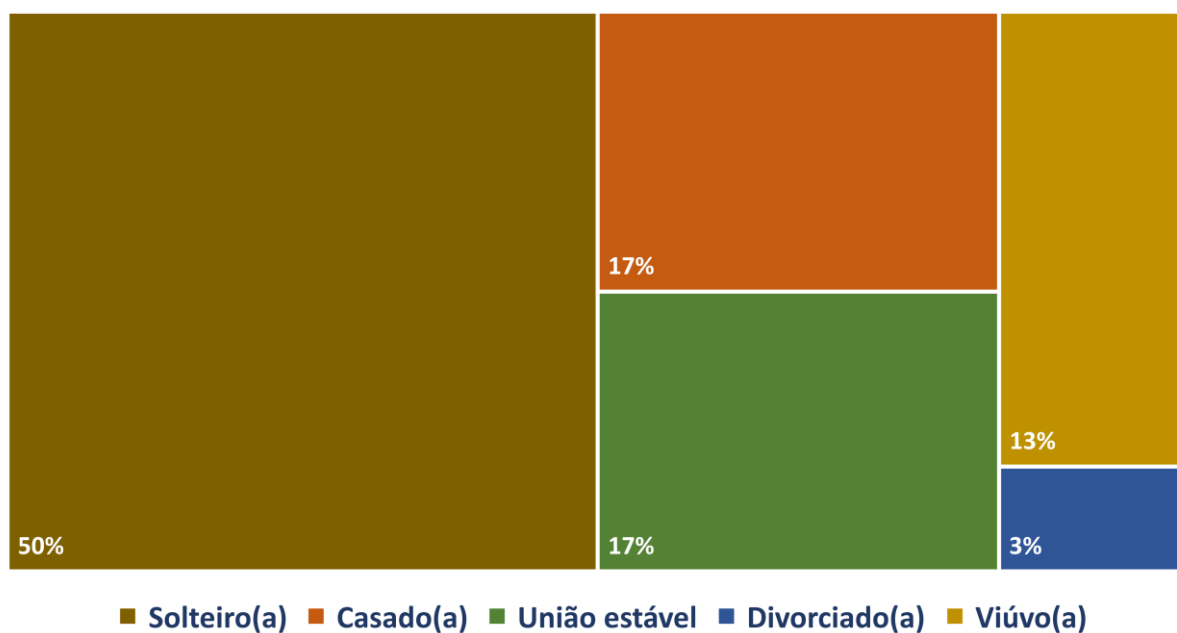


Gráfico 8: Estado civil.Fonte: Emílio Santos 2017.

Metade dos entrevistados (50%) se declararam solteiros(as), 05 entrevistados (17%) disseram que mantêm uma união estável, 01 pessoa (3%) se declarou divorciado, 05 pessoas (17%) se declararam casados(as) e 02 dos entrevistados (13%) se declararam viúvos(as).

O número de mulheres entrevistadas superou o de homens. Entrevistamos 17 mulheres, a maioria delas trabalha com seus maridos ou companheiros na coleta e reciclagem de materiais. Entrevistamos 13 homens que, na sua maioria, são recicladores e trabalham por conta própria. O Gráfico 9, a seguir, representa esta situação.

Percentual Homem/Mulher

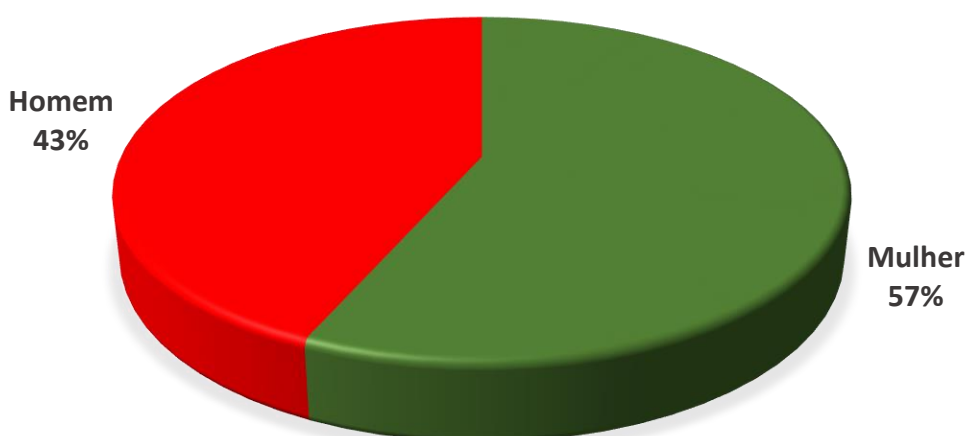


Gráfico 9: Percentual Homem/Mulher.Fonte: *Emílio Santos 2017.*

Quanto ao tempo de residência dos entrevistados na área de estudo, 90% deles moram ali há mais de 5 anos, sendo que 80% estão neste mesmo local há mais de 10 anos, conforme apresenta o Gráfico 10.

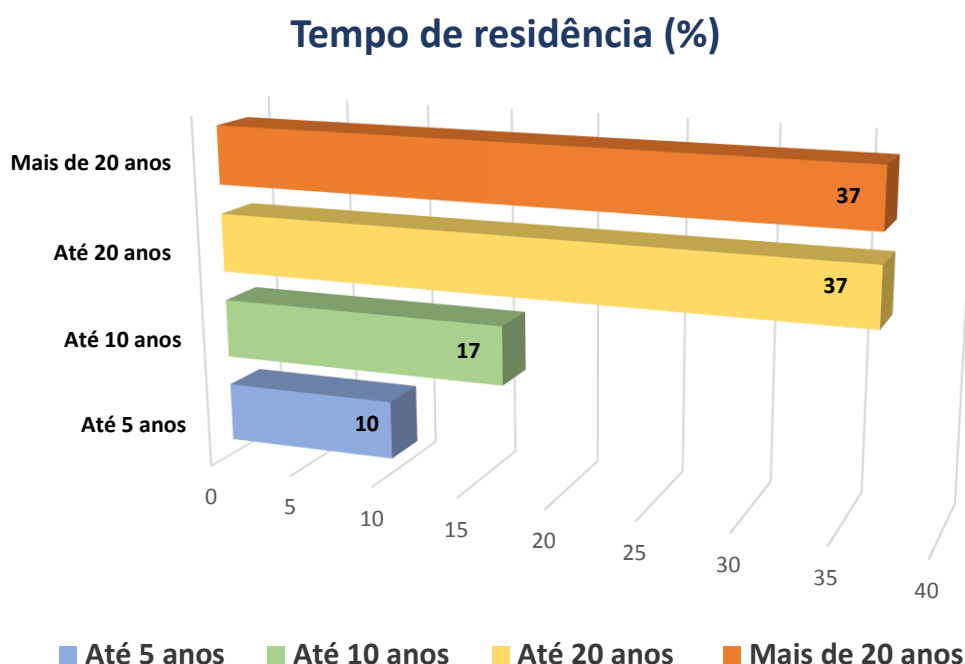


Gráfico 10: Tempo de residência. Fonte: Emílio Santos 2017.

Observa-se que 37% dos entrevistados (11 pessoas) moram na área de estudo há mais de 20 anos, 50% vivem ali há pelo menos 10 anos e, portanto, participaram direta ou indiretamente da constituição do Loteamento e dos diversos processos espaciais que se sucederam ao longo do tempo.

Quanto à questão da renda obtida por cada um dos entrevistados, as informações apresentam-se muito discrepantes, o que nos levou a não considerá-las válidas para incluir na análise. Como a grande maioria dos entrevistados trabalha de forma autônoma e a sua renda depende de quanto trabalho realizam diariamente e da variação do preço de venda dos materiais recicláveis (plástico, papel e metal), além do constrangimento em falar sobre os seus rendimentos diários, optamos por não fazer este questionamento.

Foi possível deduzir durante a realização das entrevistas que a renda da maioria dos entrevistados é baixa. Num dia de coleta boa, é possível faturar R\$ 100,00 (cem reais) com a venda dos materiais, o que representa a coleta ou catação de aproximadamente 245 kg de papel, por exemplo (R\$ 0,40 por kg). Esta quantidade de papel ou outro material não é coletada diariamente, portanto esta renda varia muito durante o mês. Ao longo de uma entrevista com duas moradoras do Loteamento feita na Cooperativa Mãos Unidas, conversamos com a vice-presidente da cooperativa. Ela nos informou que os cooperativados recebem, em média, R\$ 350,00 (trezentos e

cinquenta reais) por quinzena trabalhada, representando 75% de um salário mínimo (R\$ 937,00) mensal.

A baixa remuneração oferecida pelo trabalho cooperativado faz com que a maioria dos moradores do Loteamento prefira trabalhar por conta própria, puxando carrinho e coletando material pela cidade. Esta resistência ao trabalho cooperativado será discutida durante a análise e interpretação dos dados qualitativos obtidos com as entrevistas.

A seguir, apresentamos um quadro geral (Quadro 5) onde estão elencadas todas as informações socioeconômicas obtidas durante a pesquisa, o que permite uma visão ampla do perfil dos moradores entrevistados.

QUADRO GERAL DAS ENTREVISTAS

Entrevista	Idade	Sexo	Estado Civil	Grau de Instrução	Ocupação	Filhos	Nº pessoas na casa	Naturalidade	Estado	Status	Tempo residência Vila/Loteamento (anos)
1	70	M	Casado	Fundamental Incompleto	Reciclador	14	10	Porto Alegre	RS	Vila	18
2	34	M	União Estável	Fundamental Incompleto	Auxiliar Produção	1	5	Porto Alegre	RS	Loteamento	1,5
3	35	M	Solteiro	Fundamental Incompleto	Reciclador	3	9	Porto Alegre	RS	Vila	20
4	43	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Recicladora	1	6	Porto Alegre	RS	Vila	26
5	73	F	Casada	Fundamental Incompleto	Recicladora	4	4	São Paulo	SP	Vila	33
6	23	F	União Estável	Fundamental Incompleto	Recicladora	1	10	Porto Alegre	RS	Vila	23
7	62	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Recicladora	6	10	Gravataí	RS	Vila	30
8	45	F	União Estável	Fundamental Incompleto	Recicladora	6	6	Coronel Vivida	PR	Vila	21
9	53	M	Solteiro	Não Alfabetizado	Comércio	3	3	Arroio do Tigre	RS	Loteamento	2
10	50	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Recicladora	6	11	Faxinal do Soturno	RS	Vila	20
11	65	M	Casado	Fundamental Completo	Auxiliar Depósito Transportadora	11	2	Porto Alegre	RS	Vila	21
12	61	M	Viúvo	Fundamental Incompleto	Reciclador	16	3	Montenegro	RS	Vila	24
13	57	F	Casada	Fundamental Incompleto	Recicladora	5	3	Lageado	RS	Vila	30
14	60	M	União Estável	Fundamental Incompleto	Reciclador	5	4	Montenegro	RS	Vila	21
15	49	F	Solteira	Não Alfabetizado	Recicladora	0	5	Porto Alegre	RS	Vila	13
16	54	M	Solteiro	Fundamental Incompleto	Reciclador	0	5	Tenente Portela	RS	Vila	19
17	51	M	Casado	Fundamental Incompleto	Porteiro	2	4	Tucunduva	RS	Loteamento	7
18	65	F	Viúva	Não Alfabetizado	Doméstica	9	3	Porto Alegre	RS	Loteamento	10
19	61	F	Viúva	Fundamental Incompleto	Recicladora	5	2	Porto Alegre	RS	Loteamento	12
20	69	M	Divorciado	Fundamental Incompleto	Engraxate	10	2	Canoas	RS	Vila	20
21	44	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Recicladora	2	5	Porto Alegre	RS	Loteamento	11
22	34	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Recicladora	4	3	Montenegro	RS	Vila	16
23	24	F	Solteira	Superior Incompleto	Atendente	0	3	Porto Alegre	RS	Loteamento	5
24	63	F	Viúva	Fundamental Incompleto	Do Lar	2	2	Alegrete	RS	Loteamento	8
25	50	F	União Estável	Superior Completo	Autônoma	2	4	Erechim	RS	Loteamento	10
26	69	M	Solteiro	Não Alfabetizado	Reciclador	10	2	Montenegro	RS	Vila	35
27	54	M	Solteiro	Fundamental Incompleto	Reciclador	4	2	Cachoeira do Sul	RS	Vila	26
28	32	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Recicladora	3	14	Alvorada	RS	Vila	8
29	52	M	Solteiro	Fundamental Incompleto	Reciclador	1	3	Canoas	RS	Vila	20
30	39	F	Solteira	Fundamental Incompleto	Doméstica	4	5	Três Passos	RS	Vila	15

4.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Considerando-se o exposto no item 3.4 (análise de conteúdo), apresentamos as unidades de registro que foram levantadas nas entrevistas e que, na nossa análise, podem responder aos questionamentos:

- I. Ausência de liderança no Loteamento;**
- II. Resistência ao cooperativismo;**
- III. Ausência/presença do Estado;**
- IV. Pouca valorização da habitação/casa;**
- V. Presença do tráfico de drogas.**

A ausência de liderança no Loteamento foi a primeira unidade de registro a surgir durante a análise do conteúdo das entrevistas. Dentre as diversas perguntas feitas aos moradores entrevistados, uma delas dizia respeito justamente à atuação de lideranças dentro do Loteamento para resolver conflitos internos e de intermediar negociações com os agentes públicos por conta de regularização de documentação de imóvel, serviços de infraestrutura das casas e da área do Loteamento, por exemplo.

Nas 30 entrevistas realizadas, quando perguntados sobre quem procuravam quando alguma demanda surgia, todos, sem exceção, responderam que cada um resolvia o problema por sua própria conta e risco. Em nenhum momento foi citado o nome de alguém que pudesse ter este papel de liderança. O sr. Antônio Carboneiro, nosso guia durante as entrevistas, se coloca como uma pessoa que trabalha pelos papeleiros e pelo Loteamento. Ele teve participação importante em momentos decisivos, tanto para a *Vila dos Papeleiros* quanto para o Loteamento, participando ativamente de ações para a melhoria de vida desta população. Ele é o presidente da associação de moradores e da AREVIPA e, no entanto, nenhuma das pessoas entrevistadas considera o sr. Antônio uma liderança e nem o identifica como alguém a ser procurado para resolver alguma demanda interna ou externa. O sr. Antônio é um trabalhador solitário que doa parte de seu tempo para buscar ajuda - qualquer tipo de ajuda - para os papeleiros e para o Loteamento.

Esta lacuna na liderança da comunidade impede alguns avanços na qualidade de vida dos moradores. Uma das demandas apontadas por três entrevistados (10% do total) diz respeito à instalação de um posto de saúde dentro do Loteamento, o que

facilitaria o atendimento dos residentes. Hoje este atendimento é prestado pelo Centro de Saúde Santa Marta, no centro de Porto Alegre (rua Capitão Montanha, 27). Na entrevista com as agentes de saúde que atendem o Loteamento, expusemos esta demanda da comunidade e elas afirmaram ter conhecimento desta questão. No entanto, segundo elas, é necessário um maior engajamento da comunidade, uma associação de moradores mais ativa e atuante, que participe de forma continuada no Conselho Municipal de Saúde, por exemplo. Para que isso ocorra é necessária uma liderança que seja capaz de agregar pessoas, que seja capaz de motivá-las.

De acordo com as agentes de saúde, os moradores do Loteamento não têm motivação suficiente para participar, de forma constante, deste tipo de trabalho voluntário (participar de reuniões, comitês, associações, etc.). “Vão em uma reunião e depois não aparecem mais”, elas relatam que mesmo tratando-se de formação de grupos que discutam sobre a saúde da mulher (doenças sexualmente transmissíveis, métodos anticoncepcionais, etc.), é muito difícil a participação das mulheres da comunidade. Deste modo, entendemos que a ausência de uma liderança no Loteamento aparece como um fator que contribui para a manutenção da situação atual.

Outra unidade de registro que foi levantada durante as entrevistas, e que parece ser unânime entre os entrevistados, é uma certa **resistência ao cooperativismo**. Dos 30 moradores entrevistados, 20 (67%) se declararam recicladores, e destes apenas 02 trabalham em uma cooperativa (Cooperativa Mãos Unidas Santa Teresinha). A Cooperativa Mãos Unidas iniciou seus trabalhos em agosto de 2014 e sua criação se deu em função do Programa Todos Somos Porto Alegre¹⁵, proposto pela prefeitura municipal. Fizemos uma visita a esta cooperativa para entrevistar duas moradoras do Loteamento que lá trabalham. A vice-presidente nos recebeu e foi possível realizar uma pequena entrevista, onde nos foi explicado como funciona a cooperativa e o motivo pelo qual a maioria dos moradores do Loteamento abandonou o trabalho e voltou a “puxar carrinho” nas ruas da cidade.

¹⁵ O Programa Todos Somos Porto Alegre é uma política pública elaborada pela Prefeitura com o objetivo principal de promover a emancipação de carroceiros e carrinheiros por meio de novas oportunidades de trabalho. A iniciativa visa preparar estes trabalhadores, condutores de Veículos de Tração Humana e Animal (VTH e VTA), para acessarem novas alternativas de trabalho e renda em decorrência da redução gradativa da circulação de carroças e carrinhos na Capital até 2016, conforme o Decreto nº 16.638, que regulamenta a Lei nº 10.531. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=127>. Acesso em: 25 out. 2017.

Como a maioria dos trabalhos formais, existem certas regras para o funcionamento da cooperativa, entre eles está o cumprimento de horários e uma certa conduta pessoal, que neste caso está relacionada ao consumo de álcool e drogas no horário de trabalho. Segundo a vice-presidente, a prefeitura, no início dos trabalhos da cooperativa, pagava uma bolsa-auxílio para os cooperativados na intenção de equilibrar as contas. Passada esta fase, quando a cooperativa já andava de forma autônoma, a bolsa-auxílio foi extinta. Então, a maioria dos cooperativados abandonou o trabalho e voltou à rua novamente como recicladores autônomos.

Outro motivo alegado pelos entrevistados é a baixa remuneração (já citada no perfil socioeconômico) paga aos cooperativados e a forma de pagamento (a cada 15 dias), quando o trabalho na rua permite que ele venda, ao final do dia, seu material coletado a qualquer um dos compradores (aquele que tiver o melhor preço) de material reciclado espalhados pelas redondezas do Loteamento. Além disso, nas rotas que percorre durante o dia, ele tem a possibilidade de angariar doações de roupas, calçados, alimentos e até dinheiro, complementando assim sua renda.

O que eles alegam é que trabalhando dentro do galpão não há esta possibilidade. A prestação de contas da cooperativa também é motivo de desconfiança por parte dos entrevistados, alguns afirmam não haver clareza quanto aos lucros, às despesas e à distribuição dos rendimentos a cada um dos cooperativados. Outro aspecto apontado pelos entrevistados é o fato de que a coleta seletiva – feita por uma empresa terceirizada, contratada pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) - deveria levar aos galpões o material para ser triado e vendido, mas segundo eles o que chega no galpão é material ruim, o material que tem maior valor de revenda “já ficou pelo caminho”.

Quando somamos a baixa remuneração, a mínima disciplina exigida para o trabalho, a desconfiança em relação às finanças e à coleta seletiva, o resultado é o completo desinteresse pelo programa Todos Somos Porto Alegre e pelo trabalho cooperativado em geral no Loteamento. Assim entendemos, através desta unidade de registro levantada nas entrevistas, que a situação de trabalho destas pessoas que vem desde os anos de 1980 na *Vila dos Papeleiros* é uma prática espacial que se reproduz e muito pouca alteração teve ao longo do tempo.

Outra unidade de registro que ficou clara durante as entrevistas é a **ausência/presença do Estado**. Nos relatos dos entrevistados, quando perguntados

sobre como era a relação com as diversas secretarias, empresas e autarquias da prefeitura, a resposta, de modo geral, era a mesma: “Eles aparecem aqui só prá cobrar”; “A gente aqui tá abandonado”. A única secretaria elogiada foi a de saúde, por conta do ótimo trabalho, segundo os moradores, realizado pelas agentes de saúde da família do Centro de Saúde Santa Marta. Esta ausência referida pelos entrevistados tem relação com o conceito do Estado como provedor das necessidades da população. O entendimento expresso pelas opiniões dadas durante as entrevistas revela que, para eles, o Estado deve ser o agente provedor.

De outro lado tem-se a presença do Estado como agente opressor, segundo os entrevistados, representado pela Brigada Militar e Polícia Civil, em grandes operações para o combate ao tráfico de drogas no Loteamento, noticiadas com frequência pelos meios de comunicação de massa. Segundo os moradores, nessas operações é comum a truculência policial: “Eles pedala a porta e vão entrando”.

Esta relação contraditória com o Estado, de um lado referindo-se a ele como ausente de suas obrigações para com a população e de outro como o opressor que invade suas casas e os submete a constrangimentos, muito embora os traficantes também o façam, existe desde a formação da *Vila dos Papeleiros* e continua presente até os dias atuais. Assim, para estas pessoas o Estado aparece como dualidade: o que provê - este eu quero que esteja presente; e o que oprime - este eu quero que se mantenha afastado.

Considerando que, no entendimento dos entrevistados, o Estado aparece muito mais como opressor, condicionando a intervenção deste a determinados comportamentos e hábitos dos moradores e muito menos como provedor das suas necessidades imediatas, é possível afirmar-se que esta tensão permanente entre o “nós” (moradores) e os “outros” (Estado) transforma o espaço do Loteamento, na medida em que impõe a eles uma condição de abandono nas questões sociais e, ao mesmo tempo, os coloca em uma condição de irregularidade e até mesmo de criminalidade por conta do tráfico de drogas.

A próxima unidade de registro que ficou evidente durante as entrevistas para 70% dos entrevistados (21 pessoas) é a **pouca valorização da casa/habitação**. A primeira pergunta feita a estas 21 pessoas na entrevista era sobre a condição de vida na *Vila dos Papeleiros*. Todos responderam que era bom viver na *Vila*, apesar de todas as carências que existiam. Perguntados sobre o que consideravam ruim naqueles

tempos, nenhum deles respondeu, em um primeiro momento, que era a casa/habitação. O primeiro item enumerado foi a lama, presente em toda *Vila* e que fazia com que os carrinhos atolassem com frequência: “Tinha barro até as canela”. O segundo item mais citado pelos entrevistados foi a quantidade de ratos que dividiam o espaço e os alimentos com os moradores: “Tinha muito rato”. A casa só é lembrada quando perguntamos a respeito dela, de como eram suas condições.

Quando perguntados sobre as condições de moradia no Loteamento, da mesma forma, a casa não aparece nas respostas como o item mais importante. Ter um endereço com nome de rua, número de casa e Código de Endereçamento Postal (CEP) é, na visão de 70% dos entrevistados, o mais importante. Na sequência, é citado o fim da lama (barro), água encanada, luz e só depois destes itens a casa é referenciada. A incidência de ratos nas moradias continua a existir (em menor número) considerando-se o tipo de atividade que eles desenvolvem – reciclagem de materiais usando suas casas como área de triagem e depósito. Considerando suas necessidades imediatas, é compreensível que a habitação não tenha o papel principal em suas observações sobre a *Vila* e o Loteamento. A lama acumulada nos caminhos da *Vila*, que impedia ou dificultava sobremaneira o ir e vir dos carrinhos de coleta, seu ganha-pão diário, e a quantidade de ratos que infestavam os barracos feitos de madeira, papelão ou qualquer outro material disponível, eram suas preocupações mais prementes. Ter um teto sobre suas cabeças era algo secundário em relação às demais carências.

Curiosamente, os projetos da prefeitura municipal para a *Vila dos Papeleiros* e outras áreas semelhantes no eixo Humaitá/Navegantes que integram o PIEC objetivam, entre outras ações, construir novas casas para esta população. O que se pôde levantar com as entrevistas feitas com 70% da amostra (21 pessoas) que viveram na *Vila* e hoje moram no Loteamento e, portanto, tem conhecimento das duas realidades, é que a casa não era e continua não sendo artigo de primeira necessidade, como podem julgar alguns técnicos do planejamento de gabinete do executivo municipal.

Existe, por parte desta parcela de entrevistados, um certo saudosismo com relação à *Vila*: “Na vila era melhor”; ou ainda: “A gente era mais feliz na *Vila*”. Quando perguntados sobre como poderia ser melhor a *Vila* do que o Loteamento, a resposta é: “A gente se ajudava mais, um ajudava o outro, hoje é cada um na sua casa”.

Outro fato importante é que praticamente todas as casas foram ou estão sendo modificadas. A quantidade de pessoas morando na mesma casa induz à que se façam adaptações para comportar 10, 11 ou até 14 pessoas em uma área construída de 42 m². Usa-se todo o espaço disponível para construir novas peças na casa. O pequeno pátio em frente à casa transforma-se em sala, o pátio nos fundos transforma-se em quarto, tudo isso sem qualquer tipo de fiscalização (Estado ausente).

Assim, as transformações espaciais ocorridas ao longo do tempo no Loteamento, e que dizem respeito à forma como os moradores se relacionam com a casa, fazem com que a sociedade em geral (externa ao Loteamento) os veja como responsáveis por um processo de degradação das habitações.

Por fim, mas não menos importante está **a presença do tráfico de drogas**. Assunto delicado, porém fundamental para o entendimento dos processos espaciais pelos quais passou e passa o Loteamento. Das 30 entrevistas feitas para a pesquisa, somente 01 pessoa falou abertamente sobre o tráfico. Existe uma espécie de temor velado em falar deste assunto entre os moradores. Quando perguntados sobre o que elas consideram ruim no Loteamento, grande parte das respostas era: “tem umas coisa aí”; somente quando estimulados revelam que o tráfico incomoda: “Eles fazem a deles e eu faço a minha”; Eles lá e eu aqui”.

No ano de 2017, duas grandes operações policiais foram feitas no Loteamento para combater o tráfico: no dia 25 de maio e no dia 27 de julho. Nestas operações, a polícia revistou algumas casas na busca por drogas e armas, efetuando a prisão de traficantes que atuam no Loteamento. Alguns dos moradores entrevistados têm seus familiares envolvidos no tráfico, o que faz com que a cada operação policial suas casas sejam revistadas, de modo geral, de forma truculenta. Alguns deles nos revelaram que “nem tranco mais o portão, quando eles chega, quebra tudo, então não tranco mais”.

Quando perguntados sobre o que pensam sobre estas operações da polícia, revelam que: “pra nós é bom, a gente vive oprimido por esta gente”. De outro lado, argumentam que os policiais tratam todos como se fossem bandidos nas revistas que fazem quando abordam pessoas nas ruas do Loteamento: “Se o teu celular é bom, eles leva, se é ruim eles atira no chão”.

Pelo que se pode apurar nas reportagens do jornal Correio do Povo¹⁶ sobre estas duas operações, os chefes do tráfico não vivem no Loteamento, apenas usam o local como ponto de venda e fazem a cooptação dos jovens que vendem a droga no varejo. Existe uma tensão permanente, seja pelo traficante que impõe certas condições aos moradores (o silêncio), seja pelas autoridades policiais que quando entram no Loteamento colocam todos em uma mesma classe: bandidos. Além daqueles que moram no Loteamento e são usuários ou trabalham para o tráfico, existem ainda os frequentadores eventuais, que circulam pelo Loteamento para comprar a droga. São pessoas em situação de rua que vivem nas calçadas próximas dos pontos de venda, morando em barracas de lona e circulando diariamente pelas ruas do Loteamento.

O que evidenciamos em certos dias quando fizemos nossas entrevistas foi que a maconha é usada livremente e em qualquer horário dentro do Loteamento, tanto por adolescentes quanto por adultos em suas casas ou mesmo na rua. Nas entrevistas com os agentes externos que trabalham diariamente no Loteamento, o problema das drogas foi apontado como grave, já que muitos jovens abandonam a escola para trabalhar para o tráfico, muito mais atraente em termos financeiros, além de conferir, entre estes jovens, um certo status social. Aqueles que não estão dentro desta lógica, segundo estes agentes externos, são discriminados por seus pares.

Existe ainda o que a coordenadora da Creche Menino Jesus chama de “filhos da droga”, que são aquelas crianças geradas por pais usuários de drogas, tanto o pai quanto a mãe, e requerem uma atenção especial por parte dos profissionais de educação que os assistem.

Deste modo, entendemos que o tráfico de drogas que poderia ser apontado como um efeito colateral da desorganização presente no Loteamento é, na verdade, um facilitador desta desorganização, pois se aproveita dela para a manutenção de seus negócios ilícitos. Nas palavras de um entrevistado: “O lixo tem uma função, ele não está ali à toa”, referindo-se ao lixo acumulado nas ruas e calçadas do Loteamento.

¹⁶ A reportagem do dia 25 de maio de 2017 trata de uma operação da polícia para desarticular o que foi chamado de “rodízio” no tráfico de drogas na área do Loteamento. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADcia/2017/5/618700/Policia-deflagra-operacao-contra-rodizio-de-faccoes-em-vila-de-Porto-Alegre>. Acesso em: 24 set. 2017.

A reportagem do dia 25 de julho de 2017 mostra uma operação da polícia no Loteamento cujo objetivo foi combater tráfico de drogas, porte ilegal de arma e receptação. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/07/623862/Policiais-realizam-operacao-na-regiao-central-de-Porto-Alegre>. Acesso em: 23 set. 2017.

Quando analisamos estas cinco características, que no seu conjunto formam um mosaico da realidade existente no Loteamento – evidenciando práticas espaciais que configuram e reconfiguram o espaço ao longo do tempo – podemos apontar para uma condição de dualidade entre permanência e mudança, dependendo da perspectiva do sujeito ou observador. Esta condição indica que, ao se olhar superficialmente para este espaço, não enxergamos alterações significativas ao longo dos anos, mas apenas a permanência da situação de enorme carência.

A transformação do espaço na área onde atualmente se encontra o Loteamento Santa Terezinha é fruto das práticas espaciais usadas pelos moradores da *Ponte*, da *Vila*, do atual Loteamento, bem como por parte do Estado (na instância municipal) conforme indicado na Figura 20, apresentada a seguir.

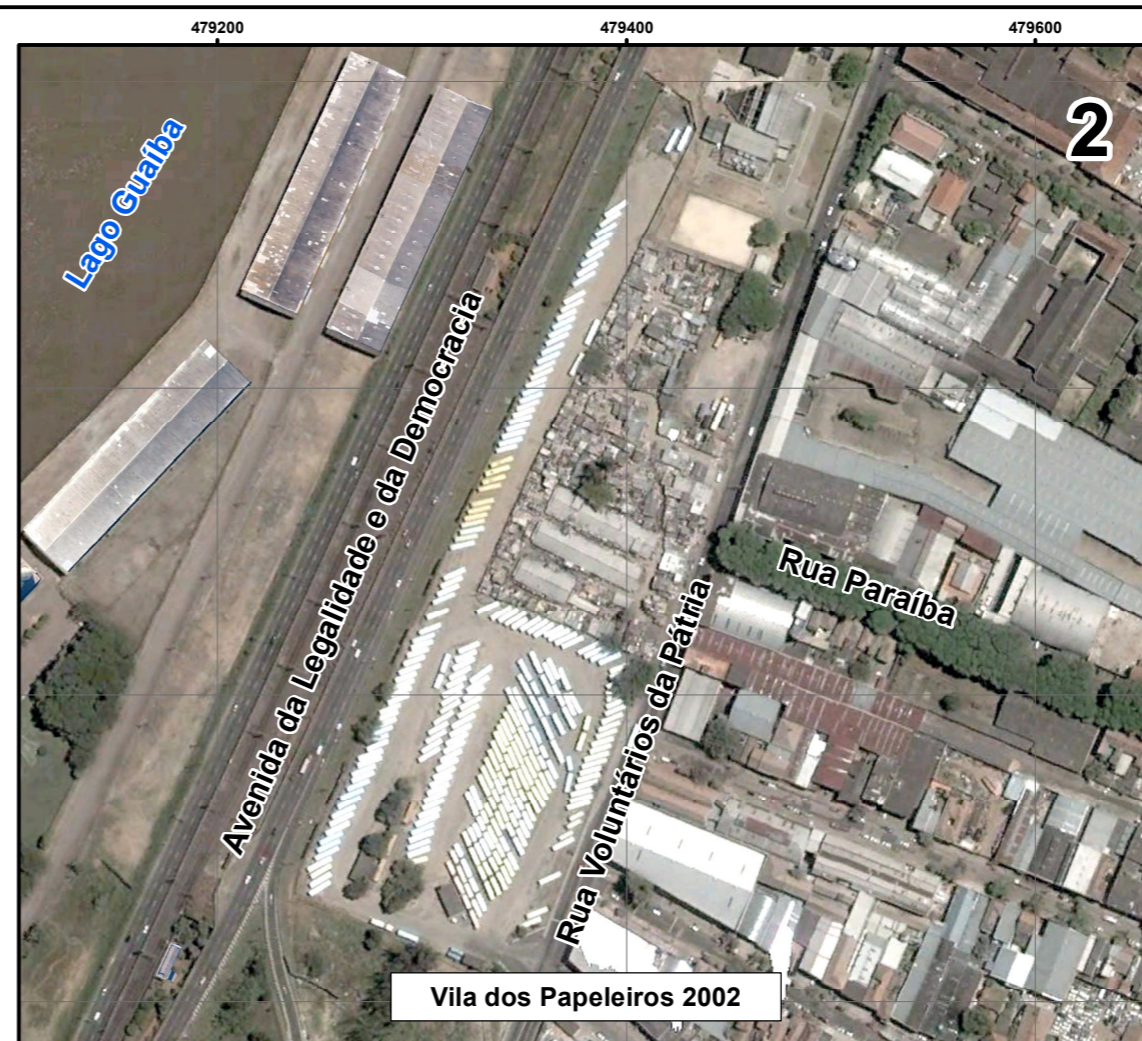
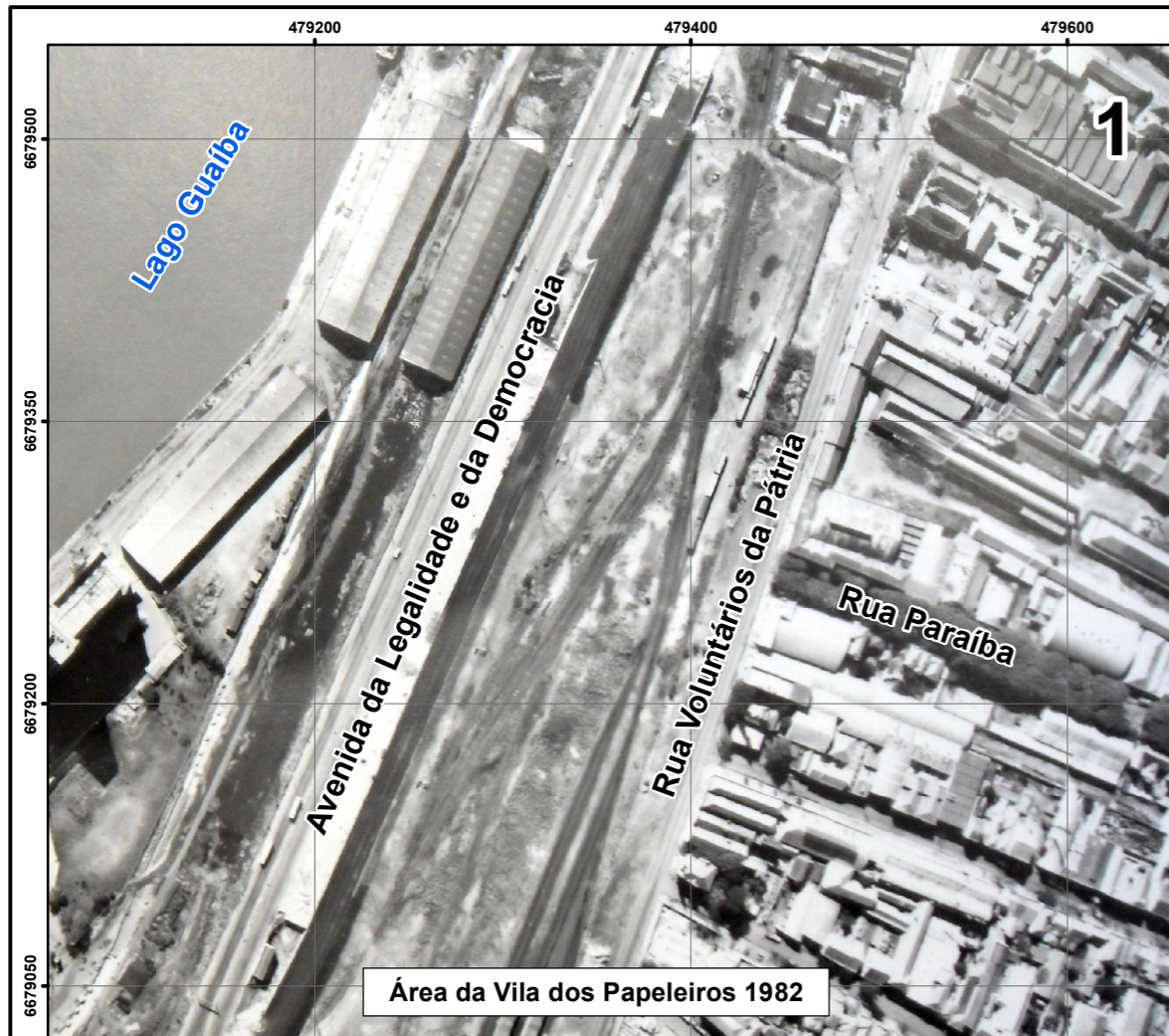


Figura 20: Mapa do processo de modificação do espaço

DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA EM PORTO ALEGRE/RS: ENTRE A APARENTE PERMANÊNCIA E A TÊNUE MUDANÇA



Localização:



Legenda:

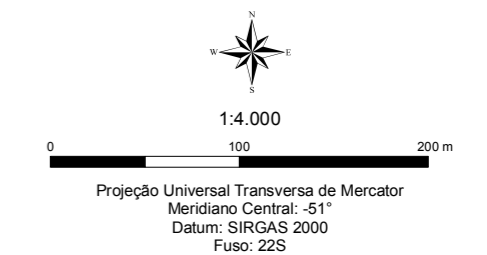
- Loteamento
- Corpo Hídrico
- Porto Alegre
- Limite Municipal
- Limite Loteamento
- DMAE

Fonte dos dados:

Hidrografia: IBGE, 2010;
 Limites Municipais: IBGE, 2010;
 Limites Estaduais: IBGE, 2010;
 Limite Internacional: IBGE, 2010;
 Lot. Santa Terezinha: O Autor, 2017;
 Imagem 1: SMURB, 1982;
 Imagens 2, 3, 4: Google Earth, 2002, 2005 e 2017;

Elaboração: Emilio L. S. Santos, 2017.

Informações Cartográficas:



Os moradores da *Ponte/Vila* eram, na sua gênese, produtores do espaço, construindo suas habitações na medida do possível com os materiais disponíveis sem qualquer intervenção do Estado, produzindo seu próprio espaço (imagens 1 e 2 da Figura 20). A partir do momento em que o Estado intervém, propõe o projeto de construção do loteamento com habitações unifamiliares, arruamento, passeio público, áreas de lazer e convívio social, ele torna-se um agente efetivo de transformação do espaço impondo “de cima para baixo” sua concepção de loteamento popular e habitação (imagens 3 e 4 da Figura 20). Os moradores têm que se adaptar ao modelo imposto e num primeiro momento isso de fato acontece, no entanto, com o passar dos anos cada morador vai otimizando sua casa para atender às suas necessidades (seja de espaço físico para a moradia, seja como depósito de materiais recicláveis).

Retomamos aqui os conceitos de forma função estrutura e processo apresentados por Santos (1985) como método de análise do espaço. No início dos anos de 1980 a área da imagem 1 (Figura 20) não tinha uso aparente, a partir da chegada de pessoas dos mais diversos locais do estado e mesmo da capital engendra-se um processo de ocupação que por consequência gera uma estrutura que possui uma forma própria e têm uma função. A imagem 2 (Figura 20) ilustra esta estrutura (orgânica com apenas uma via de acesso) e a forma das subabitações (feitas de restos de madeira ou qualquer outro material disponível) e que tem por função a moradia e o armazenamento dos materiais recicláveis. Quando ocorre o incêndio, em 2005, e a prefeitura inicia o projeto de construção do Loteamento, produz-se nova estrutura, como mostra a imagem 3 (Figura 20), começa-se do zero e constroem-se novas habitações a partir de um modelo estabelecido pelo DEMHAB, como consequência desta nova estrutura temos inicialmente uma nova forma como mostra a imagem 4 (Figura 20). No entanto, função e processos permanecem os mesmos ao longo dos onze anos de existência desta nova forma, o Loteamento. Como estes moradores continuam a reproduzir práticas sociais e espaciais, estas casas começam a tomar a forma que as suas necessidades impõem (mais cômodos para abrigar os filhos, netos, noras, genros, agregados e materiais recicláveis).

Este processo de formação da *Vila/Ponte* evidencia uma refuncionalização do espaço até então subutilizado que se transforma em lugar de moradia e trabalho simultaneamente. Os moradores do Loteamento Santa Terezinha, pelas suas condições de extrema carência, constituíram o que se pode chamar de circuito

econômico alternativo na medida em que, de forma autônoma, buscam possibilidades de coleta dos materiais recicláveis nos mais diversos lugares da cidade e ainda compradores para estes materiais (o que paga melhor), no que Santos (2008) denomina de circuito inferior da economia urbana.

Esta prática no Loteamento é frágil por conta do que observamos com as visitas que fizemos para realizar as entrevistas. A falta de liderança impede o fortalecimento de uma rede espacial com vistas a reivindicações, já que ela existe, mas é instável, volúvel. Além disso, as parcerias firmadas para apoiar socialmente os moradores, são abandonadas quando ocorre um evento como a operação policial citada anteriormente e veiculada na mídia atribuindo ao Loteamento à condição de zona de tráfico e uso de drogas, uma vez que estes apoiadores não querem ajudar supostos traficantes e usuários.

Não obstante, as entrevistas com agentes externos revelam um otimismo quanto às melhorias nas condições de vida dos moradores desde a *Vila dos Papeleiros* até o momento atual, mas estas mudanças só são percebidas pelos que vivem o cotidiano do Loteamento, ou seja, o espaço vivido, que nas palavras de Lefebvre, é o espaço de representação, “[...] o espaço vivido através das imagens e símbolos que os acompanham, portanto, o espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’ [...]. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 2000, p. 66). Elas são graduais e muito lentas, imperceptíveis àqueles que só veem o Loteamento através da janela do ônibus, trem ou carro, ou do que é veiculado nos meios de comunicação.

Nas quatro entrevistas feitas com agentes externos (SASE, Creche, Centro de Saúde e Paróquia), a afirmação da condição de mudança aparece em todas. Os entrevistados são otimistas quanto às melhorias nas condições de vida dos moradores desde a *Vila dos Papeleiros* até o momento atual, mas alertam para o fato de que o Loteamento tem apenas onze anos de existência. Este trabalho de mudança exige um tempo maior para se efetivar, principalmente em relação às crianças, já que a maioria delas tem que aprender as coisas mais básicas como comer usando talheres, fazer as refeições sentadas na mesa, usar corretamente os equipamentos dos sanitários e assim por diante.

Outro fato que chama nossa atenção é a forma como o Loteamento Santa Terezinha é retratado pela mídia da capital. A reportagem feita por um programa

jornalístico diário, no dia 25 de julho de 2017, mostra uma operação policial para reprimir o tráfico de drogas na área central de Porto Alegre e indica como localização desta ação a *Vila dos Papeleiros* conforme está apresentado na Figura 21 a seguir.

De forma equivocada (ou não) a reportagem coloca a parte sul do Loteamento Santa Terezinha como sendo a *Vila dos Papeleiros*. A *Vila* deixou de existir em 2006 quando foi criado o Loteamento.



Figura 21: Localização atribuída à Vila dos Papeleiros. Fonte: Jornal do Almoço/RBSTV, 2017.

É sabido que a parte sul concentra os moradores da antiga *Vila*, que são em sua maioria recicladores (papeleiros) e que os moradores mais antigos se referem ao Loteamento como *Vila*. Nominar aquela área como *Vila*, desconsiderando o restante e atribuindo aos residentes a pecha de traficantes, usuários de drogas e criminosos é reproduzir o estigma que os acompanha desde sempre, confirmando aquilo que estamos discutindo: a condição de permanência. Nada mudou, tudo permanece igual com há trinta anos, é o espaço percebido. De acordo com Lefebvre o espaço percebido é uma associação estreita entre “a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2000, p.65), constituindo o que ele denomina prática espacial.

A reportagem do jornal Zero Hora do dia 01 de março de 2017 tem o seguinte título: “Esta rua poderia ser a mais bonita da cidade. Saiba por que não é”. A matéria diz respeito à rua Paraíba onde estão localizadas a Cooperativa Mãos Unidas e a AREPIVA, que pela natureza de seu trabalho atrai ratos e insetos que infestam as ruas e as casas dos moradores da rua, além do lixo espalhado pelas calçadas, a prostituição e o uso de drogas recorrente no local.

Conhecida por abrigar um casario antigo (Vila dos Ferroviários), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e um túnel verde de árvores centenárias, a rua Paraíba e seu conteúdo social representado por seus moradores sofrem, segundo os entrevistados pela reportagem, com a condição atual da área e citam os dois centros de triagem de resíduos sólidos como principais responsáveis pela degradação da rua que, segundo o título da reportagem, poderia concorrer em condições de igualdade com a rua Gonçalo de Carvalho como a mais bonita da capital, não fosse por estes “problemas” citados. São dois exemplos de como é apresentado pela mídia o morador do Loteamento e o trabalho que ele desenvolve, que de modo geral é considerado estigmatizado.

Como já afirmamos anteriormente, esta mudança, imperceptível para a maioria da população externa ao Loteamento, mas percebida por aqueles que vivem o seu cotidiano, vem se processando lentamente. Os dados do perfil socioeconômico obtidos com as entrevistas não têm uma diferença relevante diante daqueles obtidos no último censo feito pelo IBGE, em 2010, e disponibilizado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁷ – plataforma de consulta aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro do governo de Minas Gerais.

Os dados referentes à educação, por exemplo, indicam que 14% dos entrevistados nesta pesquisa se declararam analfabetos; este percentual, de acordo com os dados do censo de 2010, é de 19% considerando todo o universo do Loteamento. O percentual daqueles que possuíam o ensino superior completo em 2010 era de 1,1%; os dados do perfil socioeconômico para este item, levantados por esta pesquisa, indicam um percentual de 3,3%. Se considerarmos o item ensino

¹⁷ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22072>. Acesso em: 10 nov. 2017.

fundamental incompleto, os dados são muito díspares. O perfil socioeconômico levantado na amostra indica um percentual de 77% dos entrevistados com o ensino fundamental incompleto, já os dados do censo 2010 indicam um percentual de 47,2% no universo do Loteamento.

As agentes de saúde da família entrevistadas, que trabalham diariamente no loteamento, forneceram informações relevantes a respeito da condição de saúde dos moradores. Segundo elas, não existe desnutrição entre as crianças, problemas com vacinação de recém-nascidos, crianças e jovens e nem óbitos por motivos de doenças não tratadas entre os recém-nascidos e crianças. O maior problema enfrentado pelos agentes de saúde são as doenças sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV (da sigla em inglês Human Immunodeficiency Virus) e a Sífilis, além da gravidez na adolescência (não foram apresentados números que confirmem esta estatística).

A coordenadora da Creche Menino Jesus, administrada pela Rede Marista e pela prefeitura e que recebe crianças de zero a seis anos de idade residentes no Loteamento, nos relatou em entrevista que existe um número substancial de jovens (algumas adolescentes) mulheres e chefes de família que trabalham na prostituição nos arredores do Loteamento, mais especificamente na rua Paraíba, conhecida como rua das Árvores. A maioria é usuária de drogas (maconha, crack e cocaína), o que favorece a disseminação destas doenças.

O coordenador do SASE, administrado pela Rede Marista e que está presente no Loteamento desde 2007, é otimista quanto à questão da mudança que vem se desenrolando ao longo deste tempo com as crianças atendidas pelo SASE no turno inverso ao da escola. A voluntária que trabalha na paróquia Santa Terezinha, e que conhece aquela realidade há mais de vinte anos, da mesma forma é otimista com a melhora nas condições de vida dos moradores, apesar de reconhecer a dificuldade de competir com o aliciamento feito pelos traficantes de drogas da região. A aposta destas pessoas é a educação das crianças para que lhes seja possibilitada uma outra opção de vida, diferente daquela que tiveram seus pais e avós e que interrompa este ciclo de reprodução de desigualdades, carências e de representação social (papeleiros, criminosos, usuários de drogas e prostitutas) vinculados a eles.

Apesar das mudanças apontadas e do otimismo manifesto por todos os agentes externos entrevistados, quando perguntamos a eles quantos jovens poderiam citar que tiveram um destino diferente daquele noticiado nos jornais e na televisão, não

conseguiram nominar, de pronto, duas pessoas. Cada um citou apenas um nome, o que nos permite concluir que não é no espaço de uma geração (em torno de 25 anos) que poderemos observar uma mudança consistente de fato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à parte final desta dissertação é o momento de fazer o fechamento dos capítulos apresentados até aqui retomando o que foi exposto, sob pena de que estes capítulos pareçam partes dispersas, sem conexão uns com os outros. Antes, porém, faz-se necessário pontuar dois aspectos que em nosso entendimento são importantes e devem ser esclarecidos.

O Loteamento possui 277 unidades habitacionais, das quais 30 foram visitadas para entrevistas, no entanto, mais de 1000 pessoas vivem no Loteamento (censo 2010, IBGE). A análise dos dados obtidos nas entrevistas nos deu uma visão parcial do Loteamento e através dela fomos capazes de identificar dinâmicas e práticas sócio-espaciais peculiares. Partimos de um universo particular (30 entrevistados) e fizemos nossa análise final considerando o todo (Loteamento) num processo que induz à generalização e, eventualmente, pode nos levar a conclusões equivocadas.

Assim, nossa pesquisa retrata um momento na história do Loteamento Santa Terezinha (horizonte temporal) e os resultados são, como em toda pesquisa, temporários e sujeitos a correções e atualizações. Acreditamos que a amostra utilizada foi capaz de revelar o que pretendíamos explorar com a pesquisa.

Uma outra situação que ficou evidenciada com a visita aos moradores para realizar as entrevistas e nas conversas informais que se sucediam, das conversas com os agentes externos que trabalham no Loteamento e do trabalho voluntário que estamos realizando desde outubro de 2017 no SASE, é a de um fato que apresenta dois aspectos distintos, mas que se complementam e compõem a realidade do Loteamento. Um dos aspectos é o discurso de que eles são pobres, carentes e precisam de ajuda do Estado, da paróquia e de quem se dispuser a ajudar, uma espécie de “*coitadismo*” repetido por grande parte dos entrevistados (um discurso apropriado pelos moradores, pois é ouvido por eles desde a formação da *Vila/Ponte* através dos assistentes sociais, voluntários e da mídia), O outro aspecto que chamou nossa atenção e nos parece relevante externar é a baixa autoestima destes moradores entrevistados, uma espécie de vergonha de estar naquela situação (de extrema carência) e isso ficou evidente quando nos recebiam em suas casas onde grande parte do mobiliário, utensílios domésticos, roupas e alimentos é fruto de

doação. Por isso, a importância de revelar estes aspectos e esclarecer que nossa análise, do universo estudado, levou em consideração tais fatos.

Quando fazemos uma análise integrada, ou seja, usando os dados do perfil socioeconômico, os dados qualitativos das entrevistas, o contexto da cidade de Porto Alegre no momento atual, o histórico do município com relação às populações de baixa renda (abandono, remoções forçadas) e o entendimento de que o Loteamento, embora seja analisado como um recorte espacial da cidade, não está isolado desta e sofre as consequências das diversas ações propostas pelo poder público municipal, temos um quadro que explica (ainda que temporariamente) as unidades de registro que foram apontadas em nossa interpretação dos dados.

Considerando-se que 57% dos entrevistados tem mais de 50 anos, 77% tem o ensino fundamental incompleto (portanto baixa qualificação profissional) e 37% deles vivem na área do Loteamento há mais de vinte anos, é lícito inferir que estas pessoas já passaram por diversas administrações municipais que tiveram algum tipo de ação no Loteamento, principalmente o DEMHAB e a FASC, que em muitas campanhas eleitorais os candidatos visitaram a *Vila* pedindo votos e prometendo melhorias nas condições de vida, que já foram solicitados a participar de associação de moradores, conselhos municipais, cooperativas de reciclagem ao longo dos anos e a única mudança que ocorreu em todo este período foi a construção do Loteamento (por causa do incêndio de 2005), logo, a falta de liderança e uma certa apatia quanto a participar mais ativamente nas decisões que afetam o Loteamento como um todo e a descrença numa ação mais efetiva da municipalidade se justifica.

Do mesmo modo, a resistência ao trabalho cooperativado formal encontra eco nestes dados, na desconfiança generalizada quanto à lisura da prestação de contas (contas a pagar, contas a receber, distribuição de lucros) e na baixa remuneração obtida. Para que se constitua uma cooperativa é necessária toda sorte de documentos, certidões, registros e pelo menos, vinte pessoas. Com o baixo nível de instrução aliada à falta de instrução (14% se declararam não-alfabetizados) a possibilidade de que a cooperativa não chegue a termo é grande. Assim, prática comum, as casas destas pessoas se transformam em área de triagem (onde separam os diversos materiais coletados) e depósito (aguardando que uma quantidade considerável seja obtida para a venda posterior), os materiais não aproveitados são dispensados no próprio local e, muitas vezes, nas calçadas e ruas do Loteamento,

dando a impressão àqueles que por ali cruzam, seja de ônibus, automóvel, trem ou mesmo a pé que o Loteamento é um grande depósito de lixo.

O que nos leva para o próximo item de análise: a pouca importância com a casa. Durante mais de 15 anos alguns destes moradores viveram em subabitações, barracos com um único cômodo sem banheiro (muitos usavam baldes como sanitário), sua preocupação imediata era com a sua sobrevivência seguida da sobrevivência dos filhos (20% dos entrevistados tem até 10 filhos), a busca diária por recicláveis e a manutenção do carrinho (possibilidade de obter renda), a casa tinha uma importância secundária, o entendimento da importância ou não da casa foi transposta para as novas residências a partir de 2006 com a construção do Loteamento. Importante ressaltar que, como relatamos no início deste capítulo, nem todas as casas estão danificadas, pois vários moradores vieram se juntar aos antigos depois de 2006 e não tinham como atividade principal a reciclagem.

Estas pessoas, sem o devido trabalho de acompanhamento do Estado no que diz respeito aos usos e funcionalidades das novas residências, acabam por total desconhecimento da nova realidade, fazendo mau uso destes equipamentos o que redundava uma vida útil reduzida, manutenção inadequada ou inexistente e adaptações temerárias. Todas as casas do Loteamento passaram ou estão passando por alterações em sua estrutura para comportar o número de pessoas que ali moram. Em nosso trabalho de campo visitamos trinta residências, algumas delas com dez ou mais pessoas vivendo no mesmo espaço, o que sugere que possibilidades de adaptações têm que ser projetadas e viabilizadas aos moradores, dentro do possível.

Em uma das entrevistas, a família que nos recebeu residia em uma casa locada pagando um aluguel correspondente a R\$ 800,00 e, curiosamente, o proprietário do imóvel morava na casa junto com a família (foi-nos relatado que este não é um caso isolado sendo uma prática comum no Loteamento). Existe ainda no Loteamento um mercado de locação de cômodos para moradia (sem banheiro) cujo aluguel varia entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00 mensais, construídas em espaços exíguos, já que os lotes têm, em média, 3,25m de testada por aproximadamente 15m de profundidade, os maiores espaços são os das casas térreas que estão localizadas nas esquinas e tem uma testada de 5,75m.

Toda esta dinâmica de transformação do espaço do Loteamento produzido por estas práticas sócio-espaciais - posto que as relações sociais e o espaço são

inseparáveis ainda que não se confundam, nas palavras de Souza (2013) – alterações nos padrões das casas, uso das casas para triagem e depósito, descarte de resíduos nas ruas e calçadas do Loteamento, locação de cômodos construídos de forma irregular, dá ao Loteamento o aspecto de aparente desorganização e desleixo.

Os moradores replicam o discurso de que o Estado (prefeitura municipal) lhes abandonou à própria sorte aparecendo no Loteamento apenas para cobrar-lhes alguma coisa, esquecem que a presença do Estado é constante através da Secretaria de Saúde e do DMLU, que diariamente faz limpeza na parte duplicada da rua Voluntários da Pátria, em frente ao Loteamento. A atuação do Estado que sempre é lembrada é a da Brigada Militar nas operações de combate ao tráfico de drogas, porte ilegal de armas e munições, roubos e furtos que quando acontecem são amplamente divulgadas pela mídia.

Esta condição de desordem aparente, citada anteriormente, é aproveitada pelo tráfico de drogas para estabelecer seu mercado de vendas a varejo. Nenhum dos moradores entrevistados na pesquisa apontou este fato como um problema do Loteamento, é uma questão velada, que remete ao silêncio por medo de represálias e porque alguns dos entrevistados têm seus familiares envolvidos direta ou indiretamente no tráfico.

O que se percebe através das entrevistas e conversas informais quando se fala do tráfico é uma certa naturalização¹⁸ deste fenômeno, ou seja, esta prática sempre existiu, desde a *Vila/Ponte*, continua existindo agora e continuará existindo, portanto, é natural que aconteça, eles apenas adaptam-se a isso.

Mesmo considerando todas estas condições adversas apontadas anteriormente (falta de liderança, aversão a cooperativas, pouca importância com a casa, ausência do Estado e tráfico de drogas) todos aqueles que trabalham no Loteamento seja de forma voluntária ou não, são otimistas quanto ao futuro desta população. A aposta é nas crianças que frequentam a creche (crianças de 0 a 6 anos) e os que frequentam o SASE no turno inverso ao da escola buscando, através da educação, ampliar os

¹⁸ A naturalização é um processo do pensamento que não produz a realidade, tal como as “desigualdades” (de classe, raça, sexo, etc.), mas simplesmente as interpreta como sendo naturais ao invés de produtos sociais e históricos. Em outras palavras, a naturalização é um processo mental interpretativo que não cria a desigualdade ou qualquer outro fenômeno e nem é sua causa, sendo, no máximo, uma ideologia ou representação que a reproduz e reforça (VIANA, 2013, p.73).

horizontes destas crianças, mostrando que é possível uma vida diferente daquela que eles conhecem.

Compartilhamos deste otimismo, uma vez que, com relação à educação de crianças e jovens, parece-nos o caminho para a transformação das relações sociais presentes no Loteamento e para a emancipação dos sujeitos, para que sejam protagonistas de suas vidas, façam autonomamente suas escolhas e não sejam apenas coadjuvantes nos processos decisórios que os afetam, que não fiquem passivamente aguardando as benesses do Estado provedor e de ações de caridade.

Todavia, não temos o mesmo otimismo com relação à permanência do grupo de moradores do Loteamento no local onde se encontra atualmente. Considerando que o desenvolvimento/crescimento das cidades se dá em ciclos de valorização, desvalorização e revalorização; considerando que a área onde se localiza o Loteamento está desvalorizada; considerando que existem projetos de revalorização e de refuncionalização daquela área; considerando que a relação de vizinhança do entorno com o Loteamento não é, na sua maioria amistosa, de acordo com as entrevistas feitas com os moradores; considerando que a mídia apresenta o Loteamento como uma zona de tráfico e uso de drogas, receptação de furtos e roubos, prostituição e afluência de usuários de crack, com lixo acumulado nas ruas e calçadas; considerando o histórico da cidade de Porto Alegre no que diz respeito a medidas higienistas e remoções forçadas de populações de baixa renda; considerando que o capital financeiro e imobiliário influencia fortemente o Estado impondo sua lógica sobre o planejamento urbano via alterações no Plano Diretor feitas à revelia da população, nos parece lícito afirmar que a medida em que a revalorização da região do Quarto Distrito (onde está inserido o Loteamento) se concretizar, estas pessoas serão removidas dali e realocadas em outra parte da cidade como aconteceu recentemente (2011) com a Vila Chocolate.

Neste sentido, encaminhamos nossas considerações reiterando que esta é nossa posição a partir do que foi possível vivenciar nos trabalhos de campo e nas pesquisas bibliográficas feitas para embasar nosso trabalho. Torna-se necessário enfatizar que este processo de possível remoção do Loteamento não é algo que ocorrerá em curto prazo – não podemos sequer afirmar que a duplicação da rua Voluntários da Pátria chegará a termo – pois a dinâmica da transformação da cidade é gradual e tem seu próprio tempo determinado pela lógica de reprodução do capital.

Como o tempo proposto para esta pesquisa não foi suficiente para abarcar todas as variáveis que se nos apresentaram, fazemos abaixo algumas sugestões de trabalhos possíveis de se realizar no Loteamento:

- Os vínculos territoriais estabelecidos pelos moradores com o Loteamento, principalmente aqueles moradores originários da *Vila/Ponte*;
- As territorialidades estabelecidas entre os moradores do lado sul e do lado norte do Loteamento;
- A relação contraditória entre moradores e Estado, na instância municipal, como base dos processos espaciais do Loteamento.

Consideramos que os objetivos propostos – tanto o geral quanto os específicos - foram atendidos, o conhecimento adquirido durante o tempo de realização da pesquisa foi de enorme valia e estimularão pesquisas posteriores relacionadas aos processos de transformação do espaço urbano. Renovamos nossa afirmação de que os pontos de vista expressos neste trabalho são do pesquisador e fruto das vivências experimentadas durante a graduação, atuação profissional como geógrafo e na pós-graduação, que está explicitada na forma de escrita, uso de terminologias e escolha de determinados autores que conformam uma visão de mundo recheado de contradições. Parafraseando Milton Santos: “o mundo é o que se vê de onde se está”.

6 REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. **Porto Alegre como Cidade Ideal**. Planos e projetos urbanos para Porto Alegre. 2006. 357 f. Tese de Doutorado. PROPAR. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – século XX**. 2000. 203 f. Dissertação de Mestrado. PROPUR. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2000.

AZEVEDO, Sergio de. Vinte dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública.**, Rio de Janeiro, out./ dez. 1988. P. 107-119. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BURIN, Carolina Wolff. **O caso da canalização do arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado X ambiente construído**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PROPAR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Belo Horizonte, MG: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Vol. 6 (2), jul-dez de 2013, 179-191.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 352p.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005. 94 p.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social**. lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007. Tradução livre: Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho.

ESTA rua poderia ser a mais bonita da cidade. Saiba por que não é. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 mar. 2017. Questão urbana. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/03/esta-rua-poderia-ser-a-mais-bonita-da-cidade-saiba-por-que-nao-e-9732018.html>>. Acesso em: 08 nov. 2107.

FEDOZZI, Luciano. **O poder da aldeia: gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000. 240p.

_____. **O eu e os outros: a construção da consciência social no orçamento participativo em Porto Alegre**. 2002. 339 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

GAMALHO, Nola Patrícia. Remover para promover: Espaço concebido e representações do espaço no bairro Restinga - Porto Alegre/RS. **Revista GEOgraphia**; Vol. 112, N. 23. 2010. P. 61/84. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/327>>. Acesso em 07 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

HEIDRICH, Álvaro Luiz, CASTELLO, I.R., SOARES P.R.R. MetrÓpole, disputa por espaço, ideias e moradia. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz, MAMMARELLA, R. (org.). **Habitação e metrÓpole: representações e produção da cidade em disputa**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas. 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MACIEL, João Moreira. **Relatório do projecto de melhoramentos e orçamentos apresentados ao Intendente Dr. José Montaury de Aguiar Leitão**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1927, 16p. [1914].

MARIANO, Nilson. São Jorge e as ratazanas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 de ago. 1998. Geral, p. 41.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MIRON, Luciana Inês Gomes. **Gerenciamento dos requisitos dos clientes de empreendimentos habitacionais de interesse social**: proposta para o Programa Integrado Entrada da Cidade em Porto Alegre /RS. 2008. 352 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

MBL ocupa prédio no centro de Porto Alegre. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 14 de nov. 2015. Geral. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2015/11/571977/MLB-ocupa-predio-no-Centro-de-Porto-Alegre>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MONTEIRO *et al.* Avaliação das territorialidades em empreendimentos habitacionais de interesse social. **Arquiteturarevista** .Vol. 12, n. 2, p. 175-193, jul/dez 2016 Unisinos. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/download/arc.2016.122.05/5833>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MORAES, Aldovan de Oliveira. **Duas ou três coisas a respeito de regularização fundiária**. – 2 ed. – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Departamento Municipal de Habitação. Porto Alegre, 2007.

MORAES, Aldovan de Oliveira. **Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Departamento Municipal de Habitação, 2011. 2 v. 7. ed.

NOVOS secretários assumem hoje. Para facilitar ajustes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 de fev. 1987. Geral, p. 34.

O Ciclo do lixo na metrópole. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 21 abr. 1980. Cidades, p.12-13.

OLIVEIRA, Naia e BARCELLOS, Tanya. **Vazios urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

OPERAÇÃO termina com oito presos na Vila Santa Terezinha, em Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 jul. 2017. Notícias. Polícia. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/07/623889/Operacao-termina-com-oito-presos-na-Vila-Santa-Terezinha,-em-Porto-Alegre>>. Acesso em: 23 set. 2017.

PARA enfrentar problema habitacional, é preciso combater analfabetismo urbanístico, defende Ermínia Maricato. **Sul21**, Porto Alegre, 13 nov. 2017. Capa. Entrevistas. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/para-enfrentar-problema-habitacional-e-preciso-combater-analfabetismo-urbanistico-defende-erminia-maricato/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

POLÍCIA deflagra operação contra “rodízio” de facções em vila de Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 mai. 2017. Notícias. Polícia. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADcia/2017/5/618700/Policia-deflagra-operacao-contrarodizio-de-faccoes-em-vila-de-Porto-Alegre>>. Acesso em: 24 set. 2017.

POLICIAIS realizam operação na região central de Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 jul. 2017. Notícias. Polícia. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/07/623862/Policiais-realizam-operacao-na-regiao-central-de-Porto-Alegre>>. Acesso em: 23 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Loteamento Santa Terezinha ganhará mais 30 moradias. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 18 de out. 2007, ed. 3133, p. 1. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/18outubro07.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Loteamento Santa Terezinha ganhará mais 30 moradias. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 18 de out. 2007, ed. 3133, p. 1.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: editora da USP, 2008. 440p.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2012.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP: **Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, n. 32, p. 89-109, dec. 2012. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

SOUZA, Anita Silva de. **Projeto renascença**: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970. 2008. 124 f. Dissertação de Mestrado. PROPUR. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**. reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 632p.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. – 10 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 558p.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

_____. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (13). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-13.htm>>. Acesso em 11 nov. 2016.

VIANA, Nildo. Naturalização e desnaturalização: o dilema da negação prático-crítica. **Revista Espaço Livre**. Vol. 8, num. 15, jan. jun./2013, p. 72-81 Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/download/51/46>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

**APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na modalidade mestrado. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Dr^a. Tania Marques Strohaecker, cujo objetivo é identificar os processos de transformação do Loteamento Santa Terezinha ao longo dos dez anos de sua existência na visão de seus moradores.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 40 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador fone (51) 98932 9696 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, fone 3308 3738.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula: 00270477

Local e data

Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)
Matrícula: 00008717

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MORADORES

ROTEIRO ENTREVISTA MORADORES**ENTREVISTA Nº _____ DATA: ____/____/____****DADOS GERAIS (PERFIL SOCIOECONÔMICO)**

1. IDADE:

2. SEXO: () FEMININO () MASCULINO

3. GRAU DE INSTRUÇÃO:

() FUNDAMENTAL INCOMPLETO; () FUNDAMENTAL COMPLETO; () MÉDIO INCOMPLETO; ()

MÉDIO COMPLETO; () OUTRO _____.

4. ESTADO CIVIL:

() SOLTEIRO; () CASADO; () UNIÃO ESTÁVEL; () OUTRO _____.

5. NATURAL DE:

ESTADO:

6. TEM FILHOS: () SIM; () NÃO

QUANTOS? _____.

7. SE VOCÊ NÃO É DE PORTO ALEGRE, DESDE QUANDO MORA NA CIDADE?

8. QUE MOTIVOS O TROUXERAM À PORTO ALEGRE?

9. HÁ QUANTO TEMPO MORA NO LOTEAMENTO?

10. AONDE MORAVA ANTES?

11. PROFISSÃO ATUAL?

12. PROFISSÃO ANTERIOR (SE HOVER):

PERGUNTAS RELATIVAS AO TEMPO ANTERIOR AO LOTEAMENTO (PERÍODO DA VILA DOS PAPELEIROS)

13. COMO ERAM AS CONDIÇÕES DE VIDA NA VILA?

() PÉSSIMAS

() RUINS

() BOAS

() MUITO BOAS

POR QUÊ?

14. COMO ERAM ENCAMINHADAS E RESOLVIDAS AS DEMANDAS (PROBLEMAS, NECESSIDADES. ETC.) DA COMUNIDADE?

- PREFEITURA
- DEMHAB
- ASSOCIAÇÃO MORADORES
- LIDERANÇAS
- OUTROS. QUEM?

POR QUÊ?

15. QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE EXISTIAM NA VILA NA SUA OPINIÃO?

- SANEAMENTO
- SAÚDE
- HABITAÇÃO
- SEGURANÇA
- OUTROS. QUAIS?

POR QUÊ?

16. COMO ERA A RELAÇÃO DA VILA COM O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE EM GERAL (VIZINHOS, PONTOS DE COLETA, PARÓQUIA, ETC.)?

- RUIM
- BOA
- INEXISTENTE

POR QUÊ?

PERGUNTAS RELATIVAS AO TEMPO DE MORADIA NO LOTEAMENTO

17. COMO É A VIDA NO LOTEAMENTO?

- RUIM
- BOA
- MUITO BOA

POR QUÊ?

18. COMO SÃO ENCAMINHADAS AS DEMANDAS DA COMUNIDADE PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS?

- PREFEITURA
- DEMHAB

AREVIPA

LIDERANÇAS

OUTROS. QUEM?

POR QUÊ?

19. NA SUA OPINIÃO, O QUE MELHOROU COM O LOTEAMENTO?

20. NA SUA OPINIÃO, O QUE PIOROU COM O LOTEAMENTO?

21. COMO É A RELAÇÃO DO LOTEAMENTO COM O PODER PÚBLICO E SOCIEDADE EM GERAL (VIZINHOS, CLIENTES, FORNECEDORES, PARÓQUIA)?

RUIM

BOA

MUITO BOA

INEXISTENTE

POR QUÊ?

22. NA SUA OPINIÃO, O QUE É MELHOR? A VILA OU O LOTEAMENTO?

POR QUÊ?